

Entre a Esperança e a Realidade: O Processo de Integração da Bósnia e Herzegovina na União Europeia

Ana Paula Borges Carvalho

Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Estudos Europeus
Especialização em Estudos Europeus

Novembro de 2024

Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais com especialização em Estudos Europeus, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Catherine Moury.

*Para a minha avó,
Porque quando eu crescer quero ser como ela*

Agradecimentos

Escrever esta tese foi para mim um árduo e moroso trabalho, abandonado e retomado várias vezes, face a duas hecatombes, uma maior e uma menor, que caíram sobre mim. A primeira delas, a menor, emanou da esfera académica, não fosse eu parte da fornada de 20/21 que, maioritariamente, ficou pela pós-graduação. A segunda, de uma dimensão monstruosa, oriunda da esfera pessoal, que me paralisou.

Mas a vida é mesmo assim, caracterizada por altos e baixos que fazem parte da nossa jornada e contribuem para a contínua construção do nosso ser. Compreende-se, portanto, que a escrita desta dissertação foi produto de uma constante tecelagem, tanto da dissertação *per se* como de mim própria. Esta tecelagem faz-nos compreender que quanto mais avançamos neste processo, mas percebemos o quanto há para ser dito, afastando-nos do fim quando nos deveríamos aproximar dele. Contudo, chegou o momento em que foi necessário adotar uma postura racionalista e aceitar a preposição de que “uma tese boa é uma tese acabada, porque perfeitas não as há”.

Assim, esta dissertação não é o conteúdo, mas o feito, o resultado deste percurso. Percurso esse que não poderia ter sido realizado sem o sustento do carinho dado por vários. Aos meus pais, uns lutadores que me possibilitaram tudo ao longo da minha vida. Ao meu irmão, um escape refrescante do racional, que me mostrou a importância de ver além do que a mente pode explicar. Ao Rodrigo, alvorada de todos os dias e psicólogo de todos os devaneios, sem a força dele não teria chegado aqui. À Professora Catherine Moury, sem a sua orientação não estaria aqui, a escrever isto e, por isso, muito lhe agradeço, um ser humano inspirador.

ENTRE A ESPERANÇA E A REALIDADE: O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA BÓSNIA E HERZEGOVINA NA UNIÃO EUROPEIA

ANA PAULA BORGES CARVALHO

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Balcãs Ocidentais; Bósnia e Herzegovina; União Europeia; Integração Europeia; Europeização; Alargamento

A desintegração da ex-Jugoslávia e as guerras multiétnicas que lhe sucederam é o início da integração europeia na região dos Balcãs Ocidentais. O ponto de partida foi formalizado com o Conselho Europeu de Salónica, em 2003, porém, mais de duas décadas depois, salvo a Croácia, nenhum dos países da região conseguiu alcançar o que se considera ser o objetivo último, a adesão à União Europeia.

O estudo foca o caso da Bósnia e Herzegovina com o objetivo de compreender as condicionantes, intrínsecas e extrínsecas, que, em última análise, têm impedido o alargamento e a consequente adesão da Bósnia-Herzegovina à UE. Deste modo, pretende-se dar resposta à seguinte pergunta de investigação: “*Quais os fatores que limitam o processo de adesão à UE por parte da BiH?*”

A dissertação sustenta que, sendo a Europeização um processo bidirecional e, portanto, interativo entre as partes envolvidas, é imperativo que ambas estejam motivadas em prol do mesmo objetivo. Neste sentido, o argumento principal reforça que as limitações encontram as suas raízes nas complexidades étnicas e políticas da esfera doméstica, por um lado, e, por outro, transcendem o plano nacional, alcançando, entre outros, o plano supranacional, o qual se caracteriza pela incoerência da agenda política em relação ao alargamento aos Balcãs Ocidentais e pela consequente perda de credibilidade da UE.

BETWEEN HOPE AND REALITY: BOSNIA AND HERZEGOVINA'S INTEGRATION PROCESS INTO THE EUROPEAN UNION

ANA PAULA BORGES CARVALHO

ABSTRACT

KEYWORDS: Western Balkans; Bosnia and Herzegovina; European Union; European Integration; Europeanisation; Enlargement

The disintegration of the former Yugoslavia and the ensuing multi-ethnic wars marked the beginning of European integration in the Western Balkans. The starting point was formalised at the Thessaloniki European Council in 2003, but more than two decades later, with the exception of Croatia, none of the countries in the region has managed to achieve what is considered the ultimate goal, membership of the European Union.

The study focuses on the case of Bosnia and Herzegovina with the aim of understanding the constraints, both intrinsic and extrinsic, that have ultimately prevented enlargement and the consequent accession of Bosnia and Herzegovina to the European Union. The aim is to answer the following research question "*What factors limit BiH's EU accession process?*"

The dissertation argues that since Europeanisation is a two-way process and therefore interactive between the parties involved, it is imperative that both are motivated towards the same goal. In this sense, the main argument affirms that the limitations are rooted in the ethnic and political complexities of the domestic sphere, on the one hand, and transcend the national level and reach, among others, the supranational level, which is characterised by the incoherence of the political agenda in relation to the enlargement to the Western Balkans and the consequent loss of credibility of the European Union.

ÍNDICE

Introdução	1
Objeto de Estudo: uma Introdução	3
Problema de Investigação	5
Metodologia	8
Estrutura da Dissertação	8
<i>Setting the Scene</i>	9
1. Enquadramento Teórico: Teorias de Integração Europeia	12
1.1. Neofuncionalismo	13
1.2. Intergovernamentalismo Liberal	15
1.3. Construtivismo	16
1.4. <i>Rethorical Action</i>	18
2. Europeização: Fundamentos Teóricos	23
2.1. Condicionalidade na Política da UE: Teorização e Evolução	27
2.1.1. <i>External Incentives Model</i>	28
3. As Raízes da Instabilidade: Contexto Histórico dos Balcãs Ocidentais	30
3.1. Processo de Integração dos Balcãs Ocidentais na UE	32
4. Um Estudo de Caso: Processo de Integração da Bósnia e Herzegovina na EU	35
4.1. Enquadramento Político, Demográfico e Económico.....	36
4.2. Estrutura Político-Institucional da Bósnia e Herzegovina à Luz do Dayton Peace Agreement.....	38
4.3. A Bósnia e Herzegovina no Processo de Integração da UE.....	40
5. Quo Vadis Bósnia e Herzegovina?	44
5.1. Labirinto Interno: as Complexidades da Bósnia e Herzegovina	45
5.1.1. Democracia Consociativista e as Dinâmicas de Governança da BiH	46
Formação de Grandes Coligações nas Sociedades Plurais.....	46
Veto Mútuo: Proteção de Minorias ou Instrumento de Bloqueio?	47
Representação Política: Princípio da Proporcionalidade	48
Segmentação da Autoridade	50
Réplica Consociativista: o Mecanismo de Coordenação	53
5.1.2. Dimensão Económica	54
5.1.3. Desafios para a Construção de uma Democracia Liberal	55
5.1.4. Análise Final das Condicionantes Internas da BiH	59
5.2. Fatores Exógenos e Desafios Geopolíticos no Processo de Adesão da BiH	61
5.2.1. Da Cortina de Ferro ao Muro Invisível: Os Balcãs entre a Europa e o Oriente	62
5.2.2. Relações Históricas e de Vizinhança	66

5.2.3. A Porta Entreaberta da União Europeia	70
<i>Enlargement Fatigue</i>	70
O Declínio da <i>Credibilidade</i>	71
A Bósnia e Herzegovina: um Símbolo da Falência da <i>Credibilidade</i> da União Europeia ..	74
5.2.4. Análise Final das Condicionantes Externas da BiH	76
Conclusão	79
Referências Bibliográficas	86
Anexos	114

Lista de Abreviaturas

BERD – Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento

BiH – Bósnia e Herzegovina

CARDS – Community Assistance for Reconstruction, Development and Stabilisation
(Assistência Comunitária para a Reconstrução, Desenvolvimento e Estabilização)

CE – Comissão Europeia

CEE – Comunidade Económica Europeia

CECA – Comunidade Económica do Carvão e do Aço

CPEA – Comissão Parlamentar de Estabilização e de Associação

CSCE – - Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa

ECL – Europa Central e do Leste

ECFR – European Council on Foreign Relations (Conselho Europeu de Relações Externas)

EFTA – European Free Trade Association (Associação Europeia de Comércio Livre)

EMs – Estados-Membros

EUA – Estados Unidos da América

FBiH – Federação da Bósnia e Herzegovina

FMI – Fundo Monetário Internacional

ICTY – International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia (Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia)

IL – Intergovernamentalismo Liberal

IPA – Instrument for Pre-accession Assistance (Instrumento de Assistência Pré-adesão)

MEP – Member of the European Parliament (Membro do Parlamento Europeu)

NATO – North Atlantic Treaty Organization (Organização do Tratado do Atlântico Norte)

OHR – Office of the High Representative (Gabinete do Alto Representante)

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Política Agrícola Comum

PE – Parlamento Europeu

PIB – Produto Interno Bruto

RI – Relações Internacionais

RoL – *Rule of Law* (Estado de Direito)

RS – Republika Srpska

SAA – Stabilisation and Association Agreement (Acordo de Estabilização e Associação)

SAP – Stabilisation and Association Process (Processo de Estabilização e Associação)

SDA – Partido da Ação Democrática (Partido nacionalista Bosniak da Federação da BiH)

SNSD – Partido Aliança Social Democrata Independente (Partido da Republika Srsпка, representante dos bósnio-sérvios)

TEDH – Tribunal Europeu dos Direitos Humanos

TUE – Tratado da União Europeia

UE – União Europeia

UNMIK – United Nations Interim Administration Mission in Kosovo (Missão de Administração Interina das Nações Unidas em Kosovo)

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WB – Western Balkans (Balcãs Ocidentais)

WB₆ – Os 6 Balcãs Ocidentais no processo de adesão à UE: Albânia, BiH, Macedónia do Norte, Montenegro, Sérvia e Kosovo

Introdução

“Bosnia lies at the nodal point of the great historic civilizations and her history is difficult to write, because it needs several languages and a knowledge of very complicated events. In view of the Bosnian disaster today, it also needs an understanding of the world after the Cold War.”

Norman Stone

Esta dissertação é fruto de uma pesquisa iniciada durante um período de mobilidade internacional na Univerzitet u Sarajevu, na Bósnia e Herzegovina (BiH), no âmbito do programa International Credit Mobility (ICM). Esta experiência permitiu uma imersão cultural significativa, bem como o contacto com um ambiente académico distinto, especialistas nacionais e internacionais das esferas da Ciência Política e das Relações Internacionais e, ainda, o acesso a um conjunto diversificado de fontes bibliográficas que foram cruciais para o desenvolvimento deste estudo. Por outro lado, a oportunidade única de analisar, em primeira mão, a estrutura e sistemas governativos do país permitiu um entendimento mais detalhado do progresso de adesão da BiH à União Europeia (UE).

O caso da BiH despertou-nos um interesse particular pelo seu passado caracterizado por uma multivariabilidade de heranças culturais, étnicas e religiosas, oriundas da sua integração no Império Bizantino, no Império Otomano, no Império Austro-Húngaro e, mais recentemente, na ex-Jugoslávia. Heranças essas que, nos dias de hoje, continuam a moldar a dinâmica político-social do país. A região a que pertence a BiH, os Balcãs, encontra-se há mais de duas décadas, desde a declaração de apoio pleno e efetivo à visão europeia (Conselho Europeu de Salónica, 2003), no processo de adesão à UE, porém, à exceção da Croácia, sem sucesso.

A BiH, salvo o Kosovo, o qual não é reconhecido como Estado Soberano por toda a comunidade internacional, é o país da região Balcânica que tem revelado maiores dificuldades no avanço do processo de adesão à UE. Reconhecemos as complexidades internas que caracterizam este Estado. Primeiramente, a divisão étnica e religiosa

tripartida, através da qual dois terços étnicos da sua população consideram os Estados vizinhos como seus Estados soberanos. Em segundo lugar, o sistema de governança descentralizado e fragmentado, que é derivado e justificado nesta tripartição interna. Assim, propomo-nos a analisar a morosidade deste processo, na tentativa de compreender o que tem contribuído para a sua limitação.

A Europeização, enquanto extensão lógica da integração europeia (Brljavac, 2012, p.12), é central para a compreensão da dinâmica transferência de normas dos Estados para a UE e vice-versa (Džankić *et al.*, 2019, p.4). A este respeito, surge a condicionalidade, enquanto instrumento da Europeização, utilizado para promover o cumprimento, incentivar reformas e implementar políticas através de sanções e/ou recompensas aplicadas a medidas previamente definidas (Coman, 2020, p.373). Deste modo, a UE segue uma abordagem estruturalista, isto é, centra-se na mudança das estruturas de poder como a principal força motriz dos processos de democratização (Eralp, 2014, p.9).

Face ao exposto, focar-nos-emos na Europeização enquanto processo indutivo de reformas políticas a futuros Estados-Membros (EMs), no quadro político da *condicionalidade*, considerando as interações entre os atores políticos nesta dinâmica bidirecional (Bărbulescu and Troncotă, 2013, p.67). Neste sentido, o nosso interesse principal reside na análise e consequente compreensão desta dinâmica entre a UE e a BiH, que constitui o foco central do presente estudo.

Em suma, procuramos responder à seguinte pergunta de pesquisa: *Quais os fatores que limitam o processo de adesão à UE por parte da BiH?*. Para tal, consideraremos as condicionantes internas e externas da BiH, bem como a motivação da UE em relação à BiH. Considerando a natureza bidirecional deste processo, intentaremos apurar as “responsabilidades” e consequências provenientes de ambas as partes – BiH e UE. Por outras palavras, tencionamos compreender se a resposta para esta morosidade decorre: da fragilidade identitária da BiH e da fragmentação e descentralização institucional consequente; do Mecanismo de Coordenação, imperativo para este processo, que é, porém, derivado do sistema institucional complexo do país; ou, por outro lado, se existe uma ausência de clareza e objetividade nas condições necessárias impostas para o processo de adesão; considerando, também, a vontade política das instituições europeias em relação à adesão dos Balcãs Ocidentais.

Objeto de Estudo: uma Introdução

Em 1999, o Acordo de Estabilização e Associação (Stabilisation and Association Agreement, SAA), enquanto política da União Europeia (UE) para os Balcãs Ocidentais¹ (Western Balkans, WB), foi estabelecido com o objetivo de uma eventual adesão à UE. Posteriormente, foi fortalecido com o Conselho Europeu de Salónica (2003), que veio declarar apoio pleno e efetivo à visão europeia dos WB, com o objetivo de se tornarem parte integrante da UE após os critérios de adesão serem satisfeitos (p.9), consenso que foi renovado pelo Conselho Europeu de Bruxelas (2006, p.4). Todavia, a Croácia foi o único país dos WB, até ao presente momento, a tornar-se Estado-Membro (EM) da UE (2013).

À exceção do Kosovo, a BiH é o país dos WB² que, ao longo dos anos, tem revelado um menor progresso no processo de adesão à UE. Embora a BiH mantenha relações com a UE desde 1999³, que foram progredindo com o continuar de conversas formais e informais, bem como o estabelecimento de diversos acordos⁴ (Country Watch, 2021, pp. 110-112), a assinatura do SAA ocorreu somente em 2008, tendo sido o penúltimo⁵ país dos WB⁶ a assinar. Não obstante, a entrada em vigor do SAA efetuou-se apenas em 2015 (DG NEAR, 2015), seguida do pedido de adesão, efetuado a 15 de fevereiro de 2016.

Em julho do mesmo ano, o Conselho Europeu convida a Comissão Europeia (CE) a emitir o seu parecer acerca do pedido de adesão, que, em dezembro desse ano envia o *Questionnaire: Information requested by the European Commission to the Council of Ministers of Bosnia and Herzegovina for the preparation of the Opinion on the application of Bosnia and Herzegovina for membership of the European Union*, pedindo que fosse respondido até ao final de maio de 2017 (p.9). No entanto, a BiH demorou mais

¹ Nomeadamente, Albânia, Bósnia-Herzegovina, Croácia, Macedónia do Norte (*former* Macedónia), Montenegro, Sérvia e Kosovo.

² Detalhadamente, Albânia, BiH, Macedónia do Norte, Montenegro, Sérvia e Kosovo.

³ Com a ajuda económico-financeira fornecida pela UE para a reconstrução da BiH, devido à guerra subsequente ao reconhecimento da independência da BiH da antiga República Federal Socialista da Jugoslávia. (Country Watch, 2021, p.110).

⁴ Como por exemplo, o SAA, enquanto política da UE para os WB⁶, cujo objetivo principal é a adesão à EU, através do estabelecimento de objetivos políticos e económicos comuns (European Comission's Glossary).

⁵ O último país a assinar o SAA foi o Kosovo em 2014.

de um ano a responder (28 de fevereiro de 2018)⁶ às 3242 questões, que, em média, são respondidas entre os três e os seis meses (Rončević, 2021, p.40). Além disso, teve ainda de responder a 655 questões adicionais, face às respostas incoerentes ou mesmo à ausência de respostas do primeiro documento, sendo que o texto final foi entregue somente a abril de 2019 (Comissão Europeia, 2019, pp. 2-3). Consequentemente, a CE só teve condições para emitir o seu parecer sobre o pedido de adesão em maio de 2019.

O *status* de candidato foi conseguido apenas a 15 de dezembro de 2022 (Conselho Europeu, 2022b, p.8), tendo, até então, ocupado o lugar de potencial candidato, a par do Kosovo, que ainda luta pelo reconhecimento enquanto Estado Soberano.

Das 14 prioridades fundamentais⁷ estabelecidas pela CE para dar início às negociações de adesão à UE (Conselho Europeu, 2019), duas foram finalmente concluídas em 2023 (Comissão Europeia, 2023, pp. 11-13). Por conseguinte, em março de 2024, a CE emitiu um parecer positivo relativamente à abertura das negociações de adesão (Parlamento Europeu, 2024a). No mesmo mês, o Conselho Europeu, com base neste parecer, decidiu abrir as negociações de adesão (Conselho Europeu, 2024a, p.19). Todavia, estas negociações não se encontram formalmente abertas, isto é, operacionais, face à ausência de algumas etapas necessárias para que possa ocorrer a Primeira Conferência Intergovernamental entre a BiH e a UE (Comissão Europeia, 2024b; EEAS, 2024).

Estamos, assim, perante um processo moroso, morosidade essa que é, muitas vezes, justificada pela complexidade do sistema político da BiH: “*One state, two entities⁸ and three nations*” (Banović *et al.* 2021, p.4) – o Estado é, assim, constituído por duas entidades, a Federação da BiH e a Republika Srpska, e por três nações, Bósnios, Croatas e Sérvios. A divisão foi reconhecida mediante o General Framework Agreement for Peace in Bosnia and Herzegovina (1995), também conhecido como Dayton Peace Agreement. Este acordo surgiu como resposta aos “*three years of interethnic war following independence caused extensive destruction of physical infrastructure and a sharp economic decline*” (Country Watch, 2021, p.2), provenientes da tentativa de

⁶ Consultar respostas em: Directorate for European Integration. (2018). Answers to the Questionnaire. Disponível em <<https://www.dei.gov.ba/en/odgovori-na-upitnik-ek>>.

⁷ Estas encontram-se centradas nas áreas da democracia e funcionamento do Estado, do Rule of Law (RoL), dos direitos fundamentais e na reforma da administração pública.

⁸ Às duas entidades, República *Srpska* e Federação da BiH, acresce a unidade administrativa do Distrito Brčko.

independência do “*diktat comunista servio-jugoslavo*” (Dell Valle, 2001, p.112). Não obstante, o que deveria ser uma solução temporária transformou-se numa solução permanente que permite “*proteger a concórdia interna da unidade política (...) do Estado, bem como a segurança dessa mesma unidade*” (Schimitt & Freund *apud* Dell Valle, 2001, p. 22).

Se, por um lado, a UE argumenta que a complexidade da estrutura governativa da BiH constitui um entrave para o processo de adesão, o qual é reflexo nas 14 prioridades fundamentais estabelecidas pela CE para o país, por outro, a BiH (e, de forma geral, os WB₆) responsabiliza o *enlargement fatigue* que a UE tem vindo a demonstrar (Džankić *et al.*, 2019, p.27).

O que se pretende pensar são os fatores que limitam o processo de adesão da BiH à UE, isto é, os fatores que impedem a BiH de cumprir os Critérios de Copenhaga (1993), bem como as condições estabelecidas no SAA e as prioridades principais que têm vindo a ser apontadas ao longo dos anos, considerando a perspetiva de ambas as partes envolvidas.

Problema de Investigação

Foram necessários cerca de 20 anos desde a declaração de apoio pleno e efetivo à visão europeia dos países dos WB₆ (Conselho Europeu de Salónica, 2003) até ao reconhecimento da BiH como candidato, uma delonga extraordinária deste processo. Uma vez que a Europeização é um “*two-way process*”, dado que a “*transformative dynamics of norm transfer from states to the EU and vice versa*” (Džankić *et al.*, 2019, p. 4), ambiciona-se compreender os fatores limitadores, endógenos e exógenos, para a adesão à UE por parte da BiH.

Atendendo à supra exposição, estabelece-se aquela que será a questão de partida ordenadora de todo o processo de resposta à problemática apresentada, assim como três derivadas que unem as várias dimensões que se lhe afiguram:

P1 – *Quais os fatores que limitam o processo de adesão à UE por parte da BiH?*

P2 – *Quais as principais condicionantes internas da BiH e a sua influência no processo de adesão à UE?*

P3 – *Quais as principais condicionantes externas da BiH e a sua influência no processo de integração à UE?*

P4 – *Como se caracteriza a motivação da UE em relação à adesão da BiH?*

Estabelecem-se, concomitantemente, quatro eixos pelos quais a investigação se orientará, nomeadamente (1) Conceptualização do processo de Europeização e adesão à UE e, em particular, o caso da BiH; (2) Estrutura institucional da BiH; (3) Conceptualização histórica, económica, social e étnica dos WB; e (4) Impacto da motivação da UE e dos EMs na prossecução do alargamento para a BiH.

O primeiro eixo procura analisar o processo de adesão à UE e, em particular, o caso da BiH (variável) dependente dos critérios de adesão – Critérios de Copenhaga e condições estabelecidas no SAA (variável independente). Esta relação é moderada pelo processo de Europeização e a Condicionalidade que dele advém, bem como pelo contexto internacional (e.g. o que está a acontecer no mundo: crise económica, crise pandémica, etc.) e pela própria estrutura governativa da BiH (no caso de estudo em específico). Esta relação é antecedida, por um lado, pela II Guerra Mundial (contexto geral da UE) e, por outro, pela desintegração da República Federal Socialista da Jugoslávia (contexto particular da BiH), considerando o contexto da queda da Cortina de Ferro. Para verificação da relação entre as variáveis, adotarei a caracterização das prioridades de adesão à UE para um qualquer potencial EM, das prioridades fundamentais estabelecidas pela UE para a BiH e das prioridades fundamentais efetivamente desenvolvidas por este candidato. Esta relação será qualificada através da maior ou menor facilidade sentida pela BiH para alcançar estes critérios, medida através do tempo necessário para que este país alcançasse algumas das prioridades definidas.

O segundo eixo procura aferir a estrutura institucional da BiH (variável), dependente do contexto sociopolítico do país (variável independente) e antecedida pela ênfase do valor das identidades e da ação da Comunidade Internacional. Como variável moderadora, temos novamente a desintegração República Federal Socialista da Jugoslávia, por um lado, e, por outro, o Dayton Peace Agreement. Esta relação será qualificada pela caracterização da divisão interna, das instituições governativas e do

funcionamento das mesmas e quantificada pelo número de divisões internas, de constituições, governos, parlamentos, ministros, presidentes e de rotações governativas.

O terceiro eixo procura compreender a influência que a ocupação territorial ao longo dos tempos (variável independente) reflete na conceptualização histórica, económica, social e étnica dos WB (variável dependente). A relação é moderada pelo contexto internacional (isto é, uma determinada característica desta relação poder ser mais ou menos saliente de acordo com o contexto existente) e antecedida pela própria ocupação territorial ocorrida nos WB (Império Otomano, Império Austro-Húngaro e a formação do Reino da Jugoslávia até à sua constituição em República Federal Socialista da Jugoslávia). Como descritor, teremos a caracterização da população, tendo em conta as suas religiões, etnias, distribuição no espaço, organização e capacidade económica. Para tal, será quantificado através dos seguintes indicadores: número de religiões, etnias e sua distribuição no espaço e pelo PIB.

O quarto eixo procura compreender o impacto da motivação da UE (considerando que esta, por vezes, pode não ser uniforme) em relação à BiH (variável independente), através dos apoios concedidos pela UE no processo de adesão da BiH (variável dependente). Esta relação é, mais uma vez, moderada pelo contexto internacional e antecedida pelas relações históricas entre a UE e a BiH e alguns dos EMs da UE e a BiH. Esta relação será descrita através da caracterização dos apoios prestados pela UE relativamente ao processo de adesão.

Estabelecem-se, por fim, quatro hipóteses de trabalho:

H1 – A fragilidade da identidade nacional, a limitada capacidade económica e a ausência de coesão social na BiH têm dificultado o processo de adesão à UE.

H2 – O Mecanismo de Coordenação do processo de integração da BiH na UE, derivado da estrutura institucional descentralizada e fragmentada do país, tem retardado e dificultado o processo de decisão na BiH e, conseqüentemente, no processo de adesão à UE.

H3 – A ausência de clareza e objetividades nas condições a cumprir para a adesão à UE tem sido um fator determinante para a sua não-adesão.

H4 – A pouca vontade política das instituições europeias em relação à adesão dos WB₆ tem dificultado a adesão da BiH à UE.

Metodologia

O estudo adotará uma abordagem histórica, fundamentando-se na análise documental de fontes consideradas relevantes, nomeadamente documentos da UE – relatórios da CE, incluindo os relatórios anuais de progresso da BiH, conclusões do Conselho Europeu, Tratados, entre outros. Serão também considerados documentos como o Acordo de Estabilização e Associação (SAA) e Dayton Peace Agreement, que desempenham um papel crucial na formação e desenvolvimento do contexto político da BiH.

Ademais, a pesquisa incluirá a recolha de entrevistas – fontes primárias – essenciais para compreender as dinâmicas sociais e políticas locais. Esta abordagem será complementada por uma perspetiva etnográfica, dado que a história da BiH é significativamente moldada por fenómenos e construções culturais que influenciam diretamente a política governativa do país.

Como método de análise, será utilizado o Estudo de Caso focado na BiH, aplicando uma tipologia de pesquisa exploratório-descritiva. A utilização de uma metodologia mista permitir-nos-á integrar dados qualitativos e quantitativos, proporcionando uma compreensão abrangente das complexidades do processo de adesão à UE. Esta combinação de abordagens permitirá não apenas uma análise detalhada das condições históricas e culturais, mas também uma avaliação crítica das dinâmicas atuais que influenciam o processo de integração do país na EU, considerando as expectativas e exigências europeias, bem como as realidades locais.

Estrutura da Dissertação

O presente estudo encontra-se configurado em cinco grandes capítulos: (1) Enquadramento Teórico: Teorias da Integração; (2) Europeização: Fundamentos Teóricos; (3) As Raízes da Instabilidade: Contexto Histórico dos Balcãs Ocidentais; (4) Um Estudo de Caso: Processo de Integração da Bósnia e Herzegovina na UE; (5) e *Quo Vadis* Bósnia e Herzegovina?.

O primeiro capítulo, de índole teórica, procura realizar uma análise ao enquadramento teórico das Teorias de Integração, considerando as correntes teóricas do Neofuncionalismo, do Intergovernamentalismo Liberal, do Construtivismo e, a mais recente, *Rethorical Action*, um mecanismo integrado por Schimmelfenning no quadro teórico das Teorias de Integração.

O segundo capítulo, também ele de índole teórica, procura expor a Europeização enquanto extensão lógica da integração europeia, através da Condicionalidade como apresentada no *External Incentives Model*.

O terceiro capítulo procura dar a entender ao leitor o contexto histórico dos Balcãs Ocidentais, bem como o seu processo de integração na UE, de forma sumarizada, porém, fundamental para situar o nosso objeto de estudo, a BiH, dentro do enquadramento regional e político em que se insere.

O quarto capítulo tem como foco o nosso objeto de estudo – a BiH. Neste sentido, é realizada uma análise exaustiva no que concerne às suas dimensões política, social, económica e demográfica, bem como o seu sistema político-institucional à luz do *Dayton Peace Agreement*, procurando elucidar e clarificar o leitor das diversas complexidades internas do país. Para que, posteriormente, seja exibido o processo de integração da BiH na UE, considerando os seus principais momentos.

O último capítulo, de índole empírica, procura compreender as condicionantes internas, por um lado, e externas, por outro, do processo de integração da BiH na UE, visando compreender quais os fatores que, em última instância, têm impedido a adesão da BiH à UE.

A dissertação conclui com uma articulação das dimensões teórica e empírica para derivar conclusões do processo de análise, validando as hipóteses propostas e propondo vias futuras de inquirição.

Setting the Scene

“*Maastricht is the birthplace of the European Union*” (Conselho da União Europeia, 2023), o TUE, também conhecido por Tratado de Maastricht (1992), veio

reconhecer a transcendência do que inicialmente seria uma união meramente económica – Comunidade Económica Europeia (CEE) – e a estabelecer a UE:

“Maastricht was indeed a key moment in European integration because it represented both the crowning achievement of economic integration with the creation of the single currency and the move towards a true European Union.”, Jim Cloos, antigo Diretor-Geral do Conselho da União Europeia (*Ibid.*).

O TUE começa por estabelecer os valores nos quais a UE foi fundada no Art.º2:

“The Union is founded on the values of respect for human dignity, freedom, democracy, equality, the rule of law and respect for human rights, including the rights of persons belonging to minorities. These values are common to the Member States in a society in which pluralism, non-discrimination, tolerance, justice, solidarity and equality between women and men prevail”.

Conforme o Art.º 49 do TUE, são estes os valores necessários que qualquer Estado europeu deve respeitar e promover para solicitar adesão à UE. Todavia, além dos valores integrantes do Art.º 2 do TUE, o país requerente deve satisfazer os critérios de elegibilidade da UE, designados como Critérios de Copenhaga, estabelecidos no Conselho Europeu de Copenhaga (1993). Os Critérios de Copenhaga possuem um cariz tripartido, nomeadamente: político, económico e jurídico.

Os (1) critérios políticos exigem a estabilidade das instituições que garantem a democracia, o *Rule of Law* (RoL), os direitos humanos e o respeito pelas minorias e a sua proteção. Os (2) critérios económicos, por outro lado, assentam na existência de uma economia de mercado que funcione de forma efetiva e na capacidade de fazer face à pressão concorrencial e às forças de mercado da UE. Os (3) critérios jurídicos, por outro, baseiam-se na capacidade administrativa e institucional para aplicar eficazmente o corpo legislativo da UE, isto é, o *acquis communautaire*, correspondente ao conjunto de direitos e obrigações comuns decorrentes da adesão aos objetivos de união política, económica e monetária, incorporados nos sistemas jurídicos dos EMs da UE. Por outro lado, é igualmente necessário considerar a capacidade da UE absorver novos EMs, mantendo simultaneamente a dinâmica da integração europeia – *capacidade de absorção* ou *capacidade de integração* (Conselho Europeu, 1993, p.13). Relativamente aos WB, são aplicáveis condições adicionais que se prendem, sobretudo, com a preparação do ponto

de vista político e económico e a cooperação regional e as relações de boa vizinhança – Processo de Estabilização e Associação (SAP) (União Europeia, s.d.).

Deste modo, no processo de adesão, o Estado requerente dirige o seu pedido à Presidência Rotativa do Conselho da União Europeia. Posteriormente, o Parlamento Europeu (PE) e os Parlamentos Nacionais são notificados acerca do pedido e o pedido é reencaminhado para a CE, que é formalmente convidada a preparar a sua opinião – *Avis*. A CE baseia o seu *Avis* numa análise exaustiva do quadro jurídico e constitucional do país em relação ao *acquis communautaire*, tendo como base um questionário, designado como *Questionnaire of the European Commission for EU integration*, doravante designado como *Questionário*. Este *Questionário* é um instrumento formal através do qual a CE avalia a situação e o grau de preparação dos países candidatos para avançarem no processo de adesão; caso não satisfaçam estes critérios, a CE apresenta no seu parecer as reformas específicas, também conhecidas como “prioridades-chave”, para que possa avançar no processo de adesão. Se o parecer da CE for positivo, esta recomenda o Conselho Europeu a conceder o estatuto oficial de candidato ao Estado requerente (Comissão Europeia 2023a; Comissão Europeia 2022b; Emerging Europe 2022). O Parlamento Europeu, por sua vez, deve expressar o seu parecer favorável, segundo a maioria dos membros que o compõem (Art.º 49 do TUE). Finalmente, o Conselho Europeu, após consultar estas duas instituições, decide, por unanimidade, conceder o estatuto oficial de candidato. Quando um país satisfaz suficientemente os critérios políticos⁹, a CE recomenda a abertura das negociações de adesão, que devem ser aprovadas, por unanimidade, pelo Conselho Europeu. Além disso, mediante decisão do Conselho Europeu, a CE elabora um quadro de negociação – o *acquis communautaire* da UE está dividido em mais de 30 capítulos e a CE deve apresentar um relatório analítico acerca de cada capítulo para o país candidato. O Conselho, por sua vez, deve decidir por unanimidade o quadro de negociação apresentado, podendo decidir a abertura de mais capítulos, consoante considerar necessário. A Presidência do Conselho da União Europeia apresenta a *General EU Position* na primeira conferência intergovernamental do país, iniciando formalmente as negociações de adesão. A duração das negociações é variável, pelo que anualmente a CE faz um relatório de progresso acerca do que foi ou não alcançado, informando regularmente o Conselho. Estas recomendações baseiam-se no cumprimento dos Critérios de Copenhaga e, no caso dos WB, das condições adicionais

⁹ Os restantes critérios podem ser cumpridos durante a fase de negociação (Vidotto, 2023).

previstas no SAA, no enquadramento previamente explicado no início deste ponto. Com base nestas recomendações, o Conselho decide os passos seguintes das negociações.

O processo de negociação só fica definitivamente concluído quando todos os capítulos tiverem sido encerrados, levando ao parecer final da CE. Este parecer é adotado por unanimidade pelo Conselho e por maioria absoluta pelo PE. Por fim, todos os EMs e o país candidato assinam e ratificam o Tratado de Adesão. Após ratificação o país aderente torna-se EM da UE (Comissão Europeia 2023a; Comissão Europeia 2022b; Eurocid,2024; Parlamento Europeu, 2024b).

1. Enquadramento Teórico: Teorias de Integração Europeia

A devastação causada em solo europeu pela II Guerra Mundial reavivou a necessidade de um sentimento de unidade na Europa (O’Neil, 1996, p. 6). Este sentimento foi alimentado pelo desejo de libertar os países da Europa Central e Oriental da Sovietização a que estavam impostos num contexto hostil de Guerra Fria:

“We must build the united Europe not only in the interest of the free nations, but also in order to be able to admit the peoples of Eastern Europe into this community if, freed from the constraints under which they live, they want to join and seek our moral support. We owe them the example of a unified, fraternal Europe. Every step we take along this road will mean a new opportunity for them. They need our help with the transformation they have to achieve. It is our duty to be prepared.”, declarou Robert Schuman em 1963 (*apud* Fisher, 2000, p. 5).

Esta *Pan-European vision* compreende a integração europeia como solução, definida como uma *“community of liberal democratic welfare states cooperating so closely that, first, war among them would become unthinkable and, second, they would be able to assert themselves as an autonomous force in world politics”* (Schimmelfennig, 1999, p.33).

Neste contexto, a II Guerra Mundial, na esfera teórica, contribuiu para a conceptualização de diversas escolas de pensamento relativas à elaboração de um novo sistema político que facilitasse a cooperação entre nações e, conseqüentemente, a paz

internacional. Alguns teóricos concentraram-se no produto desejado da cooperação (e.g. federalismo e funcionalismo), enquanto outros focaram-se nas condições circunstanciais necessárias para o estabelecimento de uma nova comunidade política transnacional (e.g. transnacionalismo e escolas de comunicação) (Jo, 2005, pp. 7-8).

O debate teórico primário acerca do processo de integração europeia é dominado pelo Neofuncionalismo e o Intergovernamentalismo e, recentemente, pelo Construtivismo (Schimmelfenning & Rittberger, 2015, p. 34; Sweet & Sandholtz, 1997, p.298). Neste sentido, de modo a compreender o processo de integração europeia, as três teorias serão apresentadas, terminando com a proposta de Frank Schimmelfenning «Rethorical Action», após a análise das mesmas.

1.1. Neofuncionalismo

O Neofuncionalismo, enquanto paradigma deliberativo, representa a linha de pensamento de um grupo de académicos americanos (O’Neil, 1966, p. 35), primeiramente formulada no final da década de 50 e início da década de 60, por Ernst Haas and Leon Lindberg, face ao estabelecimento da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e da Comunidade Económica Europeia (CEE), destacando-se *The Uniting of Europe* (1958) (Niemann & Schmitter, 2009, p.45) e, mais tarde, *Beyond the Nation State* (1964) (Schmitter, 2005, p.257), ambos de Haas, autor principal ao qual se associa a teoria.

Na sua essência eclética (*ibid.*, p.256), o Neofuncionalismo tem as suas raízes no Funcionalismo (David Mitrany, 1966 & 1975) – concorda com os mecanismos tecnocráticos de tomada de decisão, com a ontologia transformativa e com a existência de um processo de aprendizagem gradual (Niemann & Schmitter, 2009, p.46) –, na adoção das teses funcionalistas pelas políticas de Robert Schuman e Jean Monnet, bem como no despontar do Movimento *Behaviourista* (Saurugger, 2015, p.35).

Haas identifica o Estado enquanto arena para a execução de políticas, porém, reconhece a inevitabilidade da política de resolução de certos problemas de interesse substancial transcender o nível nacional:

“Supranationality, not federation, confederation or intergovernmental organisation, seems to be the appropriate regional counterpart to the national state which no longer feels capable of realising welfare aims within its own narrow borders, which has made its peace with the fact of interdependence in an industrial and egalitarian age. It represents the method adopted to secure maximum welfare, including military security, for a post-capitalist state” (Haas apud O’Neil, 1966, p.37)

É nestes casos que ocorre, conforme o autor, a integração regional. Embora o Neofuncionalismo não estabeleça uma única definição de integração política, Haas define-a como:

“(…) The process whereby political actors in several distinct national setting are persuaded to shift their loyalties, expectations and political activities toward a new centre, whose institutions possess or demand jurisdiction over the pre-existing national states” (2004, p.16).

Para Haas, os atores políticos são as elites, enquanto líderes dos grupos políticos relevantes não-governamentais (e.g. lobistas, grupos de interesse, etc.), que possuem poder para influenciar o processo de decisão e que, por isso, funcionam como principal motor de integração através do seu papel manipulativo (Haas, 2004, p.17). Assim, a integração ocorre enquanto processo dinâmico num contexto democrático pluralista (*ibid.*, p.4), onde os atores calculam os seus interesses de forma racional (Haas, 1970, p.627), decidindo recorrer às instituições supranacionais em vez das nacionais (Haas,2004, p. XV). As instituições supranacionais, contrariamente à tese funcionalista, que declara que estas se cingem ao propósito para o qual foram criadas (Niemann & Schmitter, 2009, p.46), *“can take on a life of their own and progressively escape the control of their creators”* (Niemann & Schmitter, 2009, p. 48). Neste sentido, a transferência de competências para instituições supranacionais origina um processo dinâmico de teor *behaviourista* sistémico (Sweet & Sandholtz, 1997, p.300) – *spillover*. Este conceito declara que o processo de integração regional numa área provoca a integração noutras áreas face à profunda complexidade e interdependência das mesmas, por outras palavras, existe uma lógica progressiva que se autorreforça, por conseguinte, integração suscita continuamente mais integração (Saurugger, 2015, p.36-37; Chrysochoou, 2009a, p. 29; Niemann & Schmitter, 2009, p. 49; Rosamond, 2005, p.244; Rosamond, 2000a, p. 60; Sweet & Sandholtz, 1997, p.301).

1.2. Intergovernamentalismo Liberal

A crise da Cadeira Vazia levada a cabo por Charles de Gaulle paralisou a integração europeia face à divergência existente entre a orientação supranacional pretendida e as preferências nacionais francesas. Neste sentido, a Euroesclerose, nas décadas de 60 e 70, suscitou a ascensão de uma nova teoria de integração – o Intergovernamentalismo –, que viu o seu fortalecimento com o estabelecimento do Conselho Europeu, uma vez que reúne regularmente os Chefes de Estado e/ou de Governo (Saurugger, 2014, p.54).

O Intergovernamentalismo possui duas versões: o Intergovernamentalismo tradicional e realista de Stanley Hoffmann (1966, 1982, 1995) e de Alan Milward (1984, 1994); e o Intergovernamentalismo Liberal (IL) de Andrew Moravcsik (década de 90, portanto, pós-Guerra Fria), que admite as proposições gerais do Intergovernamentalismo, mas integra-as de forma sistemática numa teoria liberal das Relações Internacionais (RI) através de uma análise racionalista das instituições internacionais (Schimmelfennig & Rittberger, 2015, p. 42), reiterando pressupostos mais rigorosos e sofisticados, procura explicar a Integração Europeia enquanto sistema e não através de casos em concreto (Saurugger, 2014,p.67), razão pela qual será o objeto de estudo da presente análise.

O IL procura, deste modo, identificar a dinâmica da Integração Europeia e perceber as razões pelas quais os Estados Soberanos concordam em renunciar certas prerrogativas das suas esferas de soberania em benefício das instituições supranacionais (*ibid.*). Neste sentido, Moravcsik (1998) declara que a “*European Integration can best be explained as a series of rational choices made by national leaders*” (p.18).

Moravcsik (1993, 1995 1998), fundamentado num enquadramento racional, configura o IL numa estrutura tripartida: a formação de preferências nacionais; negociações intergovernamentais; e a escolha institucional (p.480; p. 613 p.20).

As preferências nacionais emergem do conflito político interno, à medida que os grupos sociais competem pela influência política, se formam coligações nacionais e transnacionais e os governos reconhecem novas alternativas políticas (Moravcsik, 1993, p.481). Designadas como “*states of the world*” (Moravcsik, 1998, p.24), as preferências nacionais refletem padrões de interdependência substantiva em cada questão (Moravcsik & Nicolaïdis, 1999, pp. 61-62), sendo, usualmente, impulsionadas por interesses

geopolíticos e por temas específicos, predominantemente económicos (Moravcsik & Schimmelfenning, 2009, p. 69).

As preferências nacionais são regularmente heterogéneas, conseqüentemente, compreendem a necessidade de um “*bargaining space*” (Moravcsik, 1998, p.51). É neste momento que o Estado, enquanto principal agente (Sweet & Sandholtz, 1997, p. 302), apesar de ser moldado nas negociações intergovernamentais – *Garbage Can Theory*¹⁰ –, é dotado de um poder decisório (minimamente) racional (Moravcsik & Nicolaïdis, 1999, pp.61-62). O Estado tem de estar disposto a fazer concessões num determinado domínio para poder beneficiar de contra-concessões noutros domínios – Putnam, *Two Level Game*¹¹ –, conseqüentemente, as negociações intergovernamentais são constituídas por duas dimensões, a eficácia e a distribuição dos ganhos. As instituições supranacionais, por seu lado, são visionadas como uma estrutura passiva que possibilita a maximização da eficiência das negociações (Sweet & Sandholtz, 1997, p. 303), sem que exista uma transferência de soberania nacional significativa (Börzel & Risse, 2019, p.1235). A escolha institucional ocorre com a obtenção de um mínimo denominador comum (Hooghe & Marks, 2019, p. 1116) através da lógica de eficiência da Otimização de Pareto¹² (Moravcsik, 1993, p. 499).

1.3. Construtivismo

O Construtivismo, alicerçado interdisciplinarmente (Saurugger, 2014, p.146), surge na década de 90, declarando que os processos sociais “constroem” determinados domínios de conhecimento, não existindo uma realidade objetiva (externa) como tal (Chrysochoou, 2009b, p.110).

¹⁰ Para mais informação, consulte:

Cohen, M.D, March, J.G. & Olsen, J.P. (1972). A Garbage Can Model of Organizational Choic. In *Administrative Science Quarterly*, 17:1, 1 – 25.

¹¹ Para mais informação, consulte:

Putnam, R. (1988). Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. In *International Organization*, 42:3, 427 – 460.

¹² Para mais informação, consulte:

Pareto, V. (1906). *Manuale di economia politica*.

O Construtivismo baseia-se na ontologia social que declara que os agentes não existem de forma independente do seu ambiente social e dos seus sistemas de significados coletivamente partilhados (Risse, 2009, p.145). Por conseguinte, os objetos do nosso conhecimento não existem de forma independente à interpretação e linguagem, sendo inerentes à produção e reprodução de práticas sociais, consoante a contextualização em que ocorrem (Saurugger, 2014, p.146) – o que Berger e Luckmann designam como construção social da realidade (*apud* Risse, 2009, p.145).

“(…) *the external world of human behaviour is a social world: a sphere of human communication*”, sendo que “*there is no ‘behaviour as such’ in a purely physical or mechanistic sense*” (Chryssochoou, 2009b, p.110).

O Construtivismo rege-se, deste modo, por entre três pontos-chave: a contextualização; a constituição mútua entre agentes e estruturas; e a construção endógena dos interesses dos atores (Saurugger, 2014, p.146).

A contextualização depreende que os indivíduos não orientam o seu comportamento somente com base numa análise de custo-benefício, como defendido pelo positivismo, visto que estão inseridos em estruturas sociais, atuando assim como ‘agentes sociais’ (*ibid.*).

A co-constituição entre agentes e estruturas ocorre uma vez que o ambiente social em que estamos inseridos e as normas sociais que guiam o nosso comportamento fazem parte do que somos. Simultaneamente, as normas e enquadramentos sociais não são estáveis; são construídos e redefinidos através de uma interação permanente (*ibid.*), que funciona como um mecanismo de reprodução de estruturas (Rosamond, 2000b, p. 172).

Os construtivistas declaram que os interesses mudam à medida que os agentes alteram a sua compreensão acerca do ambiente que os rodeia, recalculando as suas prioridades. Os interesses não são estabelecidos de forma puramente endógena, pelo contrário, os contextos sociais, políticos e económicos estruturam esses interesses, que são construídos endogenamente (*ibid.*, pp. 172-173).

Posto isto, se para o Construtivismo tudo é uma construção social resultante da interação social, então, os Estados, assim como as instituições a diversos níveis, são também construções sociais, que, ao estabelecerem Tratados, sabem que existem normas e princípios a cumprir e, em simultâneo, ocorre uma interação entre agentes e estruturas, que se constroem mutuamente, sendo que esta prática diária de reprodução e repetição

resulta na construção da realidade. Para os construtivistas, a construção europeia é, assim, realizada diariamente através da repetição discursiva permanente entre EMs e as Instituições Europeias.

1.4. *Rethorical Action*

Frank Schimmelfennig (1999; 2001), perante o processo de alargamento da UE aos países da Europa Central e do Leste¹³ (ECL), realizou uma análise à luz das correntes racionalista, sociológica e construtivista. Deparando-se com lacunas que impossibilitavam a explicação-teórica do alargamento, propôs o mecanismo – *Rethorical Action*.

Schimmelfennig, partindo da tese proposta por Moravcsik, compreendeu as perspetivas principais dos EM: por um lado os “condutores” do alargamento, que defendiam um compromisso precoce e firme relativamente ao alargamento a leste; e, por outro, os “travões”, que se mostravam reticentes e tentavam o adiamento da decisão. As preferências nacionais dos EMs divergiam significativamente (2001, p.49). Primeiramente, a posição geográfica, salvo algumas exceções, detinha um peso essencial nesta decisão: os EMs que partilhavam fronteiras com os países da ECL encontravam-se mais sensíveis relativamente ao desenvolvimento económico, social e político dos países de leste e, conseqüentemente, tinham mais a beneficiar com o alargamento; adversamente, os EMs geograficamente mais remotos a estes países assumiam o papel de “travões”, dado que beneficiavam menos com o alargamento (Schimmelfennig, 2001, pp. 49-51).

A posição decisória era também explicada pelas estruturas socioeconómicas distintas dos EM. O alargamento a leste iria influenciar negativamente os EMs mais pobres, menos desenvolvidos e mais agrícolas, através da concorrência orçamental que iria implementar. Por um lado, porque este tipo de EMs – Grécia, Itália, Portugal, Espanha, Irlanda – serem, justamente, especializados nas mesmas indústrias tradicionais

¹³ Maior alargamento da UE, ocorrido em 2004, que permite a entrada de 10 novos países: Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa.

(agricultura, metalurgia, têxteis, etc.) que os países da ECL. Por outro lado, os países da ECL tornar-se-iam beneficiários da rede estrutural, proporcionando um forte impacto na Política Agrícola Comum (PAC) e no seu orçamento, prejudicando os EMs mais pobres e menos desenvolvidos – o que justifica o facto da Grécia e da Itália integrarem os “travões”, apesar da sua proximidade geográfica (*ibid.*, pp. 51-53).

À proximidade geográfica e à interdependência assimétrica acrescentava-se a influência que estes países pudessem vir a dar a outros EMs, como, por exemplo, à Alemanha, principal beneficiário com o alargamento a leste – o que explica a sua posição enquanto “condutor” e, em contraste, a posição da França enquanto “travão” (*ibid.*, p.53).

A posição britânica desviou-se profundamente de qualquer padrão estrutural, dado que não era nem geograficamente próxima nem economicamente beneficiária. A sua posição favorável era proveniente da eurofobia tida pelos governos conservadores britânicos, que viam no alargamento uma possibilidade de diluição da integração europeia e, conseqüentemente, inviabilizar o aprofundamento da mesma (*ibid.*).

Embora as preferências nacionais relativas ao alargamento não possam ser explicadas por um só fator, de forma geral, vão ao encontro da perspectiva racionalista que declara a reflexão por meio de cálculos egoístas baseados no bem-estar e segurança nacional em relação à integração, e não no que diz respeito ao interesse comunitário coletivo (*ibid.*).

Apesar dos “condutores” representarem uma clara minoria, não ocorreu um bloqueio. Conforme, Schimmelfenning, existiam dois modos de levar os EMs que não beneficiavam com o alargamento a concordarem com a admissão de novos membros, nomeadamente: serem totalmente compensados após o alargamento, através de pagamentos laterais e concessões pelos EMs que beneficiavam com o alargamento em causa; ou, por outro lado, a capacidade dos EMs beneficiários ameaçarem, de forma credível, os não-beneficiários com a exclusão, sendo que estas perdas excederiam as do alargamento. No entanto, nem os “condutores” nem os países da ECL possuíam poder de negociação suficiente para alterar a negociação. Se, por um lado, os países da ECL não poderiam ameaçar a UE de forma credível com o encerramento dos seus mercados à UE, dado que se estariam a prejudicar mais a si mesmos do que à EU; por outro lado, os “condutores” tinham mais a ganhar política, económica e socialmente com a integração da UE do que com o possível alargamento a leste, não podendo, por isso, ameaçar os

“travões”. Este impasse justifica o resultado inicial das negociações – a associação (*ibid.*, 54-55).

As negociações da própria associação, além do poder assimétrico das quais foram alvo, caracterizam-se por táticas de bloqueio e de adiamento, que tinham como objetivo diluir algumas das exigências realizadas pelos países da ECL. O regime associativo exibiu-se, deste modo, como uma solução institucional eficiente e benéfica, sobretudo para os EM da UE, uma vez que: os eventuais vencedores intensificaram o seu envolvimento no mercado da ECL; e os potenciais perdedores encontravam-se protegidos da concorrência orçamental; por fim, ao nível supranacional, os países da ECL encontravam-se impedidos de participar na tomada de decisões da UE, não usufruindo da PAC e das políticas estruturais. Do ponto de vista dos países da ECL que não conseguiram uma adesão plena, o regime de associação era preferível a nenhuma relação institucionalizada (*ibid.*, p. 56).

Sem embargo, a decisão foi gradualmente revista e, quase de imediato, foi-se afirmando o princípio de participação integral como elemento fundamental da construção europeia, o que resultou no início das negociações em 1998, sem que existisse qualquer tipo de compensação financeira significativa para os “travões” (*ibid.*, 57).

Do ponto de vista do autor, tanto a negociação inicial dos EMs “travões”, como o resultado inicial das negociações (associação) encontram-se consoante a perspetiva racionalista. Todavia, a corrente não consegue explicar o processo iniciado em 1998, que resultou na abertura de negociações para a adesão (*ibid.*, p. 58).

É neste ponto que Schimmelfenning, indica a teoria institucionalista sociológica que, como constatado no ponto prévio, declara que as preferências dos atores devem ser analisadas como produtos de estruturas intersubjetivas de interação social através de uma lógica de adequação e não de uma perspetiva utilitária. A UE, por sua vez, é uma organização de uma comunidade internacional europeia que tem por base a identidade coletiva europeia e liberal, caracterizada pela paz democrática, assente na crença e na adesão dos direitos humanos liberais, que legitimam o Estado e a sua ação, que, por seu lado, domesticamente, deve incorporar um pluralismo social de um Estado de Direito democrático, dotado de propriedade privada, e de uma economia de mercado aberta e de livre concorrência. De acordo com o raciocínio construtivista, a UE estaria pronta a admitir a adesão a qualquer Estado europeu que coincida com as normas liberais nas esferas doméstica e internacional. Neste seguimento, tendo em conta que os dados

disponibilizados acerca da transformação dos países da ECL vão ao encontro dos pré-requisitos da UE, existe uma corroboração da perspectiva sociológica. Ainda assim, Schimmelfenning afirma a necessidade de apreender o processo que levou ao resultado (2001, pp. 58-61).

Conforme o autor, o processo de decisão de alargamento da UE deve ser capaz de conciliar e relacionar duas observações aparentemente paradoxais: as preferências nacionais do alargamento, baseadas, sobretudo, nas condições materiais e num resultado político inicial que exiba a distribuição do poder material de negociação; e, por outro lado, o eventual resultado político baseado numa identidade coletiva e nas normas sociais de uma comunidade internacional. O intergovernamentalismo liberal, embora consiga explicar a maioria das preferências dos atores e a maior parte do seu comportamento negocial, não consegue dar conta da segunda dimensão, dado que nega as identidades e normas coletivas como decisivas nos resultados políticos, não conseguindo, por isso, explicar a decisão coletiva de alargamento. Em contrapartida, o institucionalismo sociológico, ainda que explique o resultado, isto é, o alargamento, não trata do primeiro ponto, uma vez que não consegue explicar os *inputs* (*ibid.*, p. 62).

Face a esta lacuna, Schimmelfenning proclama a necessidade de um mecanismo causal a partir do qual os valores e as normas da UE se afirmem contra as preferências nacionais e o comportamento de negociação egoísta. O mecanismo proposto pelo autor é a *ação retórica*, enquanto uso estratégico de argumentos baseados em normas. O mecanismo funciona através da legitimação que ocorre por via da argumentação dos EMs que devem justificar os seus objetivos políticos, tendo por base toda a identidade e ideologia comunitária. Neste sentido, mesmo que um EM siga as suas preferências nacionais, se estas forem ao encontro do padrão de legitimidade estabelecido pela comunidade, irá aumentar de forma gratuita a sua legitimidade. Portanto, a ação retórica altera a estrutura de negociação a favor dos atores que possuem e perseguem preferências em linha com o padrão de legitimidade, tendo o potencial de alterar o coletivo (*ibid.*, p. 63).

Para que a ação retórica preencha as lacunas da perspectiva reguladora e de escolha pública, é necessário ter em conta a existência de certos mecanismos *softs* informais. A vergonha é um desses mecanismos, pois, quando um ator político se desvia do padrão de legitimidade da comunidade, por ele anteriormente aceite, expõe uma inconsistência no seu comportamento, o que, conseqüentemente, diminui a sua credibilidade. Todavia,

existe uma limitação deste tipo de manipulação estratégica: por um lado, o padrão de legitimidade é clara e inequivocamente definido, bem como internamente consistente, tornando-se difícil contornar retoricamente as suas implicações práticas; por outro, os atores devem ter o cuidado de não perder a sua credibilidade como membros da comunidade quando manipulam valores e normas sociais. Deste modo, mesmo que os membros da comunidade apenas utilizem o padrão de legitimidade oportunisticamente para avançar de acordo com o seu interesse próprio, podem ficar “presos” pelos seus argumentos e, conseqüentemente, obrigados a comportar-se como se os tivessem levado a sério. Por outro lado, é desvantajoso, na sua impossibilidade, apresentar provas diretas dos efeitos psicológicos causados pelos argumentos retóricos utilizados (*ibid.*).

Devido à assimetria de poder negocial, os EMs “condutores” e os países da ECL utilizaram a *ação retórica* baseada no padrão de legitimidade da UE¹⁴, de modo a conseguir prosseguir com o alargamento. Assim, os EM “condutores” e, sobretudo, os países da ECL basearam a sua argumentação retórica no mito fundador da UE, que surgiu após a II Guerra Mundial, que afirmava uma identidade pan-europeia, liberal, antifascista e anticomunista, apelando para a associação dos povos europeus que partilhavam estes ideais (Art.º 237 do Tratado CEE). Por outras palavras, os EMs “condutores” e os países da ECL apelaram à identidade, unidade, valores e normas defendidas e fundadoras da UE, expuseram inconsistências entre determinadas declarações políticas e comportamentos propriamente ditos da UE e revelaram, ainda, o tratamento desigual dado aos países da ECL e anteriores Estados-Candidatos. Conseqüentemente, estes valores e normas fundadores obrigavam a UE a admitir a adesão dos países da ECL, caso contrário, estariam a descredibilizar os pilares fundadores e linhas delimitativas de toda a estrutura da UE. Deste modo, a justificação dos interesses com base no padrão de legitimidade da UE por parte dos países da ECL envergonhou os ditos “travões”, que, preocupados com a sua reputação e com a legitimidade das suas preferências e comportamento, foram apanhados numa “armadilha retórica”, vendo-se impossibilitados de se opor abertamente e vetar o alargamento sem que a sua credibilidade enquanto membro da UE fosse prejudicada, face aos compromissos por eles assumidos anteriormente (Schimmelfenning, 2001).

¹⁴ O ponto de partida é marcado pela Cimeira de Lisboa, em 1992, *A Europa e o Desafio do Alargamento*, que abriu justamente o processo de adesão.

2. Europeização: Fundamentos Teóricos

A Europeização é uma extensão lógica da integração europeia. O processo de Europeização pode ter duas funções: em primeiro lugar, explica a influência da política e das instituições europeias na política interna; em segundo lugar, sublinha o processo de mudança através do qual os atores nacionais se adaptam à integração europeia. O âmbito e a profundidade da integração europeia aumentaram significativamente ao longo dos anos, tendo atualmente chegado ao ponto de ter sido criada uma forma de constituição da UE (Brljavac, 2012, pp.12-13). A análise do conceito de Europeização torna-se, assim, fundamental, permitindo compreender a influência deste processo na integração europeia e no alargamento da UE, tendo como caso específico de estudo a BiH.

Olsen (2002) afirma que “*‘Europeanization’ is a fashionable but contested concept*”, uma vez que não existe uma definição comum, face à vasta esfera teórica (p.921).

O ponto de partida é proposto por Ladrech (1994), que define Europeização como um processo incremental que reorienta a direção e a forma política até ao ponto em que a dinâmica política e económica da Comunidade Europeia se torna parte da lógica organizacional da política nacional e da formação de políticas nacionais (p.69). Claudio Radelli (2000) considera como parte deste processo a construção, difusão e institucionalização de regras formais e informais, procedimentos, paradigmas políticos, estilos, modos de fazer as coisas, crenças e normas compartilhadas (p.3).

Olsen (2002) indica que as diferentes interpretações deste conceito são complementares e não-exclusivas (p.941). Deste modo, distingue cinco fenómenos aos quais o termo se refere, nomeadamente: (1) mudanças nas fronteiras externas, considerando o grau em que a Europa, enquanto continente, se torna um espaço político único – e.g. a Europeização ocorre à medida que a UE se expande através do alargamento; (2) desenvolvimento de instituições a nível europeu, no que diz respeito à criação de instituições com uma capacidade de ação coletiva com um determinado grau de coordenação e coerência através de uma ordem normativa baseada em princípios constitutivos, estruturas e práticas abrangentes; (3) penetração central dos sistemas nacionais de governação, dado que implica a adaptação dos sistemas de governação nacionais e subnacionais a instituições e normas supranacionais, o que impinge um ponto

de equilíbrio entre a unidade, diversidade, coordenação central e autonomia local; (4) exportação de formas de organização política e de governação típicas e distintas da Europa além do território europeu, através das relações com instituições e atores não-europeus e na forma como a Europa encontra um lugar numa ordem mundial mais vasta – ou seja, existe uma balança de importação/exportação mais positiva, uma vez que os países não-europeus importam mais da Europa do que vice-versa, tendo as decisões europeias uma maior influência em fóruns nacionais; (5) um projeto de unificação política, ou seja, a Europa enquanto entidade política unificada e mais forte é relativa ao espaço territorial, à adaptação interna e à forma como os desenvolvimentos europeus têm impacto e são afetados por sistemas de governação e acontecimentos fora do continente europeu – porém, não existe, necessariamente, uma correlação positiva entre os tipos de Europeização supramencionados e entre cada um deles e uma Europa politicamente mais forte (pp. 923-924).

Assim, consideramos, conforme Schimmelfenning e Sedelmeier (2005), Europeização enquanto o processo através do qual os Estados adotam as normas da UE, isto é, na transposição das esferas política, social e institucional da UE nas dinâmicas de integração (p.7). Este é um processo bidirecional, uma vez que envolve não só a adaptação doméstica às normas, leis e regras da UE (*top-down*), mas implica também alterações nas dinâmicas da Europeização como resultado das alterações domésticas (*bottom-up*) (Džankić, *et al.*, 2019, p.4; Börzel, 2003, p.236).

O maior debate na literatura teórica tenciona compreender a dinâmica da Europeização, sendo que alguns teóricos afirmam que a Europeização é exclusivamente um fenómeno *top-down*, e outros declaram que é parcialmente horizontal. Assim, se, por um lado, se afirma a conformidade doméstica para com o supranacional, por outro, existe uma perceção da UE em termos de partilha de boas práticas pelos atores nacionais, o que sugere outros mecanismos de Europeização mais horizontais (Bulmer, 2008, p.51).

As abordagens *top-down* salientam, numa primeira fase, a existência de “*goodness fit*” ou “*misfit*” a nível nacional relativamente aos requisitos da UE – e.g esferas cultural, social, política, económica e legal (*ibidem*). A maioria da literatura mais recente acerca da Europeização centra-se na teoria “*goodness of fit*” (Mastenbroek & Van Keulen, 2006. p.23) A base partiu de Hériter (1995), que afirma que os EMs procuram impor os seus próprios padrões institucionais na elaboração das políticas da UE, de modo a evitarem os custos de adaptação institucional (p.278). Posteriormente, o argumento foi formulado por

Duina (1997), que declara que o tempo e a extensão do cumprimento definidos pela UE dependem do ajuste entre uma diretiva e duas instituições específicas do país – a organização de grupos de interesse e os legados políticos nacionais. Por conseguinte, o autor declara que uma diretiva que esteja de acordo com as instituições será implementada de forma rápida e adequada, contrariamente às diretivas que exijam grandes mudanças políticas, que serão implementadas de forma debilitada (pp. 174-175).

Risse *et al.* (2001) e Börzel & Risse (2003), ainda que não considerem o “*goodness of fit*” como uma condição suficiente, consideram-no como uma condição necessária, isto é, deve haver um certo grau de “*misfit*” entre os processos e políticas europeus, por um lado, e as instituições nacionais, por outro. O grau de “*fit*” ou “*misfit*” conduz a pressões de adaptação (*Ibid.*, p.57). Deste modo, quanto maior o “*misfit*”, maior a reforma a realizar e, conseqüentemente, maior a pressão institucional, o que alimenta o processo de condicionalidade orientado pela UE, e vice-versa (Börzel, & Risse, 2006, p. 492). Embora esta seja uma condição necessária, não é suficiente para se esperar uma mudança interna (Börzel & Risse, 2003, p.58), ou seja, é fundamental a combinação da ação da UE e da ação nacional.

Vários autores, como Knill & Lenschow (1998) e Haverland (2000), declaram, também, que o “*goodness of fit*” por si só não era suficiente. Haverland (2000) compara a implementação de uma diretiva referente aos resíduos de embalagens na Alemanha e no Reino Unido e percebe que, embora o Reino Unido exibisse um “*misfit*” elevado, aplicou-a de forma relativamente rápida e correta, contrariamente à Alemanha, que apenas revelou uma pressão referente à adaptação moderada, mas acabou por concretizar a diretiva com dois anos de atraso. Haverland (2000) conclui que a utilização do veto determina a facilidade de aplicação e não o “*goodness of fit*”. Mastenbroek & Kaeding (2006), após uma revisão da literatura, declaram que “*a misfit seems to be neither a sufficient for non-compliance, as posited by the early advocates of the hypothesis, nor a necessary condition for domestic change, as was supposed by its later proponents*” (p.339).

Por conseguinte, Mastenbroek & Mendeltje van Keulen (2006) afirmam que é necessário ter em conta as preferências nacionais (p.38), tendo em conta as convicções nacionais relativamente a um determinado *input* da UE, através de uma lógica consequencialista (Mastenbroek & Kaeding, 2006, p. 339). Contudo, os interesses nacionais e as políticas institucionais nacionais podem ser influenciados, de acordo com Schmidt (2008), através do *Discursive Institutionalism*. Conforme Schmidt (2008), o

discurso serve “*not just to represent ideas but also to exchange them*” (p.321). Deste modo, existem processos interativos de coordenação entre os atores políticos na construção de políticas e programas, por um lado, e de comunicação entre os atores políticos e os públicos na apresentação, deliberação e legitimação dessas ideias, por outro (*Ibid.*). Por conseguinte, o tipo de influência dependerá do objetivo da *political will*, enquanto “*the commitment of actors to undertake actions to achieve a set of objectives*” (Brinkerhoff, 2000, p.242). Contudo, além da *political will*, é necessário ter uma capacidade administrativa e institucional que permita perseguir esse objetivo, por outras palavras, “*existing formal institutions can provide actors with material and ideational resources necessary to exploit European opportunities and thus promote domestic adaptation*” (Börzel & Risse, 2000, p.7).

Neste sentido, a Europeização possui dois tipos de mecanismos – vertical e horizontal. Os mecanismos verticais parecem demarcar de forma clara o nível da UE, onde a política é definida, e o nível nacional, onde a política deve ser metabolizada. Em contrapartida, os mecanismos horizontais visualizam a Europeização como um processo em que não há pressão para se conformarem com os modelos políticos da UE. Em vez disso, os mecanismos horizontais ajustam-se baseados no mercado e nos padrões de socialização (Radaelli, 2003, p.14).

Face ao presente objeto de estudo, adotaremos a definição de Europeização de Bărbulescu and Troncotă (2013):

“*EU’s impact on inducing political reform in a future member state, taking as main units of analysis both actors and their interactions inside the EU conditionality policy framework.*” (p.67).

Por conseguinte, aprofundaremos o conceito teórico de condicionalidade, de modo a sustentar e orientar a análise empírica subsequente, adotando, deste modo, uma perspetiva racionalista, uma vez que esta define a condicionalidade da UE como principal mecanismo de indução da mudança, com base nos cálculos de custo-benefício a curto prazo, em que os países candidatos à adesão à UE respondem aos incentivos materiais oferecidos pelas instituições europeias (Schimmelfennig & Sedelmeier, 2005).

2.1. Condicionalidade na Política da UE: Teorização e Evolução

A condicionalidade surge, deste modo, enquanto instrumento da Europeização. A condicionalidade é um conceito amplo e varia consoante o contexto em que é aplicado (Gateva, 2015, p. 22) – condicionalidade do alargamento¹⁵, condicionalidade de membro¹⁶, condicionalidade da adesão¹⁷, condicionalidade do *acquis*¹⁸, condicionalidade democrática¹⁹ e condicionalidade política²⁰ são algumas das categorias da condicionalidade definidas na literatura sobre a integração europeia.

Hughes *et al.* (2004) distingue a condicionalidade em duas categorias principais: formal e informal. A condicionalidade formal inclui as condições prévias declaradas publicamente, tal como as estabelecidas nos princípios gerais dos Critérios de Copenhaga e no quadro jurídico do *acquis*. A condicionalidade informal, por sua vez, refere-se às pressões e recomendações operacionais aplicadas pelos intervenientes da Comissão durante as interações com os seus homólogos no decurso do alargamento (p.526).

A condicionalidade é um dos principais conceitos que tem sido aplicado na análise política do alargamento da UE (*ibid.*). O alargamento sempre foi uma parte essencial do projeto de integração da EU, porém, foi com o alargamento para os países da ECL, juntamente com Chipre e Malta, que foi desenvolvido um conjunto multifacetado de instrumentos (*ibid.*, p.1).

¹⁵Para mais informações consulte:

Hughes, J., Sasse, G. and Gordon, C. (2004). Conditionality and Compliance in the EU's Eastward Enlargement: Regional Policy and the Reform of Sub-National Government. In *Journal of Common Market Studies*, 42:3, pp. 523–551.

¹⁶ Para mais informações consulte:

Smith, K. E. (2003). The Evolution and Application of EU Membership Conditionality. In M. Cremona (ed.) *The Enlargement of the European Union*, Oxford: Oxford University Press, pp. 105–140.

¹⁷ Para mais informações consulte:

Grabbe, H. (2002). European Union Conditionality and the Acquis Communautaire. In *International Political Science Review*, 23:3, pp. 249–268.

¹⁸ Para mais informações consulte:

Grabbe, H. (2002). European Union Conditionality and the Acquis Communautaire. In *International Political Science Review*, 23:3, pp. 249–268.

Schimmelfennig, F. and Sedelmeier, U. (2004). Governance by Conditionality: EU Rule Transfer to the Candidate Countries of Central and Eastern Europe. In *Journal of European Public Policy*, 11:4, pp. 661–679.

¹⁹ Para mais informações consulte:

Pridham, G. (2002). The European Union's Democratic Conditionality and Domestic Politics in Slovakia: The Mečiar and Dzurinda Governments Compared. In *Europe-Asia Studies*, 54:2, pp. 203–227.

²⁰ Smith, K. E. (1998) The Use of Political Conditionality in the EU's Relations with Third Countries: How Effective?. In *European Foreign Affairs Review*, 3:2, pp. 253–274.

O processo de alargamento europeu é integrado pela transformação política e jurídica dos países candidatos, induzida pela condicionalidade da UE. No decorrer deste processo, os países candidatos adotam não só o *acquis communautaire* da EU, como também princípios de áreas como a democracia e o RoL, nos quais a UE não tinha competências com os antigos EMs (Zhelyazkova *et al.*, 2019, p. 16). Embora a UE não possa invocar a condicionalidade da adesão como um incentivo para a mudança interna, pode (ameaçar) suspender acordos bilaterais, paralisar a assistência e impor sanções políticas (e.g. proibir vistos). Do mesmo modo, a UE pode recompensar os progressos alcançados através da melhoria das relações bilaterais (e.g. acordos de associação), de acordos comerciais, da simplificação de regimes de vistos ou do alargamento no âmbito da assistência prestada (Börzel & Pamuk, 2012, p. 83).

A institucionalização da condicionalidade na UE desde 2013 pode ser explicada por um conjunto de necessidades funcionais que visam melhorar o desempenho político, os efeitos de *spillover*, políticas orçamentais relativas à governação económica, o orçamento da UE e a aprendizagem política com as organizações internacionais (Coman, Crespy & Schmidt, 2020, p.116). Por outras palavras, esta institucionalização pode ser resumidamente explicada por dois fatores: o primeiro, relacionado com os esforços que visam melhorar o desempenho da política; e, o segundo, referente aos efeitos colaterais externos relacionados com a governação económica da UE e das negociações sobre o orçamento da UE (Bachtler & Mendez, 2020, p.130).

Embora a condicionalidade esteja institucionalizada como parte da integração europeia, as teorias de integração previamente desenvolvidas não a consideram, pelo que utilizaremos o *External Incentives Model* (EIM).

2.1.1. *External Incentives Model*

O EIM é um modelo de negociação racional em que o principal instrumento da Europeização é a condicionalidade. Este parte do princípio de que os atores envolvidos são racionais e, portanto, orientam as suas decisões e comportamentos com base numa análise de custo-benefício que visa maximizar os benefícios políticos próprios (Schimmelfennig & Sedelmeier, 2004; Schimmelfennig & Sedelmeier, 2020).

Conforme este modelo, a condicionalidade é uma política através da qual a UE impõe a adoção e implementação das suas regras aos Estados europeus que visam a adesão através de uma estratégia de reforço por recompensa (Zhelyazkova *et al.*, 2019, p. 18). A proposição geral do EIM é que um Estado adotará as regras da UE se os benefícios e recompensas da UE excederem os custos de adoção a nível nacional (Schimmelfennig & Sedelmeier, 2004; Schimmelfennig & Sedelmeier, 2020).

A efetividade da condicionalidade resulta da interação entre a dimensão internacional (UE) e a dimensão doméstica (Schimmelfennig, 2008, p. 921), que, por sua vez, depende das (1) recompensas, da (2) determinação das condições da UE, da (3) credibilidade e dos (4) custos (Schimmelfennig & Sedelmeier, 2004; Schimmelfennig & Sedelmeier, 2020).

A suscetibilidade de eficácia da condicionalidade é tanto maior quanto a dimensão e tangibilidade das (1) recompensas, sendo que a recompensa de adesão se torna mais tangível após as negociações de adesão. Por outro lado, as (2) condições da UE têm de ser determinadas de modo que os Estados visados saibam exatamente o que têm de fazer para cumprir e, conseqüentemente, serem recompensados, sendo que, ao longo deste processo, a UE deve fornecer um *feedback* regular (*ibid.*).

Ademais, quanto mais a UE indicar uma condição *sine qua non*, maior a probabilidade de os Estados priorizarem a mesma. Adicionalmente, a condicionalidade sofre de incoerência temporal, uma vez que os Estados têm de cumprir as condições antes de receber a recompensa, a credibilidade torna-se fundamental (*ibid.*).

A (3) credibilidade diz respeito tanto à ameaça da UE de reter a recompensa se as condições não forem satisfeitas, como à promessa da UE de pagar a recompensa quando as condições forem cumpridas. Desta forma, quanto menos a UE beneficiar com a associação ou adesão de um Estado e quanto menos alternativas à associação ou adesão o Estado tiver, mais credível será a ameaça da UE. A credibilidade é, também, proveniente do consenso existente na UE relativamente ao alargamento e a aplicação da condicionalidade; quanto mais a UE falar e agir numa só voz, cumprindo as suas ameaças e recompensas, mas credíveis estas se tornam. Por último, a credibilidade é ainda influenciada pela “condicionalidade cruzada”, isto é, quando existem condições oferecidas por outros atores internacionais que disponibilizam recompensas comparáveis a custos mais baixos, diminuindo, assim, a credibilidade da condicionalidade da UE (*ibid.*).

Por fim, os (4) custos. Enquanto as três primeiras condições são vinculadas pela UE, os custos não podem ser diretamente influenciados pela UE, estando dependentes da situação interna dos Estados em questão. É a dimensão dos custos internos de adoção que determina se os Estados cumprirão as condições da UE. Os custos possuem origens diversificadas, nomeadamente: a perda de eleições, coligações e poder; por outro prisma, a adoção das condições impostas pela UE pode prejudicar os atores institucionais ou sociais com capacidade para bloquearem a sua adoção – *veto players* –, aumentando os custos, em contrapartida, se as condições e as recompensas forem populares, o Estado terá mais probabilidade de as cumprir; por último, o Estado pode estar disposto a cumprir as condições, mas não ter capacidades financeiras ou administrativas, ou até mesmo os conhecimentos necessários para as implementar. (*ibid.*).

Considerando as premissas do EIM para responder à pergunta de partida desta pesquisa, podemos deduzir que, face ao período temporal relativo ao processo de adesão da BiH à UE, este processo não tem cumprido com as condições impostas pela condicionalidade respetivas ao alargamento. Contudo, é necessário compreender se a falta de efetividade provém das dimensões doméstica, internacional ou de ambas, bem como dos parâmetros que se encontram ausentes para este incumprimento, sejam eles as recompensas, a determinação das condições, a credibilidade e/ou os custos. Ademais, é imperativo apreender a influência do “*enlargement fatigue*” na carência de efetividade, considerando este conceito enquanto “*reason for the unwillingness of some of the Union members to admit new countries or as a symptom that the willingness was fading*”, conceito que se “*refer to prospective enlargements of the EU as well as the outcomes of the two past accessions of altogether twelve new countries*” (Szołucha, 2010, p. 108).

3. As Raízes da Instabilidade: Contexto Histórico dos Balcãs Ocidentais

A história conturbada dos WB é conspícua através da passagem dos séculos. Se, por um lado, o século (séc.) XIV marca o início da governação do Império Otomano neste território, por outro, o séc. XVII marca o seu enfraquecimento, que abriu caminho para a ascensão do Império Austro-Húngaro e a sua dissolução em 1918, posterior à I Guerra Mundial. Seguiu-se o período Jugoslavo, nomeadamente, o Reino da Jugoslávia (1929),

a Federação da Jugoslávia (1943), a República Federal Nacional da Jugoslávia (1946) – cf. Anexo A – e, finalmente, a República Federal Socialista da Jugoslávia²¹ (1963), com Josip Broz Tito como líder (Banović *et al.*, 2021, pp.1 - 2; Country Watch, 2021, pp. 9-10; Malcom, 1996, pp. 43-50; 82-106; 119 -155).

A Constituição de 1974 da República Federal Socialista da Jugoslávia representa o auge da descentralização através do princípio da auto-governança (*samoupravljanje*), o que garantia competências mais abrangentes às Repúblicas e às Províncias Autônomas (Banović *et al.*, 2021, p.2). No entanto, “*history suggests that federations of different national entities can work successfully only if they are based on a genuinely democratic political system; but this was not the case in Communist Yugoslav* (Malcom, 1996, pp. 202-203). Adicionalmente, a morte de Tito (1980) e o colapso do poder Comunista na Europa de Leste, aquando da Guerra Fria (1947-1991) e pós-Guerra Fria, com a queda da Cortina de Ferro (1991), contribuíram para o desmoronamento da República Federal Socialista da Jugoslávia (Mazower, 2002).

Neste sentido, em 1991, a Croácia e a Eslovénia²² procuraram a independência, seguindo-se a, então, Macedónia e a BiH, em 1992 (Malcolm, 1996, p.230). Embora estes Estados tenham declarado independência pacificamente, seguiram-se os seguintes conflitos armados com a República Federal da Jugoslávia²³: a Guerra da Independência da Croácia (1991 - 1995); a Guerra dos Dez Dias (27 de junho a 7 de julho de 1991); a Guerra da Bósnia (1992-1995). Por outro lado, a Macedónia conseguiu a sua independência sem nenhum conflito significativo (Mazower, 2002).

Em 2003, a República Federal da Jugoslávia é renomeada e torna-se a República da Sérvia e Montenegro. Em maio de 2006, Montenegro torna-se independente de forma pacífica através de referendo *plesbiscitu*, “*conducted in line with OSCE and other international standards related to democratic electoral processes*” (OSCE, 2006, p.1), pondo fim à República da Sérvia e Montenegro.

O Kosovo, por seu lado, com a Constituição de 1974 da República Federal Socialista da Jugoslávia, auferiu o estatuto de Província Autónoma, como referido *a*

²¹ Constituída pelos atuais estados da Bósnia e Herzegovina, Croácia, Eslovénia, Macedónia do Norte, Montenegro, Sérvia e pelo Kosovo, enquanto República Independente, uma vez a sua soberania não ser reconhecida por todos os países.

²² Parte integrante do grande alargamento da UE a Leste, ocorrido em 2004, que permite a entrada de 10 novos países, como referido anteriormente.

²³ Constituída pela Sérvia e por Montenegro.

priori, mas viu essa autonomia restringida ao longo do tempo, sobretudo com a Guerra do Kosovo (1998-1999). Consequentemente, a Resolução 1244 das Nações Unidas (1999) terminou a governação de Belgrado sobre o Kosovo e estabeleceu uma Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK). Em fevereiro de 2008, o Kosovo declara formalmente independência da Sérvia (Assembly of Kosovo, 2008), porém, mais de 15 anos após esta declaração, não é reconhecido enquanto Estado Soberano por toda a comunidade internacional.

Segundo Yves Lacoste (1995), as representações designam o conjunto de ideias e percepções coletivas de ordem política, religiosa ou outro, que anima os grupos sociais e que estrutura a sua visão do mundo (p.29). Por outras palavras, desde o início que a nação sempre esteve ligada a uma história que opõe um “*Nós*” a um “*Eles*”; tornou-se necessário exteriorizar o inimigo e se não há candidatos óbvios para cumprir esse papel, é preciso construí-los (Kearney, 2002, pp. 113-114). Embora Kearney profira estas palavras aquando da sua análise dos Estados Unidos da América (EUA) e do México, esta é uma conceção aplicável a outras realidades, nomeadamente à realidade multiétnica e multirreligiosa dos WB.

3.1. Processo de Integração dos Balcãs Ocidentais na UE

“*The future of the Balkans is within the European Union*”, esta é a frase que marca a Cimeira de Salónica (2003). Este compromisso político entre Chefes de Estado e Primeiros-Ministros dos EMs da UE foi compreendido como um incentivo forte e promissor para o futuro da região, que seria estável e próspera (Conselho Europeu 2003). Deste modo, o Conselho Europeu (2003), na Cimeira de Salónica, declarou que:

“(…) *the Western Balkans countries will become an integral part of the EU, once they meet the established criteria*”, sendo que “*the pace of further movement of the Western Balkan countries towards the EU lies in their own hands and will depend on each country’s performance in implementing reforms, thus respecting the criteria set by the Copenhagen European Council of 1993 and the Stabilisation and Association Process conditionality*”.

O SAP é uma iniciativa da UE iniciada em 1999, relativamente aos WB, que inaugurou os primeiros laços jurídicos e políticos entre a região e a UE²⁴:

“The SAP conditionality included (among other requirements) co-operation with the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia (ICTY) and regional co-operation, return of refugees and displaced persons, democratic reforms, and free and fair elections. Furthermore, the Commission has also provided Turkey and the Western Balkan applicants with country-specific lists of conditions at different stages of the accession process” (Gateva, 2015, p.21).

Desde o SAP, a UE tem estado ativamente envolvida na região, através da reconstrução do Kosovo, no âmbito da Política Comum de Defesa e Segurança (CDSP), do envio de diversas missões para a BiH, o Kosovo e a Macedónia do Norte (que até então era somente República da Macedónia), etc. (Ibid., p.126). Contudo, desde o início do SAP até à assinatura do SAA com cada um dos WB, à exceção da Macedónia do Norte²⁵, que assinou em abril de 2001, e a Croácia, que o fez em outubro de 2001, decorreu um longo período: a Albânia assinou em junho de 1996; Montenegro em outubro de 2007; a Sérvia em abril de 2008; a BiH em junho de 2008, porém, a sua entrada em vigor foi suspensa até 1 de junho de 2015, principalmente devido à não implementação pelo país de um acórdão fundamental do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos²⁶; e o Kosovo em outubro de 2015.

Em 2013, a Croácia integrou a UE, mas, nesse ano, *“ten years after the Thessaloniki Summit, Albania, Bosnia and Herzegovina, Kosovo, Macedonia, Montenegro and Serbia are still far away from full EU membership”* (Džankić et al., 2019, pp. 1-2).

Atualmente, a Sérvia e o Montenegro estão em negociações há cerca de 12 anos, sem um prazo realista para a conclusão deste processo. As negociações com a Albânia e a Macedónia do Norte só começaram oficialmente em 2022, com a Primeira Conferência Intergovernamental para dar início às negociações de adesão. A BiH apenas teve o parecer positivo informal do Conselho Europeu para início das negociações de adesão a 21 de

²⁴ Para mais informações consulte: [The Stabilisation and Association Process](#).

²⁵ Aquando do sucedido, o país ainda se denominava Macedónia, uma vez que a alteração oficial do nome ocorreu apenas a 11 de janeiro de 2019. Contudo, doravante, referir-nos-emos, como Macedónia do Norte, em conformidade com a designação atual.

²⁶ Para mais informação consulte: Sejdić and Finci v. Bosnia and Herzegovina. (2009). No. 27996/06 & 34836/06. *European Court of Human Rights*. Disponível em: <https://hudoc.echr.coe.int/fre#%7B%22itemid%22:%5B%22001-96491%22%5D%7D>.

março de 2024, dois anos após ter sido reconhecida como candidata no Conselho Europeu de 15 de dezembro de 2022. Neste mesmo Conselho Europeu, o Kosovo realizou o seu pedido de adesão, permanecendo com o estatuto de potencial candidato²⁷, face aos restantes WB, doravante WB₆, que possuem o estatuto de candidatos²⁸.

No sentido de revitalizar o processo de adesão destes Estados, novos planos, iniciativas e mecanismos têm sido estabelecidos. A 25 de março de 2020, o Conselho subscreveu a comunicação da CE intitulada “*Enhancing the accession process – A credible EU perspective for the Western Balkans*” (p.4). O novo processo baseia-se no princípio de reversibilidade, tendo por base critérios objetivos, bem como uma condicionalidade positiva e negativa rigorosa, reforçando ainda a credibilidade através da importância dada às reforças fundamentais – RoL, funcionamento das instituições democráticas e da administração pública, bem como nas economias dos países candidatos (Comissão Europeia, 2020).

Em junho de 2022, os dirigentes da UE manifestaram o seu plano e inequívoco empenho na perspetiva de adesão dos WB₆ e apelaram à aceleração do processo de adesão (Conselho Europeu, 2022a, p.4)

A 8 de novembro de 2023, a CE adotou um novo Plano de Crescimento para os Balcãs Ocidentais, assente em quatro pilares, que têm como objetivo: reforçar a integração económica dos parceiros dos WB₆ no mercado único da EU; impulsionar a integração económica da região através do mercado comum regional; acelerar as reformas fundamentais; e aumentar a assistência financeira para apoiar as reformas através de “*Reform and Growth Facility for the Western Balkans*”, um mecanismo para as reformas e o crescimento dos WB₆ entre 2024 e 2027 (Comissão Europeia, 2023c). Um acordo político entre o PE e o Conselho sobre este mecanismo foi alcançado a 4 de abril de 2024 e aprovado pelo Conselho a 7 de maio de 2024, no valor total de 6 mil milhões de euros, complementando o apoio já prestado através do Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA III) (Conselho Europeu, 2024b; Conselho da União Europeia, 2024).²⁹

²⁷ Ver: [Potenciais candidatos à EU](#).

²⁸ Ver: [Candidatos à UE](#).

²⁹ Para mais informação acerca deste mecanismo consulte: Parlamento Europeu. (2024). *Regulation of the European Parliament and of the Council on establishing the Reform and Growth Facility for the Western Balkans*. Disponível em: < <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/PE-80-2024-INIT/en/pdf>>

Ainda assim, este tem sido um longo processo, pelo que, para o presente estudo, analisaremos o caso específico da BiH, a fim de compreender as razões que contribuem para a morosidade do processo de integração europeia.

4. Um Estudo de Caso: Processo de Integração da Bósnia e Herzegovina na EU

Até ao momento, conduzimos uma análise abrangente da principal literatura acerca da integração europeia, explorando o conceito de Europeização como extensão lógica da integração europeia e o conceito de condicionalidade enquanto principal instrumento da Europeização, conforme o quadro analítico do EIM. Subsequentemente, abordámos o contexto histórico dos WB, visando compreender a instabilidade desta região, e apresentámos uma visão geral do processo de integração dos WB na UE.

Deste modo, após uma contextualização do panorama envolvente, no presente ponto, avançaremos para a análise específica do nosso objeto de estudo: a BiH.

Este estudo requer, em primeiro lugar, uma compreensão da estrutura política e demográfica, destacando a sua natureza multiétnica e multirreligiosa, que caracteriza profundamente as dinâmicas políticas internas do país.

Em seguida, abordaremos a estrutura político-institucional da BiH à luz do *General Framework Agreement for Peace in Bosnia and Herzegovina* (1995). Este acordo é o marco fundamental para a paz e a estabilidade do pós-guerra, por um lado, e, por outro, instituiu uma organização política complexa e descentralizada, pelo que nos facilitará a compreensão da complexa organização do Estado.

Por fim, procederemos a uma análise detalhada da evolução do processo de integração da BiH na EU, observando os principais avanços, desafios e entraves que integram este processo.

4.1. Enquadramento Político, Demográfico e Económico

Com a declaração de independência perante a República Federal da Jugoslávia, doravante Jugoslávia, a BiH, enquanto uma república central multiétnica (Banović *et al.*, 2021, p.3), entrou num período (1992-1995) conturbado de guerras etnonacionalistas – enquanto nacionalismo no qual a nação se define em termos de pertença a um grupo étnico, que tem como modelo de referência cultural essa mesma nação, isto é, funda-se em dois pilares: a consciência de ligações culturais e sociais entre os cidadãos, por um lado, e a reivindicação do direito do coletivo político unido a um território nacional autónomo, por outro (Sousa *et al.*, 2021, p.282). Ademais, o etnonacionalismo promove a exaltação dos valores culturais (e.g. língua) do coletivo político, o que conduz frequentemente à rejeição de outras culturas, resultando em fenómenos de xenofobia ou de racismo (*Ibid.*).

O Referendo de 29 de fevereiro e 1 de março de 1992 teve a maioria dos cidadãos participantes a expressarem um voto favorável relativamente ao desejo de independência (CSCE, 1992, p. 25). Embora mais de 99% tenha votado a favor da independência, os resultados indicaram apenas uma participação de cerca de 63% dos cidadãos, face ao número significativo de Bósnio-Sérvios que boicotaram o Referendo (Banović *et al.*, 2021, p.3; Research Directorate, Immigration and Refugee Board Canada, 1992). Apesar disso, a 7 de abril de 1992, os EUA e a UE reconheceram a BiH como um estado independente (Conselho da União Europeia, 1993; U.S. Department of State, 2005), tornando-se membro da Organização das Nações Unidas (ONU) a 22 de maio de 1992 (United Nations, 2019). Não obstante:

“By that time, conflict between Croatia and the Yugoslav People’s Army (Jugoslovenska narodna armija) had already erupted. Bosnia and Herzegovina, as a multi-ethnic republic centrally located in the Yugoslav state, was dragged into and broken up by the conflict.” (Banović *et al.*, 2021, p.3).

Os três grupos étnicos – Bosniaks³⁰ (muçulmanos), Croatas (católicos) e Sérvios (ortodoxos)³¹ – reivindicavam o mesmo território, cada um com o objetivo de salvaguardar os seus próprios interesses (*Ibid.*). A 9 de janeiro de 1992, a Republika Srpska – isto é, os Bósnio-Sérvios da BiH – declarou independência da BiH, mas sem que esta fosse reconhecida pela comunidade internacional. De 1993 a 1994 os Bosniaks, e os Croatas mantiveram-se em guerra³² até à assinatura do *Washington Peace Agreement* (1994), que levou à criação da Federação da Bósnia e Herzegovina, resolvendo, parcialmente, o conflito da região (Banović *et al.*, 2021; Malcolm, 1996; Research Directorate, Immigration and Refugee Board, Canada, 1992; U.S. Department of State, 2005). Todavia, o Massacre de Srebrenica³³, em julho de 1995, determinado como genocídio pelo International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia (ICTY, 2005), levou à intervenção militar da ONU e da NATO, o que auxiliou os Croatas e os Bósnios a derrotar as forças militares Sérvias e possibilitou o início das negociações (Banović *et al.*, 2021, p. 3; Malcolm, 1996, pp. 266-268). Um *General Framework Agreement for Peace in Bosnia and Herzegovina* foi anunciado a 21 de novembro de 1995, em Dayton, e assinado a 14 de dezembro, em Paris, conhecido como o *Dayton Peace Agreement*.

No que diz respeito à dimensão económica, após a independência, a BiH atravessou uma guerra que resultou numa grande destruição, tanto da sua indústria quanto dos seus recursos naturais. (Kalamujić, 2019, p.97). As estimativas afirmam uma perda de €200 mil milhões em danos materiais e um declínio do PIB para menos de 20% (Daviddi, 2023, p.56). Por outro lado, o ICTY (2010) estima a perda de cerca de 105 000 vidas humanas.

O período pós-guerra foi marcado pela reconstrução do que podia ser salvo, pela liquidação do que podia ser vendido e pela compensação através de donativos e ajuda

³⁰ A designação Bosniak é mais apropriada para o contexto, uma vez que “bósnio” é um termo muito amplo que, em última instância, inclui toda a população da BiH. Enquanto Bosniak designa um cidadão bósnio que não só não identifica a sua pertença identitária aos Estados vizinhos (como acontece com os Croatas e com os Sérvios), como é membro da comunidade muçulmana.

³¹ Considere que quando referimos Sérvios e Croatas enquanto cidadãos pertencentes ao povo constituinte, estamos a simplificar, dado que nos referimos especificamente aos Bósnio-Croatas e Bósnio-Sérvios.

³² Durante este período de guerra, a célebre *Old Bridge* de Mostar foi destruída num ato de vandalismo pelos Croatas, sendo, nos dias de hoje, um símbolo de reconciliação entre os diferentes grupos étnicos e uma representação da coexistência pacífica.

³³ Em julho de 1995, o exército Sérvio da BiH invadiu Srebrenica – anteriormente declarada zona de Segurança ao abrigo da Resolução 819 do Conselho de Segurança das Nações Unidas – e assassinou brutalmente milhares de pessoas, sendo o maior massacre europeu desde o Holocausto. Para mais informação consulte: United Nations. (2019). International Day of Reflection and Commemoration of the 1995 Genocide in Srebrenica, 11 July. Disponível em: <<https://www.un.org/en/observances/srebrenica-genocide-commemoration-day>>.

humanitária. Durante e após o período de recuperação inicial, o país concentrou-se na criação de instituições mais fortes e nas reformas dos sistemas fiscal, monetário e tributário, a fim de colmatar as lacunas existentes e de prosseguir objetivos nacionais e internacionais – integração na UE, adesão ao Banco Mundial, ao Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD), ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e à Organização Mundial do Comércio (OMC) (Kalamujić, 2019, p.97). Por outro lado, a corrupção, incluindo as práticas de contrabando e as redes criminosas que proliferaram durante a guerra, continuaram depois, ajudando a sustentar a economia do país através de uma “economia clandestina”, como defende Andreas (2004).

4.2. Estrutura Político-Institucional da Bósnia e Herzegovina à Luz do Dayton Peace Agreement

O Dayton Peace Agreement, sob o *motto* “*one State, two Entities and three Nations*”, acaba com a guerra, estabelecendo o Estado da BiH (Banović *et al.*, 2021, p.4).

Este acordo, composto por XI Anexos, com o objetivo de se fazer ser cumprido e de manter a paz e a soberania da BiH, estabelece uma autoridade máxima internacional, o *High Representative* (cf. n. °2 do Art.º I do Anexo X), que possui poderes executivos amplos, conhecidos como “Poderes Bonn”, que lhe permitem demitir autoridades, impor leis e anular decisões que prejudiquem o processo de paz e estabilidade do país, como definido no Conselho de Implementação da Paz, em Bona, em dezembro de 1997³⁴.

Assinado pelo Presidente Bósnio Alija Izetbegović, pelo Presidente Croata Franjo Tuđman e pelo Presidente Sérvio Slobodan Milošević, o Dayton Agreement estabelece a Constituição da BiH no Anexo IV.

Conforme o n.º 3 do Art.º I. da Constituição da BiH, a BiH é um Estado composto por duas entidades: a Federação da Bósnia e Herzegovina (FBiH) e a Republika Srpska (RS). O país ficou, assim, dividido segundo as linhas étnicas: a FBiH, composta pela maioria da população Bosniak e Croata – 51% do território – e a RS, composta pela maioria dos cidadãos Sérvios – 49% do território (Banović *et al.*, 2021, p. 3). Por

³⁴ Para mais informação consulte: Office of the High Representative. (1997, 10 de dezembro). *PIC: Summary of Bonn conclusions*. Disponível em <<https://www.ohr.int/pic-summary-of-bonn-conclusions/>>.

consequente, a organização territorial do país é muito descentralizada e as duas entidades são estruturadas de formas distintas, a RS é uma república autónoma unitária, enquanto a FBiH é uma república autónoma profundamente descentralizada, constituída por dez Cantões (*Ibid.*, 49-50).

Contudo, houve uma parte territorial sobre a qual não foi possível alcançar um acordo imediato – Brčko District –, o qual ficou estabelecido permanecer sob a mesma administração, neste caso da RS, embora sob supervisão internacional (Art.º V do Anexo 2). A decisão foi remetida em 1999, conforme arbitragem internacional, que designou Brčko como uma região autónoma multiétnica, sob a jurisdição do governo central da BiH (Peres, 2018, p.5), desta forma, contrariamente às Entidades, não possui uma Constituição própria, mas antes um *Statut*. Posto isto, a BiH está, atualmente, dividida internamente em três partes, duas entidades e uma região – ver Anexo B.

O Preâmbulo da Constituição da BiH reconhece três grupos étnicos como povo constituinte – Bosniaks, Croatas e Sérvios – e, caso não exista uma identificação com os anteriores, a Constituição reconhece ainda “Outros”.

A Constituição define a Presidência e o Conselho de Ministros como poder executivo, enquanto o poder legislativo é exercido pela Assembleia Parlamentar. A Presidência é composta por três membros, ou seja, três Presidentes, cada um dos quais representa um dos grupos étnicos do povo constituinte. Neste sentido, os cidadãos da FBiH elegem os representantes Bosniaks e Croatas, enquanto os cidadãos da RS elegem o representante Sérvio, para os representar a nível nacional (Art.º V, al. a) do n.º 1 do mesmo artigo). Deste modo, a presidência funciona rotativamente, a cada oito meses num mandato de quatro anos (al. b) do n.º 1 do Art.º V). A Assembleia Parlamentar segue a mesma lógica de representação étnica e territorial (Art.º IV).

O Anexo IV, ou seja, a Constituição da BiH, era suposto ser temporário e, por isso, redefinido, mas tal nunca aconteceu. A Constituição define apenas as competências estatais (e.g. Política Externa, Política Monetária, etc.), o que significa que a restante jurisdição diz respeito a cada uma das Entidades (e.g. Educação, Políticas de Saúde, etc.) e, no caso da FBiH, partilha ainda algumas das competências com os Cantões, consequentemente, cada um possui a sua própria Constituição (Rončević, 2021, pp.13-14). Deste modo, existe uma hierarquia jurídica através da coordenação dos diferentes níveis de governação e partilha de competências entre Entidades e Cantões (ver Anexo C

BiH on an EU-accession path. At the same time, the SAA also brings new responsibilities stemming from its implementation and for BiH authorities to deliver upon. The Commission will spare no effort assisting the country's authorities in the implementation of the necessary reform agenda." - Johannes Hahn, Comissário da Política Europeia de Vizinhança e Negociações de Alargamento (DG NEAR, 2015).

A 15 de fevereiro de 2016, a BiH apresentou o seu pedido de adesão. Contudo, face à ausência de um Mecanismo de Coordenação, o Conselho não deu uma resposta imediata. A ausência deste mecanismo, cujo primeiro *deadline* para apresentação de uma proposta do mesmo encontrava-se estabelecida a 31 de outubro de 2012 (Comissão Europeia, 2012b), porém, foi continuamente adiada e assinalada ao longo dos anos nos Relatórios de Progresso da BiH. Finalmente, a 23 de agosto de 2016, o Conselho de Ministros da BiH estabeleceu oficialmente o Mecanismo de Coordenação com a sua publicação na *Official Gazzete of BiH* (no. 72/16). Por conseguinte, o Conselho aprovou este pedido e apresentou as suas conclusões a 20 de setembro desse ano, incentivando a BiH a prosseguir com os seus esforços no sentido de garantir a execução efetiva do programa de reformas, do qual fazem parte reformas no domínio do RoL e da administração pública. Ademais, referiu a necessidade de implementação do Mecanismo de Coordenação para questões relativas à UE, considerando todos os níveis de governo da BiH (Comissão Europeia, 2018; Conselho da União Europeia, 2016).

Uma das questões europeias para o qual este Mecanismo é essencial é para dar resposta ao *Questionnaire of the European Commission for EU integration*. O *Questionário*, como previamente explanado, é um instrumento formal que permite à CE realizar uma avaliação relativamente ao grau de preparação dos países candidatos, de modo a que estes avancem no processo de adesão, nomeadamente para obterem o estatuto de candidato e, futuramente, iniciarem as negociações de adesão (Emerging Europe, 2022). Para esse propósito, o *Questionário* contém uma lista detalhada de perguntas que seguem a estrutura dos critérios de adesão à UE, cujo objetivo é fornecer uma visão abrangente do sistema político, jurídico, social, económico e administrativo do Estado requerente, avaliando a compatibilidade com o sistema do Estado e os valores existentes na UE e nos EMs (Ministry of Foreign Trade and Economic Relations of BiH, 2018).

A CE entregou o *Questionnaire* a 9 de dezembro de 2016, com 3 242 questões distribuídas entre critérios políticos, económicos e 33 capítulos de *acquis*. Foram necessários 14 meses para responder, porém, uma vez que a informação fornecida não foi

considerada satisfatória, foram enviadas 655 novas questões, as quais a BiH demorou mais 8 meses a responder, perfazendo uma totalidade de 3 897 perguntas e 22 meses. Ademais, apesar da existência de um Mecanismo de Coordenação sobre as questões da UE, as autoridades não conseguiram chegar a acordo na resposta de 22 perguntas: uma sobre os critérios políticos, quatro sobre a política regional e 17 sobre as políticas de educação (Comissão Europeia, 2019, pp. 2-3).

Dada a morosidade do processo, a CE apresentou o seu parecer somente em maio de 2019. Este identificava 14 prioridades principais a serem cumpridas pela BiH, nos domínios da Democracia/Funcionalidade, do RoL, dos Direitos Fundamentais e da reforma necessária da Administração Pública, como requisitos para a abertura das negociações de adesão (*Ibid.*, pp. 14-16).

Na sequência da guerra de agressão russa contra a Ucrânia, em junho de 2022, a UE concedeu o estatuto de país candidato à Moldávia e à Ucrânia (Conselho Europeu, 2022a, p.4). Posteriormente, a 15 de dezembro de 2022, o estatuto de candidato foi concedido à BiH (Conselho Europeu, 2022b, p.8).

Em 2023, a BiH conseguiu completar duas das 14 prioridades principais. Por um lado, conseguiu completar a terceira prioridade apontada, que reivindicava a necessidade do bom funcionamento da Comissão Parlamentar de Estabilização e de Associação (CPEA) (*Ibid.*, p.14). Em 30 e 31 de outubro de 2023, cerca de oito anos após a primeira reunião falhada da CPEA, realizou-se com sucesso a terceira reunião de pleno direito da UE-BiH, em Sarajevo. Por outro lado, completou ainda a décima prioridade, posteriormente à abolição da referência à pena de morte da Constituição da RS em 2019, em 2023, designou o Provedor de Justiça dos Direitos Humanos como mecanismo preventivo nacional contra a tortura e os maus-tratos, concluindo, assim, a prioridade (Comissão Europeia, 2023, pp. 11-13).

Na Sessão Plenária do PE realizada a 12 de março de 2024, Ursula von der Leyen, Presidente da CE, iniciou o seu discurso relativamente à BiH afirmando:

“Since we granted candidate status, Bosnia and Herzegovina has taken impressive steps forward. More progress has been achieved in just over a year than in a whole decade.”

Seguidamente, enumerou a evolução positiva da BiH, afirmando: (1) o seu alinhamento para com a política externa e de segurança, fundamental face à instabilidade

geopolítica; (2) a adoção de leis importantes (e.g. prevenção de conflitos de interesses, branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo); (3) o aperfeiçoamento da gestão dos fluxos migratórios; (4) a inclusão dos registos criminais nacionais das sentenças do ICTY; (5) a operacionalidade de um novo comité para a construção da paz através do diálogo e da reconciliação.

De seguida, identificou a necessidade de mais progressos para a adesão à EU, porém, reconheceu que a BiH exibia a capacidade de cumprir os critérios de adesão, concluindo:

“This is the reason that we will decide to recommend to the Council to open accession negotiations with Bosnia and Herzegovina. The message coming from Bosnia and Herzegovina is clear. So our message must be clear too. The future of Bosnia and Herzegovina lies in our Union”.

Por conseguinte, a 21 de março de 2024, o Conselho Europeu, com base no parecer positivo da CE decidiu iniciar as negociações de adesão (Conselho Europeu, 2024a, p.10). Todavia, as negociações de adesão ainda não foram formalmente abertas, uma vez que ainda não ocorreu a primeira conferência intergovernamental. Neste sentido, para que o processo de negociação seja operacionalizado, a BiH tem de cumprir uma série de etapas, nomeadamente no Capítulo 23 de Negociação, correspondente ao Judiciário, à Anticorrupção e aos Direitos Fundamentais, algo que foi enfatizado ao longo de toda a Conferência Ministerial de 27 e junho de 2024. Seguindo esta perspetiva, o Embaixador da República da França na BiH, François Delmas, declarou:

"The political, peaceful and prosperous European project is implemented through law and justice. It is no coincidence that chapter twenty-three is at the center of the negotiation process and the issues of the rule of law are described as "fundamental". In Bosnia and Herzegovina, as well as in the region, there are not many challenges to which a stronger, more efficient and independent judiciary is not the answer. The fight against corruption? The answer is the judiciary. Respect and safety for everyone? The answer is the judiciary. More economic investments? Judiciary. Creating opportunities and stopping emigration, especially of young people? An open society, equal opportunities, and there they are again: the rule of law and the judiciary. The fight against violence against women, especially those who are engaged? The answer is also an efficient judiciary".

Na Conferência Ministerial, ficou claro que, embora tenha sido dada luz verde para a abertura das negociações de adesão, a BiH ainda tem um longo caminho a percorrer para a abertura formal das mesmas, notadamente:

“Bosnia and Herzegovina’s leaders have a responsibility to continue delivering reforms that will benefit all citizens and bring the country closer to the EU. The EU has clearly outlined the remaining steps for holding the first intergovernmental conference, including delivering on four critical pieces of legislation. Additionally, the country’s authorities need to appoint a Chief Negotiator and negotiating team with a clear mandate based on the National Programme of Adoption of the Acquis. Ongoing reforms, especially those from the 14 Key Priorities, remain essential for progress on the EU path. The EU Office will continue its support throughout this process, including via projects like EU4Justice. However, the country’s leadership must do their part and actively pursue and implement critical reforms”, afirmou Johann Sattler, antigo Chefe da Delegação da UE na BiH e Representante Especial da UE na BiH (EEAS,2024).

Esta questão foi novamente referida aquando da recente visita de Ursula von der Leyen aos WB₆. Neste sentido, a 25 de outubro de 2024, a Presidente da CE reiterou:

“(...) I also want to thank you for the enormous commitment from Bosnia and Herzegovina to the accession path towards the European Union. Bosnia and Herzegovina has come a long way. (...) Of course, a lot of work is still to be done in the accession negotiations. I know that you are working very hard on crucial laws related to the European fundamentals – that is democracy and the rule of law. (...)” (Comissão Europeia, 2024b).

Considerando a morosidade do processo de integração da BiH, que se prolonga por mais de duas décadas, e reconhecendo que, conforme von der Leyen, o progresso alcançado no último ano foi mais significativo do que o alcançado na década inteira, torna-se imperativo compreender os fatores, tanto internos como externos, que têm limitado à adesão da BiH à UE.

5. *Quo Vadis* Bósnia e Herzegovina?

Diante da exposição teórica e factual apresentada ao longo deste trabalho, cabe-nos agora considerar a análise dos fatores que condicionam e limitam o processo de

integração da BiH na UE, identificando os obstáculos que têm, em última instância, impedido o país de alcançar o estatuto de Estado-Membro da UE. Este capítulo visa, portanto, compreender as condicionantes enfrentadas pela BiH, para que, posteriormente, se proceda a uma verificação das hipóteses enunciadas inicialmente.

Para uma análise estruturada, o capítulo será dividido em duas partes. Na primeira, exploraremos as condicionantes internas – as dinâmicas políticas, sociais, económicas e institucionais, intrínsecas à BiH, que dificultam a sua capacidade de satisfazer os critérios de adesão definidos pela UE, particularmente os Critérios de Copenhaga. Serão abordadas questões como a estabilidade política interna e o complexo sistema de governação, considerando as dimensões étnico-social, política e económica, de modo a proporcionar uma visão detalhada dos entraves internos à adesão.

Na segunda parte, voltaremos a nossa atenção para as condicionantes externas. Esta análise incluirá fatores geopolíticos – desafios e crises globais –, as políticas da UE em relação à expansão e a própria receptividade da UE e de alguns EMs relativamente à integração da BiH.

5.1. Labirinto Interno: as Complexidades da Bósnia e Herzegovina

A BiH é frequentemente retratada como “um caso especial” e, de facto, há várias características que devem ser consideradas quando se analisa o país (Daviddi, 2023, p.55). A BiH, consequência do seu passado enquanto ex-República da Jugoslávia, caracteriza-se pela sua sociedade plural, composta por três etnias, com línguas bastante similares, que se vinculam a três religiões distintas. Ademais, “*BiH is the only country where half of the population and two out of three constituent peoples consider the two neighbouring countries as their kin states or have high levels of loyalty that often supersede their loyalty to BiH*” (Marković & Subašić, 2019, p. 185).

Esta contextualização remete-nos ao pensamento de Stuart Mill (1958), na sua obra “*Considerations on Representative Government*”, quando afirma que “*free institutions are next to impossible in a country made up of different nationalities*”. No entanto, não partilhamos do pessimismo absoluto dessa afirmação; reconhecemos, antes, as complexidades e desafios que esta multietnicidade acarreta.

5.1.1. Democracia Consociativista e as Dinâmicas de Governança da BiH

A Constituição da BiH estabelece um sistema Consociativista, isto é, um convénio que visa impedir a assimilação e a divisão de sociedades plurais num quadro de democracia concordante, caracterizado por quatro elementos principais: (1) a formação de grandes coligações entre os responsáveis políticos de todos os segmentos de sociedades plurais; (2) o veto mútuo que permite que as regras da maioria concorrente protejam os interesses vitais das minorias; (3) proporcionalidade na representação política, nas nomeações para a função pública e na afetação de fundos públicos; (4) um elevado grau de autonomia para que cada segmento possa gerir os seus próprios assuntos internos (Eralp, 2014, pp. 32-33). Todavia, este sistema na BiH falha em diversos níveis.

Formação de Grandes Coligações nas Sociedades Plurais

Primeiramente, o Consociativismo exige a *formação de grandes coligações entre as três comunidades étnicas*, cuja desenvoltura burocrática acontece, sobretudo, nas duas câmaras da Assembleia Parlamentar do Estado da BiH: Câmara do Povo e Câmara dos Representantes.

Contudo, “*such system of mutual checks and balances has proven to be an inefficient conflict management mechanism in postconflict BiH*” (Ibid., p.34). Esta ineficiência provém do facto da Constituição de Dayton “*defines a minimum, level of state competences, leaving all the other to the entities*” (Daviddi, 2023, p.72), consequentemente, o verdadeiro poder reside nas Entidades (Eralp, 2014, p. 34).

Ademais, a atribuição do poder executivo às Entidades faz com que a evolução da boa vontade entre os políticos das Entidades seja refém da manipulação das redes de compadrio locais, consequentemente, a cooperação política a nível estatal está comprometida com as exigências de lealdade dos círculos étnicos da BiH (Eralp, 2014, p.34). Esta manipulação política é conseguida através da influência exercida pelas elites políticas na sociedade da BiH, como declarado por Elmir Sadiković, Professor Assistente na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Sarajevo (2022):

*“Unfortunately, the citizens are wrapped up within their own ethnic-nationalistic frames. They believe they have trust in their own ethnic political elites. And these political elites are manipulating with the fear towards the citizens feeding the fear from another. So, our society is divided society”.*³⁹

Este comportamento transcende as questões nacionais, uma vez que esta *“Ethnic-based division in the society driven by political elites thus influence the dynamics of foreign policy which otherwise flows toward EU integration”* (Čepo, 2019, p.78). Os partidos sérvios da Republika Srpska, por exemplo, parecem manter o governo a nível estatal cativo e incapaz de legislar quaisquer propostas de reforma necessárias para o processo de adesão à UE⁴⁰ (Eralp, 2014, p.34).

Como resultado, a Constituição de Dayton não cumpre a primeira condição do Consociativismo, em virtude da ausência da boa vontade política, colocando o sistema imposto por Dayton em constante risco de colapso. Por essa mesma razão, a Comunidade Internacional através do Gabinete do Alto Representante (OHR), é obrigada a intervir, de modo a manter o sistema em funcionamento (*Ibid.*).

Veto Mútuo: Proteção de Minorias ou Instrumento de Bloqueio?

Em segundo lugar, o Consociativismo estabelece o *veto mútuo*, que permite que as regras da maioria concorrente protejam os interesses vitais das minorias, porém, este sistema de veto pode imobilizar a tomada de decisões quando usado com más intenções (*Ibid.*) A Comissão Europeia para a Democracia através do Direito (2005), no seu parecer acerca da situação constitucional da BiH, definiu que o uso recorrente do *interesse vital nacional* é um obstáculo para a governação eficaz e eficiente da BiH.

A estrutura constitucional presente *“offers too many possibilities for political obstructionism”* (Daviddi, 2023, p.72). Um exemplo claro desta realidade foi o facto da cidade de Mostar, pertencente ao cantão Herzegovina-Neretva, ter estado sem eleições

³⁹ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

⁴⁰ Para mais informação desta dimensão consulte, por exemplo: Observador. (2024, março 30). Bósnia-Herzegovina: UE acusa líderes sérvios bósnios de aumentarem tensões. Disponível em <<https://observador.pt/2024/03/30/bosnia-herzegovina-ue-acusa-lideres-servios-bosnios-de-aumentarem-tensoes/>>.

municipais durante 12 anos⁴¹. Emina Džafić⁴² (2022), membro do Departamento da UE e da Divisão Multilateral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da BiH, alertou, precisamente, para este quadro durante a nossa entrevista:

*“(...) it was created in such a way in order to protect all, it can also harm all, just because one can make these decisions to block you know, claiming the vital protection of vital interests”*⁴³.

Representação Política: Princípio da Proporcionalidade

O terceiro elemento do Consociativismo declara a *proporcionalidade na representação política*, bem como nas nomeações para a função pública e na afetação de fundos públicos. O princípio da proporcionalidade é, por exemplo, diretamente visível no sistema rotativo tripartido étnico presidencial do país.

Por um lado, o princípio da proporcionalidade, tentando atenuar as tensões étnicas, acaba por acentuar o etnonacionalismo que persiste na Região dos Balcãs, em grande parte devido ao legado de guerras etnonacionalistas que assombram a sua história recente. Neste sentido, a segmentação do poder com base nas etnias que compõem o povo constituinte funciona como uma constante recordação desse passado, reforçando, consequentemente, a ausência de unidade e de coesão social do país. Por outras palavras, esta segmentação contribui para a construção de uma narrativa representativa dicotómica que opõe um “*nós*” a um “*eles*”, conforme Lacoste (1995) e Kearney (2002), tal como previamente explanado no Ponto 3. Esta narrativa dicotómica é visível através da “*(...) ethnically cleansed from Republika Srpska, you have a number of people that were killed on the territory of Republika Srpska, you have a number of people that couldn't return to the territory of Republika Srpska and those are all the questions where indirectly you have to acknowledge what you did*” (Emina Džafić, 2022)⁴⁴ – o massacre de Srebrenica, que continua a exercer uma profunda influência na sociedade da BiH, sobretudo, entre

⁴¹ Para mais informações consulte: Euronews. (2020, 20 de dezembro). Mostar vota em eleições municipais pela primeira vez em 12 anos. Euronews. Disponível em: <https://pt.euronews.com/video/2020/12/20/mostar-vota-em-eleicoes-municipais-pela-primeira-vez-em-12-anos>.

⁴² Nome fictício utilizado para preservar o anonimato da fonte.

⁴³ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

⁴⁴ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

“(...) *if we are to be truly democratic country, we need to have truly democratic processes and standards so...I don't think it is acceptable for someone to be elected on the political just because it belongs to a certain ethnic group*”⁵⁰.

Não obstante, vale a pena lembrar que o SAA da BiH não entrou em vigor exatamente por problemas deste cariz (*Sejdić e Finci vs. BiH*):

“(...) *Bosnia is the first country in the history of Stabilization Association Process which violates the process, the very moment that the implementation begins or it enters into force. And the reason was that we have rulings of the European Court of Human Rights(...)*”, declarou Nedim Karić⁵¹ (2022), Professor auxiliar da Universidade Sarajevo School of Science Technology (SSST)⁵².

Posto isto, compreendemos que o Dayton Agreement ao estabelecer o princípio da proporcionalidade prioriza os direitos coletivos sob os direitos individuais:

“*Actually, implicate the primarily of individual human rights, individual rights than the collective rights, like it is now.*” (Elmir Sadiković, 2022)⁵³.

Segmentação da Autoridade

Por fim, um sistema Consociativista possui uma *autoridade segmentada*, isto é, prevê um elevado grau de autonomia para que cada segmento possa gerir internamente os seus assuntos (Eralp, 2014, p.34). Nicolai Mirov⁵⁴ (2022), membro da Delegação da UE na BiH e Representante Especial da UE na BiH, vai mais longe e explica:

“(...) *the Bosnian system is not only decentralised, but it is fragmented, which means there is no coordination between the different levels*”⁵⁵.

Por outro lado, um sistema complexo de instituições descentralizadas no nível estatal requer um maior nível de atores envolvidos (Andjelić, 2019, p.235). Consequentemente, nos diferentes níveis de governo perfazem a totalidade de 155 ministros, detalhadamente: 9 ministros pertencentes ao governo estatal; 16 ministros

⁵⁰ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

⁵¹ Nome fictício utilizado para preservar o anonimato da fonte.

⁵² Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

⁵³ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

⁵⁴ Nome fictício utilizado para preservar o anonimato da fonte.

⁵⁵ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

pertencentes à FBiH; a FBiH é dividida, como explanado anteriormente, em dez Cantões, sendo que cada um deles possui doze ministros, perfazendo 120 ministros; e 10 ministros na RS (Eralp, 2014, pp.39-40). A segmentação da autoridade, por um lado, torna a *“Decision-making system in Bosnia and Herzegovina is so complex”* (Elmir Sadiković, 2022) e, por outro, cria burocracias com mecanismos dispendiosos (Eralp, 2014, p.40).

Ademais, a segmentação da autoridade facilita a corrupção que é generalizada no país (*Ibid.*):

“The Bosnia's corruption is widespread. If you go to Republika Srpska this corruption is related to the centralised structure and if you go into the Federation, the corruption is related to the decentralised structure.”, afirmou Nedim Karić (2022)⁵⁶.

Parte desta corrupção advém do facto de:

“Ethno-nationalist leaders are thus, in some cases, consciously sacrificing national interests to strengthen their own personal self-governing positions, or they seek to situate themselves within one enduring ethno-nationalist agenda that ensures their political survival” (Andjelić, 2019, p.244).

Deste modo, compreende-se, conforme Edin Kovačević⁵⁷ (2022)⁵⁸, aquando da entrevista membro do Departamento de Critérios Políticos e de Coordenação do Processo de Estabilização e Associação na Bósnia-Herzegovina – Direção da Integração Europeia:

“So, the decision-making is not working it, I mean it's working, but it's working only for the interests of the politics and not for the purpose of common sense of, reaching a truth based, you know, a fact-approved answer or, you know, a document or whatever, the aim should be, not how to please a certain policy option”.

Ademais, *“The system of government that was established here is a heavily corrupt nature of the system, acts as a disincentive for anyone who is trying to seriously engage in the process of reform, which would bring Bosnia closer to the European Union in the sense (...)”*, consequentemente, *“(...) domestic political elites continued to instrumentalise the process of European integration for their own, for their own benefits”* (Nedim Karić, 2022)⁵⁹. Esta situação resulta do facto da *“EU accession perspective is not*

⁵⁶ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

⁵⁷ Nome fictício utilizado para preservar o anonimato da fonte.

⁵⁸ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

⁵⁹ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

able to generate political will for the reforms that call for strong state institutions” (Eralp, 2014, p.113), uma vez que as “ethno-national elites «want» to preserve their status or secure institutional mechanisms that would maintain or advance the position of the ethnic groups they represent in attaining certain political goals” (Čepo, 2019, p. 83). Consequentemente, podemos inferir que se trata de uma situação paradoxal:

“The paradox within the whole entire situation is that we need a political will to soul and to fundament this Rule of Law. And the political elites that I'm talking about have no personal interest to change the current conditions. (...) So, I don't believe actually that current political elites have actually the will and the interest to change anything and to provide us with reform within the Rule of Law because it's not in their interest (...) and that is all preventing us from the entering the European Union and obliging all the conditions that we need to oblige.”(Elmir Sadiković, 2022)⁶⁰.

Assim, “If the Bosnia and Herzegovina state wants to be capable of participating in EU decision-making, they must coordinate between the different levels... Internally. Otherwise, they will be lost.” (Nicolai Mirov, 2022)⁶¹.

Daviddi (2023) afirma que são necessários dois elementos fundamentais para avançar, a vontade política e o consenso entre os principais interessados, ambos reconhecidamente raros na BiH (p.76). Consequentemente, *“(...) politics, that is political will, and unfortunately, EU integrations are sort of a I wouldn't call them a victim necessarily, but certainly are highly influenced by everything that is going on in the country” (Emina Džafić, 2022)⁶². Desta análise apreendemos que:*

“This is a consequence of very well developed and established ‘autocracy’ and weak democratic institutions in the country that has significantly shaped both domestic relations and foreign policy in BiH” (Andjelić,2019, p.244).

⁶⁰ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

⁶¹ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

⁶² Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

Réplica Consociativista: o Mecanismo de Coordenação

O Mecanismo de Coordenação, por seu lado, é um reflexo do sistema político da BiH relativamente à descentralização e à fragmentação do poder (Council of Ministers of BiH, 2016a, 2016b, 2018)

“First of all, there is no system whatsoever, what you see is simply a replication of the Bosnian state system.” (Nedim Karić, 2022)⁶³

O facto de ser uma réplica, como designado por Huskić, explica, assim, a morosidade de resposta ao *Questionário* proveniente do pedido de adesão da BiH, uma vez que sofre dos mesmos problemas do sistema institucional da BiH durante o processo de decisão. Este Mecanismo suscita muita contradição, porém, é necessário vê-lo enquanto uma necessidade, um meio para um fim:

“(...) we have the coordination mechanism, because we knew that without it, we wouldn't be able to get them [RS] on board”, afirmou Edin Kovačević⁶⁴.

Por outras palavras:

“¿Es el mejor mecanismo posible porque era el único posible? Pues seguramente sí. Entonces yo creo que hay que se intentar tener un análisis equilibrado y no verlo desde el punto de vista teórico, sino verlo desde el punto de vista de lo que es posible en este país.” (Andrés Carrillo⁶⁵, EEAS, 2022)⁶⁶

Contudo, assim como na estrutura institucional de governação do país, *“(...) the most important problem of the coordination mechanism is the way decision making is done.”* (Edin Kovačević, 2022)⁶⁷, uma vez que também *“(...) the coordination mechanism is being used in order to veto, not explicitly or not only explicitly, but with different techniques (...) There are tricks and methods and procedures which are used in order to block the process. This is what I call the coordination mechanism being used in order to veto, not explicitly or not, only explicitly, but with different techniques.”* (Nicolai Mirov, 2022)⁶⁸. No entanto, Edin Kovačević (2022) analogicamente reitera: *“It's not because of*

⁶³ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

⁶⁴ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

⁶⁵ Nome fictício utilizado para preservar o anonimato da fonte.

⁶⁶ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

⁶⁷ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

⁶⁸ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

*the copy, it's because of the original! (...) All of the problems that exist in the coordination mechanism exist outside of the coordination mechanism as well*⁶⁹.

5.1.2. Dimensão Económica

Para complementar este cenário político e étnico-social profundamente complexo, a dimensão económica também não se revela abonatória, embora a UE tenha apoiado financeiramente a BiH ao longo dos anos.

Estima-se que entre 1996 e 2023, a UE tenha contribuído com €3.7 mil milhões. Entre 1996 e 2007, ao abrigo dos programas: PHARE, principal instrumento financeiro da estratégia de pré-adesão dos países da ECL, que foi alargado aos WB; OBNOVA, um dos primeiros instrumentos financeiros criados pela UE com o objetivo de apoiar a reconstrução e a estabilização dos países da ex-Jugoslávia; e CARDS, *Community Assistance for Reconstruction, Development and Stabilisation*, instrumento financeiro que pretendia apoiar a participação dos WB no SAP. A partir de 2007, o principal instrumento financeiro passou a ser o IPA, *Instrument for Pre-accession Assistance*, decorrendo até 2027 a terceira edição (IPA III) – este instrumento, por seu lado, objetiva apoiar a transição das reformas necessárias (RoL, reforço das instituições democráticas, reforma na Administração Pública, promoção da reforma de governação económica e da competitividade, etc.). Ademais, destacam-se ainda as medidas especiais de assistência imediata, como, por exemplo, com as consequências da crise dos refugiados (2018), com as inundações de 2014⁷⁰ e com a crise pandémica do COVID-19 (EEAS, 2023)⁷¹.

Apesar destes apoios por parte da UE, a BiH apenas revelou um crescimento económico modesto, quando comparada a países da região com economias semelhantes. Adicionalmente, a pandemia de COVID-19 agravou a situação económica.

Conforme os dados do Eurostat (2024) relativos ao PIB *per capita* entre 2013 e 2023 – que considera não só os 27 EMs da UE, mas também os candidatos⁷² a EM da UE e três dos países pertencentes à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA)⁷³,

⁶⁹ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

⁷⁰ Neste ponto, acreditamos que a UE volte a realizar este apoio com as inundações de 2024.

⁷¹ Consulte: EU Project with Bosnia and Herzegovina no website do EEAS: [EU Projects with Bosnia and Herzegovina | EEAS](#).

⁷² Albânia, BiH, Montenegro, Macedónia do Norte, Sérvia e Turquia.

⁷³ Esta organização intergovernamental é constituída pela Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

uma vez que Liechtenstein não foi considerado –, a BiH apresenta um PIB *per capita* 65% abaixo da média da UE, partilhando, assim, o último lugar com a Albânia. Por conseguinte, embora esta possua uma economia de mercado funcional, compreendemos que não possui a capacidade de fazer face à pressão concorrencial e às forças de mercado da EU (cf. Critérios de Copenhaga) – considere-se, por exemplo, como caso comparativo o Luxemburgo, que se posiciona em primeiro lugar, com um PIB *per capita* de 139% acima da média da UE.

A BiH é, assim, um dos países com o PIB *per capita* mais baixo dos WB₆, acrescendo uma alta taxa de desemprego, um setor privado subdesenvolvido e infraestruturas e serviços públicos de má qualidade, o que levou a um aumento significativo na migração (Daviddi, 2023, pp.57-58).

5.1.3. Desafios para a Construção de uma Democracia Liberal

De acordo com a exposição realizada até ao momento, torna-se evidente que a BiH se encontra assente numa Democracia Consociativa disfuncional, contudo existem Democracias Consociativas funcionais, considere-se, por exemplo, o caso da Áustria, da Bélgica, dos Países Baixos e da Suíça.

Na tentativa de tentarmos ultrapassar esta disfuncionalidade, considerando a possibilidade de estabelecer uma Democracia Liberal na BiH, facilmente compreendemos que esta não satisfaz integralmente as cinco condições necessárias ponderadas por Eralp (2014), nomeadamente: (1) o grau de urbanização; (2) a força da classe média; (3) o alcance das *networks* sociais modernas; (4) o empenho das elites nos valores democráticos; (5) a liberdade dos meios de comunicação social (p.9).

No primeiro ponto fundamental de uma democracia liberal, o *grau de urbanização*, temos como indicador desta condição o facto de a BiH ter estado mais de 20 anos sem a realização de censos (1991-2013), resultando na incapacidade de determinar o número exato de habitantes da BiH.

O estímulo para a realização de censos partiu da pressão exercida pela UE, tendo reiterado a sua realização como uma prioridade no processo de integração da BiH (Comissão Europeia, 2012a, p.11). Por outro lado, embora tenham sido realizados em 2013, a sua realização já se encontrava prevista desde 2010, tendo sido, por isso, adiados

diversas vezes (Eurostat, 2013). Também adiada múltiplas vezes foi a divulgação dos resultados destes mesmos censos, face às profundas tensões internas existentes. O desacordo entre as Entidades resultou no bloqueio por parte da Republika Srpska (Balkan Insight, 2015a, 2015b). Por conseguinte, os resultados dos censos apenas foram divulgados a 27 de junho de 2016, ainda assim, as autoridades Sérvias continuaram a contestá-los (Balkan Insight, 2016), o que explica a ausência de resposta a esta questão aquando do *Questionário* da CE, ou seja, nesse momento, as Entidades permaneciam em desacordo em relação a este ponto:

“We didn't have an answer on the 1st question. And the first part would be how many citizens do you have? How many inhabitants do you have? We had actually this list for the, the counting of the inhabitants. But not everyone was actually together in line with the results on the list of inhabitants.” (Elmir Sadiković, 2022)⁷⁴.

Os resultados, por fim, demonstraram uma alteração no quadro demográfico do país comparativamente aos censos de 1991: um declínio significativo da população, com uma diferença de cerca de um milhão de pessoas; uma mudança das proporções das etnias, não apenas na sua quantidade, mas também na sua dispersão geográfica, o que tornou as Entidades etnicamente mais homogêneas. Estas alterações são, sobretudo, consequência direta da Guerra (1992-1995), o que explica a posição hostil da Republika Srpska. Por outro lado, os Censos de 2013 demonstraram também que a BiH apresenta uma percentagem de analfabetismo superior aos países da região, bem como uma percentagem menor dos seus residentes com ensino superior (Balkan Insight, 2016; Politico, 2016; Agency for Statistics of BiH, 2016; Agency for Statistics of BiH, s.d.). Acresce, ainda, o facto de não terem sido realizados censos desde 2013, ainda assim, conforme estatísticas do World Population Review (2024), na BiH, no presente momento, a taxa de crescimento continua a ser negativa.

Por outro lado, percebemos que a maioria da população da BiH vive em zonas rurais, mantendo um contacto mínimo com população das restantes etnias, face a homogeneidade da população residente nas Entidades (Eralp, 2024, p.26), sendo esta homogeneidade maior em zonas rurais (Agency for Statistics of BiH, 2016; Agency for Statistics of BiH, s.d.).

⁷⁴ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

Considerando a segunda condição que avalia a *força da classe média*, facilmente concluímos, à luz da análise do ponto prévio expositivo da dimensão económica, que a BiH não preenche esta condição. O país apresenta um dos PIB *per capita* mais baixos dos WB6, acompanhado de uma situação socioeconómica vulnerável, evidenciada, por exemplo, pela taxa de desemprego e por outros indicadores económicos desfavoráveis previamente mencionados. Revelando, por outro lado, uma incapacidade de fazer face à pressão concorrencial e às forças de mercado da UE.

Neste sentido, um estudo de Sofia Sebastian (2010) confirma que apesar da BiH ter recebido apoios financeiros substanciais (cf. com o ponto anterior relativo à dimensão económica) de vários doadores com o objetivo de realizar reformas democráticas e de governação, este apoio não resultou na formação de uma sociedade civil ativa. Como resultado, a classe média não é forte o suficiente para se tornar numa fonte de influência política (Eralp, 2014, p.26).

Eralp (2014), bem como os defensores da abordagem “*modernization path*”, reiteram que o desenvolvimento da democracia se encontra correlacionado com o seu nível de desenvolvimento socioeconómico e de modernização (e.g. PIB *per capita* elevado, alfabetização generalizada da sociedade, etc.), sendo que só com este nível de desenvolvimento será possível o desenvolvimento de uma democracia liberal funcional (pp.8-9).

No que concerne o terceiro elemento necessário para uma democracia liberal - alcance das redes (*networks*) *sociais modernas* –, uma das possíveis distinções entre as sociedades democráticas e as não-democráticas é o grau de transversalidade dos seus membros pertencerem a uma multiplicidade de grupos e associações. Neste sentido, em sociedades democráticas, observa-se uma maior tendência para uma filiação diversificada, o que contribui para a pluralidade de interesses e para a formação de um tecido social coeso, uma vez que estas proporcionam canais para a expressão de frustração e reconciliação nas estruturas políticas e sociais. Em contraste com as sociedades não-democráticas, onde a participação tende a ser mais restrita e segmentada (Eralp, 2014, p.12). Por conseguinte, as sociedades em que os processos e estruturas políticas se organizam em torno destas redes alcançam uma transição orgânica para uma democracia liberal (Putnam *apud* Eralp, 2014, p.12).

Neste sentido, nas sociedades multiétnicas, a participação em organizações cívicas, como sindicatos, câmaras de comércio ou conselhos escolares, serve para criar

confiança social entre os seus membros (Eralp, 2014, p.12). Contudo, conforme um relatório da United Nations Development Programme (s.d.): “*BiH’s social fabric is characterized by fragmentation and segmentation rather than cohesion and solidarity*” (p.48). Consequentemente, “*There is a widespread lack of trust in the state institutions in Bosnia-Herzegovina*”, como temos vindo a apontar ao longo do nosso estudo; como resultado, as redes informais constituem uma rede de segurança para os indivíduos (Eralp, 2014, p.12).

Em quarto lugar, o empenho das elites políticas para com os valores democráticos, temos compreendido ao longo da presente análise que “*Bosnian political elite continues to appease the electorate by hostile ethno-nationalist language (...). (...) Bosnian politicians do not feel any pressure to adopt a civil and tolerant political discourse.*” (Ibid., p. 26), uma vez que “*(...) local political elites are not interested in losing their grip on power (...)*” (Čepo, 2019, p.76), muito pelo contrário “*(...) political elites guard the strongholds of their power (...)*” (Džankić, 2023, p.202).

Por último, se o pluralismo é a rocha da democracia liberal, a pluralidade de vozes expressas nos meios de comunicação social é, por sua vez, a extensão das liberdades numa sociedade. No entanto, a liberdade dos meios de comunicação social é determinada pela existência não só do pluralismo, mas também da imparcialidade e da liberdade de expressão. Embora a liberdade de expressão seja constitucionalmente garantida, os meios de comunicação social da BiH são controlados por uma combinação entre a propriedade dos mesmos ser privada, uma forte manipulação publicitária, pelas agendas das elites políticas, pela pressão estatal exercida e pelo domínio cultural (Eralp, 2024, pp.22-25).

Em termos gerais, pode afirmar-se que, embora alguns órgãos de imprensa e meios de comunicação social estejam estreitamente associados a determinados partidos, líderes políticos e empresas, na FBiH existem, no entanto, vários meios de comunicação social para vozes críticas e para a oposição. Pelo contrário, na RS, a tendência está a evoluir no sentido de uma supressão quase total dos meios de comunicação social, incluindo a marginalização do governo através de vários meios, desde sanções financeiras até ameaças de morte (Bertelsmann Stiftung, & Center for Applied Policy Research, 2010, p.9). Atualmente, a intimidação direta aos jornalistas continua a ser um problema grave. Em 2021, a Associação de Jornalistas da BiH registou três ataques físicos e seis ameaças à vida e à segurança física dos jornalistas, igualando, assim, os números dos anos anteriores (Bertelsmann Stiftung, 2024). Posto isto, compreendemos que as liberdades

dos meios de comunicação social não são vividas em toda a sua extensão devido aos laços estreitos entre políticos e magnatas dos meios de comunicação social, sobretudo na RS (Eralp, 2024, p.26).

Consequentemente, defendemos a abordagem “*structuralist path*”, que afirma a necessidade de um processo evolutivo antes da consolidação da democracia, processo esse centrado nos processos políticos, nas iniciativas e escolhas da elite política (*Ibid.*, p.9). Seguindo esta abordagem, Dankwart Rustow (1970) afirma quatro fases para a afirmação da democracia: (1) a *unidade nacional*, onde a maioria da população partilha uma *identidade comum*; (2) uma *competição política inconclusiva* entre as diferentes elites; (3) a fase da decisão, *as partes em conflito devem alcançar uma certa forma de compromisso*, acordando regras democráticas; (4) a *habituação*, em que se verifica uma aceitação geral das regras democráticas (*apud* Eralp, 2024, p.9).

5.1.4. Análise Final das Condicionantes Internas da BiH

Após a análise teórico-prática da realidade interna da BiH, constatamos que o Sistema Consociativo deste Estado tem por base uma estrutura de governança complexa, caracterizada por um elevado nível de descentralização e fragmentação do poder e pela ausência de uma coordenação eficaz entre os diferentes níveis de governação. Este problema advém do facto do Dayton Peace Agreement estabelecer apenas as capacidades mínimas do Estado, deixando uma margem ampla para a interpretação no que concerne às demais competências e, consequentemente, à segmentação do poder. Existe, assim, um vazio de definição, uma lacuna institucional, o que contribui para o enfraquecimento das instituições centrais e para a perpetuação de um sistema político fragmentado, que também não beneficia com a debilidade da dimensão económica e vice-versa.

Adicionalmente, o Dayton Peace Agreement estabelece uma forma de etnocracia, o que não só contribui para a segmentação do poder, como também dificulta a criação de consenso entre as diversas instituições e níveis de governação, os quais operam segundo a lógica do etnonacionalismo. A lógica do etnonacionalismo impede, por sua vez, a formação de uma identidade nacional comum, face à ausência de unidade e coesão social.

Por outro lado, o sistema de governança, sustentado pela etnia, ao guiar-se por meio do etnonacionalismo, acaba por dificultar e abrandar o processo de decisão política.

As elites políticas orientam-se, primordialmente, pelos interesses e objetivos das próprias comunidades étnicas, obliterando o panorama nacional. Esta dinâmica impede o desenvolvimento da *political will*, imprescindível para o avanço das reformas estruturais necessárias para o progresso da BiH, quer a nível nacional, quer a nível supranacional no que diz respeito à adesão da UE.

Perante todos os problemas que constatámos com a estrutura institucional, bem como com o sistema de governança Consociativo, intentámos considerar enquanto solução a possibilidade da construção de uma Democracia Liberal, porém, rapidamente compreendemos que também não seria possível alcançar a funcionalidade num sistema liberal.

No que diz respeito à dimensão económica, é reconhecível que este país não apresenta uma capacidade de fazer face à pressão concorrencial e às forças de mercado da UE, não preenchendo, por isso, parte dos Critérios económicos de Copenhaga.

O Mecanismo de Coordenação, no que lhe concerne, ao ser um reflexo do sistema de governança da BiH, operando nos mesmos moldes, revela igualmente uma morosidade significativa no processo de tomada de decisão, face à falta de consenso entre as elites políticas, o que influencia negativamente a eficácia e agilidade para avançar nas reformas e, consequentemente, no processo de adesão à UE.

Posto isto, deparamo-nos como uma situação complexa e interdependente, na qual o etnonacionalismo alimenta a falta de coesão interna e a dificuldade de alcançar o consenso e vontade política. Essa dinâmica, por seu turno, dificulta o avanço nas reformas necessárias e compromete o processo de adesão à EU. O processo de adesão da BiH à UE não avança face aos pontos anteriores, que, por sua vez, são considerados reformas necessárias para o processo de adesão à UE, mas estes, por seu lado, limitam o próprio processo de adesão ao dificultarem o alcance das reformas necessárias. Observamos, assim, um círculo vicioso que se perpetua, ou, permitam-nos recorrer à expressão popular, “uma pescadinha de rabo na boca”.

Tendo em vista o exposto, respondemos à primeira pergunta derivada: “*Quais as principais condicionantes internas da BiH e a sua influência no processo de adesão à UE?*”. Permite-nos, também, validar a primeira hipótese, que considera que “*A fragilidade da identidade nacional, a limitada capacidade económica e a ausência de coesão social na BiH têm dificultado o processo de adesão à UE*”. E, ainda que

parcialmente, validar a segunda hipótese, que reitera que “*O Mecanismo de Coordenação do processo de integração da BiH na EU, derivado da estrutura institucional descentralizada e fragmentada do país, tem retardado e dificultado o processo de decisão na BiH e, conseqüentemente, no processo de adesão à UE.*”. Validamos parcialmente, uma vez que não é o Mecanismo de Coordenação *per se* que constitui o obstáculo principal ao processo de adesão, mas o sistema institucional de governança que lhe dá origem. Por outras palavras, as limitações do Mecanismo de Coordenação derivam das características subjacentes ao próprio Sistema de Governança da BiH, que perpetua os mesmos problemas de fragmentação e descentralização aquando da tomada de decisões, que são, por isso, replicados no próprio funcionamento do Mecanismo.

5.2. Fatores Exógenos e Desafios Geopolíticos no Processo de Adesão da BiH

“L’Europe est formidablement riche de ses diversités. Il convient de les préserver, mieux de les faire fructifier pour le bien commun.”

Jacques Delors, então Presidente da CE (1985-1995), perante o Parlamento Europeu, 17 de janeiro de 1989.

A frase de Delors sublinha a importância da diversidade como um valor fundamental para o projeto europeu. Por outro lado, convida-nos a refletir sobre os desafios que essa diversidade impõe no contexto da adesão de novos EMs, como a BiH.

O alargamento da UE nos Balcãs Ocidentais transcende a já *per se* integração de novos EMs, uma vez que envolve uma complexa dinâmica geopolítica, marcada por influências externas e tensões regionais, sem descurar dos interesses estratégicos das potências externas, que acrescem aos desafios internos dos candidatos a EM.

Por conseguinte, embora os fatores internos da BiH desempenhem um papel crucial para a compreensão das dificuldades do seu processo de adesão à UE, é imperativo considerar também as condicionantes exógenas e os desafios políticos que têm vindo a influenciar este percurso.

5.2.1. Da Cortina de Ferro ao Muro Invisível: Os Balcãs entre a Europa e o Oriente

Se, por um lado, a II Guerra Mundial foi, em última instância, o catalisador da formação da UE, o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com a queda do Muro de Berlim (1989)⁷⁵ e com a queda definitiva da Cortina de Ferro (1991)⁷⁶, por seu lado, foi o ponto culminante que deu início à desintegração da ex-Jugoslávia e às guerras etnonacionalistas que lhe advieram.

A fragilidade económica destes Estados, combinada com as dificuldades no processo de modernização e com o ressurgimento e crescimento extensivo de movimentos nacionalistas, contribuíram para a atribuição de conotações negativas relativamente aos países pertencentes à região dos Balcãs (Rončević, 2021, pp. 22-23). A *Balcanização (Balcanization)* não só passou a designar a fragmentação de grandes unidades políticas multiétnicas em Estados etnocêntricos mais pequenos, como também se tornou sinónimo de um regresso ao tribal, ao atrasado, ao primitivo e ao bárbaro. Geograficamente, os Balcãs pertencem à Europa, no entanto, culturalmente, são apresentados como o “*Outro*” (Todorova, 1997, p.3, p.188) no seio da Europa e do que se considera ser uma cultura europeia partilhada, através da qual todos os povos europeus estão unidos pelo respeito pela democracia e pelos direitos humanos. Assim, esta alienação dos Balcãs serviu, em parte, para a construção dessa mesma Identidade Europeia comum (Rončević, 2021, p.23). Por outras palavras, no discurso ocidental, os Balcãs têm sido frequentemente retratados com uma região em desacordo com os valores e tradições “europeus” (Bratt *apud* Juncos, 2005, p.89).

Com o fim da II Guerra Mundial, o mundo dividiu-se entre Oriente e Ocidente (cf. Guerra Fria). Os Balcãs, devido à sua localização geográfica específica, também ficaram divididos entre as duas ideologias dominantes. Por conseguinte, também nesse momento, o desenvolvimento de estudos acerca da Europa de Leste foram divididos, distinguindo-se por nomenclaturas distintas, o Centro-Leste e os Balcãs como Sudeste da Europa. O termo “Balcãs” estava associado a tantas ideias negativas que os académicos

⁷⁵ A 9 de novembro de 1989, ocorreu a queda do Muro de Berlim, um marco significativo que marcou a queda da Cortina de Ferro, isto é, a divisão da Europa em duas partes – Europa Oriental e Europa Ocidental – e, conseqüentemente, o início da queda da URSS.

⁷⁶ A 25 de fevereiro de 1991, o Pacto de Varsóvia, fundado pela União Soviética e pelos seus satélites em 1955, foi extinto, tendo sido formalmente declarado a 1 de julho de 1991 (NATO), dissolvendo-se com ele a URSS.

e os políticos procuram dissociar-se deste termo tanto quanto possível. (Todorova, 1997, pp. 140-141). Assim, os líderes políticos distanciaram-se desse tal rótulo, afirmando serem verdadeiramente “europeus”, designando os demais países vizinhos como balcânicos. Exemplo desta prática são os casos da Roménia e da Bulgária, bem como da Eslovénia e da Croácia, que tentaram desassociar-se das antigas Repúblicas da Jugoslávia, procurando, assim, destacar-se dos seus vizinhos, os Balcãs (Juncos, 2005, p.90). Todavia, é indicativo que a Europa Ocidental, apesar da sua história caracterizada por nacionalismos exacerbados, sempre foi aceite na sua totalidade (Todorova, 1997, pp. 140-141).

Neste sentido, se os Balcãs se encontram numa posição limiar, entre o Ocidente e o Oriente, como parte da Europa, mas, ao mesmo tempo, localizado na sua periferia, como referidos pelas palavras de Todorova (1997), a BiH estaria no centro desta representação dos Balcãs. Entre três religiões e três nações, a BiH está na fronteira entre a cultura Ocidental e Oriental, assim, o melhor e o pior dos Balcãs “imaginários” encontram-se neste pequeno território. Contudo, nem a coexistência multicultural da BiH preexistente à guerra nem os estereótipos negativos dos “Balcãs” violentos conseguem captar a verdade, o que impinge o traçar de um quadro mais complexo, reconhecendo a existência de tensões étnicas e de uma coexistência pacífica neste puzzle cultural que constitui a BiH (Juncos, 2005, p.90), como fizemos previamente ao longo dos pontos 4 e 5.1.

O rótulo imposto aos Balcãs ainda se encontra presente nos dias de hoje e orienta a política nesse sentido (*Ibid.*, p.184). Como declara Todorova (1997):

“This internal hierarchization of Eastern Europe was born out of political expediency but in its rhetoric it feeds on the balkanist discourse. After all, it is not symbolic geography that creates politics, but rather the reverse.” (p.160).

Este estereótipo, esta generalização reducionista como Todorova (1997, p.3) designa, apesar de parecer estar progressivamente a desvanecer (Juncos, 2005, p.91) encontra-se inerente na sociedade. Esta construção social é-nos tão intrínseca que, por vezes, nos é impercetível. Exemplo disso foi aquando da realização de uma entrevista para o presente estudo, questionámos acerca das possíveis preocupações para com a perda da identidade cultural da BiH e conseqüente homogeneização com a cultural ocidental, aquando da adesão à UE. Na qual obtivemos a seguinte resposta do, então, Professor

Assistente no Departamento de História da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Sarajevo, Osman Sušić (2022)⁷⁷:

“(...) what is different between Western culture and Bosnia culture? Can you describe what is the Western culture? Are you a member of Western culture? (...) why are you not treating me as a part of Western culture? Do I look different than you? Or because I'm Muslim, I'm not a member of Western culture. Is that Western culture?”

Todorova (1997) também indica esta dicotomia entre Cristianismo e Islamismo ao longo da sua obra e, apesar de não aprofundarmos esse tema, acreditamos que esta dicotomia possa ter influência na atualidade, enquanto consequência da ascensão da direita nacionalista e radical no mundo, em geral, e, especificamente, na Europa e na EU, dos quais destacamos: o Chega em Portugal; Fratelli, Liga e Forza na Itália; AfD na Alemanha; Rassemblement National na França; Fidesz na Hungria, com o destaque para o seu primeiro ministro Orbán e para o acionamento dos mecanismos previstos no Art.º7 do TUE⁷⁸.

Deste modo, o “regresso à Europa” tem sido mais doloroso no caso da BiH do que no caso das restantes repúblicas da ex-Jugoslávia, como a Eslovénia e a Croácia, sobretudo devido a duas razões principais. Primeiramente, apesar da BiH ser reconhecida como um Estado Soberano, a natureza “atípica” acordada com Dayton dificulta a designação de Estado e, conseqüentemente, dificulta a (re)integração. Por outro lado, tanto o estigma associado ao “balcânico” como o estigma “muçulmano” foram considerados potenciais obstáculos no caminho para a Europa, tanto dentro quanto fora da BiH (Juncos, 20055, p.90):

“(...) how long, how long Turkey is a candidate. Last 50 years. (...) And it will be candidate until the eternity, until the end of the world. (...) do you know what happened if Turkey become the member of EU? It will be the one of the three largest countries in European Union. They'll be like France, like Italy, like Germany, they will in European Parliament they will have, I don't know how many, how many members in the Parliament. The problem is that, I told you, one of the main problems in Bosnia, are the Bosniaks, because they are Muslims, and they manage to survive in Europe, so deep in Europe, and

⁷⁷ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

⁷⁸ Consulte: RTP. (2024, 10 de novembro). *Direita nacionalista e radical na Europa: Retrato de uma viragem que atinge 18 dos 27 países da UE*. RTP. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/direita-nacionalista-e-radical-na-europa-retrato-de-uma-viragem-que-atinge-18-dos-27-paises-da-ue_n1557483.

that is the problem. There's a problem, there's a key problem. The key problem is the Bosniaks, Muslims who managed to survive Austria, Hungarians, Yugoslav Monarchy, Second World War aggression against Republic of Bosnia. That's the problem and we are the only country in Europe where the Muslims are majority. That's the only country in Europe. There is no country like that.” (Osman Sušić, 2022)⁷⁹.

Ana E. Juncos (2005) vai ao encontro desta consideração, reiterando que existe uma relação difícil entre a Europa e parte da população bósnia, em particular os bósnios muçulmanos, isto é, os Bosniaks, devido ao papel, ou melhor, à ausência do papel dos países europeus durante a guerra^{80 81} (p.90). Por outro lado, a autora considera também a questão da Turquia, declarando a existência do argumento que questiona a oferta sincera da UE a países como a Turquia face ao facto deste país ser maioritariamente Islâmico, conforme as entrevistas realizadas pela própria a membros da comunidade internacional e a um funcionário da Delegação da Comissão na BiH (p.103). Contudo, embora consideremos que a religião possa ter influência numa Europa caracterizada pela ascendência de partidos nacionalistas, como anteriormente referido, compreendemos, por outro lado, que este não é, porém, o ponto exclusivo que impede a adesão da Turquia à EU, mas não iremos aprofundar este tópico, face ao objeto definido do presente estudo.

Consideramos que temos assistido a um desafio mútuo no que diz respeito à questão de integração de minorias religiosas na Europa, em particular o Islamismo, veja-se, por exemplo, o caso da França⁸². Portanto, acreditamos que a integração do maior país muçulmano na Europa, ou até mesmo de um país com uma população maioritariamente pertencente à comunidade islâmica, necessitaria de uma preparação cuidadosa de ambas as partes, tanto da comunidade muçulmana quanto das sociedades europeias, de modo a promover a coesão social.

⁷⁹ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

⁸⁰ Note-se que afirmamos durante a guerra e não no finalizar ou após a mesma.

⁸¹ Um exemplo peculiar desta tensão entre Bosniaks e a Europa no ínterim da guerra é o *ICAR Canned Beef Monument* (2007), um monumento irónico que remete para a ajuda alimentar aérea aquando do Cerco Sérvio de Sarajevo (5 de abril de 1992 - 29 de fevereiro de 1996), ao exibir um lata de carne de porco numa cidade onde metade da população era muçulmana, com a inscrição “Cidadãos gratos de Sarajevo” – por outro lado, existem ainda relatos de alguma da comida deixada pelo transporte aéreo comunitário remeter para a Guerra do Vietname, tendo expirado há 20 anos. Consulte, por exemplo: Atlas Obscura. (2022). *ICAR Canned Beef Monument*. Disponível em: <<https://www.atlasobscura.com/places/icar-canned-beef-monument>>.

⁸² Consulte: Zhang, J. (2023). Intrinsic conflicts within ethnic and religious issues in France. In *International Journal of Anthropology and Ethnology*, 7:15. Disponível em: <<https://ijae.springeropen.com/articles/10.1186/s41257-023-00093-0>>.

5.2.2. Relações Históricas e de Vizinhança

Anteriormente, referimos que “*BiH is the only country where half of the population and two out of three constituent peoples consider the two neighbouring countries as their kin states or have high levels of loyalty that often supersede their loyalty to BiH*” (Marković & Subašić, 2019, p. 185). Por conseguinte, primeiramente, é necessário compreender as relações existentes entre a BiH e a Croácia e entre a BiH e a Sérvia.

As tensões regionais entre a BiH e a Croácia são provenientes do passado violento entre as duas. Nomeadamente, a colaboração de Tuđman, primeiro Presidente da Croácia, e de Milosevic, Presidente da Sérvia, para dividir o território da BiH e todos os crimes de guerra que daí resultaram. As mudanças mais significativas ocorreram em 2003, com o Primeiro-Ministro Ivo Sanader que, na esperança de agradar à UE, cortou o apoio às organizações croatas da BiH, com o objetivo de mostrar que o seu Estado era a BiH e não a Croácia, e, por outro lado, começou a prender criminosos de guerra croatas-bósnios. Em 2010, Josipović, então Primeiro-Ministro da Croácia, ao visitar o parlamento da BiH, pediu desculpas pelas tentativas do seu país de dividir a BiH e pelos massacres que daí resultaram, melhorando significativamente as relações entre os dois países (Johnson, 2014, pp. 25-27).

Atualmente, a principal tensão entre a BiH e a Croácia prende-se com duas disputas territoriais. A primeira e mais relevante ocorre nas proximidades da Neum, a única fronteira marítima tida pela BiH, onde a Croácia reivindica duas pequenas ilhas chamadas Mali Skolj e Veliki Skolj, bem como a ponta da península Klek (Anexo E). Neste sentido, a BiH perderia as duas ilhas, porém, vale a pena ressaltar que, até ao momento, a BiH tem direito de livre passagem pelas águas territoriais croatas até chegar às águas internacionais⁸³ (Marconato & Andreozzi, 2021; Euronews, 2021a). Este direito é imprescindível para a economia da BiH que, deste modo, consegue que as suas exportações alcancem o seu vizinho, a Croácia, bem como o território da UE, o seu principal (Johnson, 2014, p. 28) e maior parceiro comercial (Davididi, 2023, p.66).

A segunda disputa ocorre na região de Kostajnica, a sudeste de Zagrebe, a capital

⁸³ Mesmo com a construção da Ponte Peljesac, a BiH continua a ter acesso às águas internacionais, algo que, inicialmente, despoletava alguns receios no sentido de poder a vir bloquear a BiH neste sentido.

croata. A disputa decorre do facto da fronteira não se localizar a meio do Rio Una, como deseja a BiH, argumentando que é o que ocorre na maioria da sua extensão (Anexo F).

Apesar destas disputas, a BiH e a Croácia mantêm relações cordiais, exemplo disso foi o facto da Croácia ter sido um dos setes países⁸⁴ da UE a apelar à abertura imediata das negociações de adesão entre a UE e a BiH (EU News, 2024). Outro exemplo é o facto da Croácia ser o parceiro comercial estrangeiro mais importante da BiH (Hasić *et al.*, 2020, p.423), sendo que a BiH beneficiou nesta dimensão económico-comercial com a entrada da Croácia na UE, em 2013 (Tulumović, 2020, p.166).

Ainda assim, consideramos que parte da ausência de *political will* por parte das elites políticas croatas resulta do facto de estes, na sua maioria com dupla nacionalidade, já se encontrarem “com um pé” na UE e, por isso, o processo de adesão da UE à BiH não se configura como prioridade central da sua agenda.

As relações entre a Sérvia e a BiH revelam uma hostilidade profunda, originada não apenas pelo legado histórico compartilhado, mas também pelos traumas das décadas recentes, que atingem o seu ponto culminante no massacre de Srebrenica, previamente explanado. Ademais, acrescentam-se os constantes bloqueios no sistema de governação da BiH por parte da RS, que continua a identificar-se como parte integrante da Sérvia:

“We are mentally integrated with Serbia. Of course, we are part of Bosnia now, but that’s because we have to be. It is not something we want.” – Milorad Dodik, antigo Presidente bósnio-sérvio da BiH e atual Presidente da RS, a 9 janeiro de 2024

Estas palavras foram proferidas aquando do considerado “feriado nacional” da RS, considerado institucional pela OSCE. Adicionalmente, Dodik tem aproveitado o “Dia da Republika Srpska” para condecorar identidades políticas com as quais se identifica, nomeadamente Putin, Presidente da Rússia, em 2023, com a mais alta medalha de honra da Entidade, e, em 2024, Viktor Orbán, Primeiro-Ministro da Hungria. (Euractiv, 2024a). É importante enfatizar o facto de a medalha de honra que condecorou Putin ter sido oferecida cerca de um ano após o início da invasão da Ucrânia pela Rússia (24 de fevereiro de 2022). Por outro lado, no tópico imediatamente acima, indicámos Orbán como pertencente a um partido radical nacionalista (Fidesz) e sublinhámos o facto da Hungria ter acionado o mecanismo estabelecido no Art.º 7 do TUE desde dezembro de 2017, que permanece ativo até ao presente momento. Esta proximidade justifica-se pelo facto da

⁸⁴ Os restantes países foram a Áustria, a Eslováquia, a Eslovénia, a Grécia, a Itália e a República Checa.

“RS has built an alliance of like-minded actors that includes not just Russia but also the leaders of Serbia and Hungary” (Carnegie Endowment for International Peace, 2024).

A proximidade da RS à Rússia é significativamente visível em dimensões diversas. Por um lado, Dodik defende um projeto de secessão⁸⁵ desde outubro de 2021, pretendendo, portanto, remover a região da RS do controlo do Estado, isto é, da BiH. Por outro lado, em março de 2023, o governo da RS apresentou um projeto-lei com o intuito de estabelecer um registo de associações e fundações, designada como lei “sobre agentes estrangeiros”, à semelhança da adotada por Moscovo em dezembro de 2022. Adicionalmente, a adoção de sanções penais por difamação teve um efeito assustador na liberdade de expressão na RS, conforme a EEAS (EU News, 2024) – cf. com o défice de liberdade de expressão e dos meios de comunicação social no ponto que configura os Desafios para a Construção de uma Democracia Liberal.

Kremlin, através de uma combinação de instrumentos híbridos, está a aumentar a sua influência através da coerção, da propaganda estatal, de campanhas de desinformação, bem como de instrumentos culturais e religiosos entre as comunidades ortodoxas (cf. RS) – os WB são um novo bloco de interesse de Moscovo e a estratégia utilizada não é diferente da que utilizou com os países da ECL aquando da URSS. A Rússia atua, deste modo, como um agente oportunista que explora as fraquezas internas, fazendo emergir novas preocupações quanto à consolidação da transição democrática na região (Zaneli, 2020, p.24):

“Russia has no interest for this region to be integrated, whether in EU or NATO. And within the destructive leaders that Russia is supporting [referring to the RS leaders], they find a tool, Russia finds a tool to support these retrograde processes.” (Elmir Sadiković, 2022)⁸⁶.

Relativamente à invasão da Ucrânia pela Rússia, a RS declara uma posição neutra, porém subescreve a narrativa russa, uma vez que Dodik afirma que a Rússia foi *“forced to start this special operation”* e que *“We [RS] understand that this is not a war between Ukraine and Russia – this is a clash between [Russia and] the West, which is trying to use Russia as a way to further inflame this war”* (Euractiv, 2024b).

⁸⁵ Conforme o glossário do Conselho da Europa, é o ato pelo qual uma região geográfica ou um determinado Estado se liberta do controlo político desse país e se declara independente, muitas vezes, criando um novo Estado.

⁸⁶ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

Consequentemente, Milorad Dodik é um dos principais obstáculos da BiH no seu progresso de integração na UE e a Rússia, por outro lado tem interesse político em destabilizar politicamente, assim como todos os WB, e afastá-los da UE a BiH, reiterou Picula, membro do PE (MEP) (Euractiv, 2023).

A China, por outro lado, além das diversas relações económicas, segue, parcialmente, a mesma linha de orientação da Rússia. Em 2021, Pequim e Moscovo procuraram pôr termo à administração internacional da BiH. Os dois países aliaram-se e não reconheceram o OHR, Christian Schmidt, recusando cooperar com o mesmo (Riddle, 2021).

A Turquia, opostamente à Rússia, é uma forte apoiante da soberania da BiH e da sua integridade territorial. Contudo, este argumento justifica-se pelo facto de: a Rússia ser mais próxima à RS e, consequentemente, a Dodik e ao seu Partido Aliança Social Democrata Independente (SNSD), resultado da similaridade cultural e religiosa (Ortodoxa), bem como das boas relações que partilham com a Sérvia, por um lado; e a Turquia, por outro, ser mais próxima dos Bosniaks, face à similitude cultural e religiosa (Islamismo), produto do passado que partilham (Império Otomano), o que resulta numa maior proximidade ao partido nacionalista Bósnia – Partido da Ação Democrática (SDA). Neste sentido, Mujanović (2019) declara que *“Turkey is less an ally of BiH than it is a patron of the SDA and, accordingly, its role in BiH is merely an inversion of Russia’s sponsorship of Dodik rather than a substantive political divergence.”* (pp.174-176)

Os EUA, por seu turno, possuem uma relação de longa data com a BiH, Mujanović (2019) afirma que a relação externa mais importante da BiH é com os EUA, uma vez que não só foram o aliado que ajudou com a campanha de bombardeamento da NATO, como o próprio país é produto da administração de Washington, que redigiu o Dayton Peace Agreement. Contudo, embora os EUA tenham desempenhado um papel fundamental para pôr termo à guerra brutal, a Alemanha, a França, o Reino Unido e a UE, além dos EUA, são os garantes do Acordo e desempenham um papel importante na sua aplicação (Delalić, 2018, p.627).

A relação entre os EUA e a BiH nos anos 90 deixou uma forte impressão na BiH e nos seus decisores políticos, que prezam esta relação, sobretudo, por motivos de segurança, uma vez que consideram que não podem confiar na UE quando o assunto diz respeito à proteção militar. Além das relações diplomáticas que os países têm mantido, Sarajevo preza ainda o facto de os EUA terem sido o único país a realmente agir, de forma

sancionatória, perante as várias ameaças de secessão de Dodik (pp. 168-169). Um exemplo desta ação por parte dos EUA ocorreu quando Dodik forçou a realização de um referendo inconstitucional, em setembro de 2016, e, apesar dos constantes avisos da UE e do OHR, apenas Washington respondeu com sanções (2017), aquilo que foi a ameaça mais direta à paz do país desde 1996 (*Ibid.*; Reuters, 2017).

Em síntese, resumimos as relações da BiH e dos WB₆ nas palavras de Federica Mogherini (2017), nesse momento, Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da CE: “*The Balkans can easily become one of the chessboards where the big power game can be played.*” (European Western Balkans, 2017).

5.2.3. A Porta Entreaberta da União Europeia

“L'Europe ne se fera pas d'un coup, ni dans une construction d'ensemble: elle se fera par des réalisations concrètes créant d'abord une solidarité de fait.”

Declaração de Robert Schuman, 9 de maio de 1950, Paris.

Enlargement Fatigue

Monika Szynol (2018) argumenta que a ineficácia da UE na resolução do conflito armado dos Balcãs contribuiu para a maior atuação e preocupação da UE com o desenvolvimento e a estabilização da região no pós-guerra (pp. 225-226).

Contudo, em 2014, Jean-Claude Juncker, então Presidente da CE (2014-2019), afirmou:

“The EU needs to take a break from enlargement so that we can consolidate what has been achieved among the 28. This is why, under my Presidency of the Commission, ongoing negotiations will continue, and notably the Western Balkans will need to keep a European perspective, but no further enlargement will take place over the next five years.” (Comissão Europeia, 2014b).

A “*enlargement fatigue*”, que se instalou na UE aquando da crise financeira mundial (2008-2009) (Bartlett, 2023, p.26), era, deste modo, admitida.

Adicionalmente, nos últimos anos, a política de alargamento aos Balcãs tem sido constantemente relegada para segundo plano, em prol de tópicos mais importantes para os EMs e/ou quando confrontada com desafios internos e externos. Internamente, destacamos a Crise do Euro, a lenta recuperação económica subsequente e o *Brexit* e, extrinsecamente, realçamos a crise de migratória de 2015 e, mais recente, a crise pandémica COVID-19 (Szynol, 2018, p.227; Zhelyazkova *et al.*, 2019, p.27; Džankić, 2023, p.203; Uvalić, 2023, p.10).

Se considerarmos a crise migratória de 2015, que teve repercussões nos anos subsequentes e atrevemo-nos a dizer que continua a ter na atualidade, não apenas provenientes da crise migratória de 2015, mas também de outras que lhe sucederam, é paradoxal o alargamento aos WB₆ ter perdido a sua priorização na agenda política. Esta paradoxalidade justifica-se pelo facto dos WB₆ terem sido alvos diretos destas crises migratórias face à sua visualização enquanto meio para um fim. Por outras palavras, os WB₆ são utilizados como países de trânsito, sendo contemplados como a porta de entrada para a UE. Veja-se o caso da BiH: milhares de migrantes chegam a este país de passagem, para entrar na UE, contudo, acabam por ser impedidos de prosseguir e acabam retidos neste país, a viver sem condições básicas de sobrevivência (Euronews, 2021b).

O Declínio da *Credibilidade*

Assim, com o passar do tempo, perdeu-se a *credibilidade* de que a EU continua disposta a alargar-se aos WB₆ (Uvalić, 2023, p.10). A possibilidade de disposição para um novo alargamento verificou-se, por exemplo, com um inquérito de 2019 do Conselho Europeu de Relações Externas (ECFR), onde uma elevada percentagem dos cidadãos inquiridos considerou que nenhum país dos WB₆ deveria aderir à UE na próxima década, detalhadamente: a Alemanha (46%); a Áustria (44%); a França (42%); os Países Baixos (40%) e a Dinamarca (37%). Todavia, conforme o Eurobarómetro (inverno de 2022-2023), pela primeira vez desde 2010, o apoio interno relativamente ao alargamento da UE aumentou significativamente após o início da guerra da Ucrânia (Comissão Europeia, 2023d). Contudo, Uvalić (2023) não partilha da continuidade deste positivismo,

declarando *“It is yet to be seen whether the trend of increasing support for EU enlargement will be maintained.”* (p.10).

Pelo contrário, a imagem que os WB₆ possuem da UE tem-se deteriorado (*Ibid.*), assim como a *credibilidade* que atribuem à mesma:

“Because the [integration] process is completely discredited if you ask me, it's completely discredited.” Nedim Karić (2022)⁸⁷.

Ao postergamento da agenda do alargamento para os WB₆ acrescem outros pontos, notadamente: as políticas descoordenadas durante a crise pandémica COVID-19 e o atraso no apoio às vacinas oferecidas aos WB₆; alguns comportamentos negativos de EMs da UE, particularmente a Hungria e a Polónia (Uvalić, 2023, p.10).

A contraposição entre a exigência de um critério exigido para a adesão, o RoL (cf. Critérios de Copenhaga) e o aumento das políticas iliberais nos EMs deteriora profundamente a *credibilidade* da UE (Džankić, 2023, p.202) e desperta outras questões e argumentos:

“(…) Hungary is having severe problems with it [Rule of Law]. Poland is having severe problems with it [Rule of Law]. (...) is equal to Bosnia or maybe much better or sometimes in certain aspects even worse. If you compare our [BiH] universities with Hungarian universities, you will still find that at Bosnian universities however, you know good or bad they are... They are still not being forced to write in a certain way. You have still people fighting, writing gender stuff like, you know, trying to fight for these liberal ideas and nobody is ganging up on them. Institutions are actually police as well as courts are doing everything that they can to help everybody have their rights, you know, granted.” (Edin Kovačević, 2022)⁸⁸.

Por outro lado, Nedim Karić (2022)⁸⁹ aponta para o facto dos processos não serem irreversíveis, reiterando a necessidade constante de:

“(…) struggle for democracy and the struggle for maintaining the open societies open and closed societies is just a permanent struggle that these are the things that one need to fight for and never actually rest in the sense”.

⁸⁷ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

⁸⁸ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

⁸⁹ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

Ademais, a *condicionalidade* tem-se exibido como *inconsistente*, uma vez que os novos países candidatos, nomeadamente os WB₆, enfrentam um conjunto de medidas provenientes de preferências intergovernamentais mais desfavoráveis do que nas rondas anteriores. As revisões constitucionais francesas, por exemplo, introduziram a obrigação de a França realizar um referendo sobre qualquer alargamento após o alargamento da Croácia, ocorrido em 2013. Além disso, a falta de apoio ao alargamento que tem ocorrido ao longo dos últimos anos exerceu uma pressão adicional sobre os decisores políticos e, conseqüentemente, na sua formação de políticas relativamente ao alargamento. Partindo do princípio de que os governos se tornaram mais reativos à opinião pública da UE e tendo em conta que alguns EMs anunciaram submeter a referendo novos tratados de adesão, este sentimento público negativo⁹⁰ reduz, assim, a *credibilidade* da promessa de adesão à UE (Zhelyazkova *et al.*, 2019, p.26). Um exemplo prático desta realidade foi a rejeição pelos cidadãos neerlandeses do Acordo de Associação UE-Ucrânia por meio de um referendo (2016), tornando-se, deste modo, uma força de veto significativa (Euronews, 2016).

Por outro lado, esta *inconsistência* é, também, exibida através da retórica da preocupação da UE para com o desenvolvimento e a estabilização da região (Szynol, 2018, pp.225-226), por um lado, e pela sua ação efetiva, por outro:

“It doesn't matter the political commitments mean that the European Union will be able to formulate policies with regard to the region which are going to be coherent. Seven states [SIC]⁹¹ of the European Union do not recognise Kosovo.” (Nedim Karić, 2022)⁹²

A *inconsistência* é também revelada através da *political will* da UE, através de uma ausência de *credibilidade*, por um lado, e de *recompensas*, por outro (cf. Ponto 2.1.1):

“On side of the candidate countries and potential candidate countries conditionality country in my view does not work because there are no clear benefits of actually doing stuff or don't doing stuff. Because and I said that ...There are several countries in the region who should have been part of the EU, and they are not and it's not because of the conditionality. At certain point, these countries realise that whatever they

⁹⁰ Compreenda-se que referimos uma opinião pública negativa porque é o que tem ocorrido desde 2010, com exceção do Eurobarómetro referido, ainda assim, não é razão para considerar que esta opinião pública tenha sido realmente revertida ou, pelo contrário, tenha resultado da influência da presente invasão da Ucrânia pela Rússia.

⁹¹ Cinco EMs da EU não reconhecem o Kosovo enquanto Estado, nomeadamente: Chipre, Eslováquia, Espanha, Grécia e Roménia.

⁹² Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

do ... *There is simply not enough political will within the EU to let them in.*” (Edin Kovačević, 2022)⁹³.

Ou, pelo contrário, pela atribuição de *recompensas* sem que as condições impostas pela *condicionalidade* sejam alcançadas efetivamente:

“(…) *you have a paradoxical situation. (...) Only Serbia received some positive assessments (...) And may I remind you that Serbia is (...) according to the Freedom House (...) a hybrid regime. And it's described by international organisations dealing with human and civil rights as heavily captured state with an autocratic leader. (...) How did we get into situation that this country becomes a front track and there in the process of European Integrations? (...) what happened with the Rule of law? What happened with the with the quality of democracy? (...)*” Nedim Karić (2022)⁹⁴.

Huskić (2022⁹⁵) conclui este raciocínio, declarando a decadência do processo e a necessidade de ser repensado:

“*And I think this is what you get because the process is dying. This is truly a stage at which you are witnessing a decadence in the process. Because the process is completely discredited if you ask me, it's completely discredited, and it needs a complete redress*”.

Margareta Rončević (2021) vai ao encontro desta posição, afirmando também a necessidade de repensar e redefinir o alargamento baseado na condicionalidade na região dos WB₆, uma vez que, atualmente, os possíveis futuros EMs e os países candidatos com mais perspectivas estão posicionados nesta região. Redefinição essa que deve transcender o Processo de Berlim (p.25)

A Bósnia e Herzegovina: um Símbolo da Falência da *Credibilidade* da União Europeia

No caso específico da BiH, a UE sofre um grave problema de *credibilidade*, sobretudo após a concessão do estatuto de candidato à Ucrânia e à Moldávia (2022). Os fundamentos políticos para a concessão do estatuto foram claros, mas não foram bem aceites pelos cidadãos da BiH, revigorando opiniões políticas entre os decisores políticos

⁹³ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

⁹⁴ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

⁹⁵ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

da região. Ao longo dos anos, a UE tem tentado incentivar o processo de transição, argumentando que a adesão à UE se baseia na *meritocracia* do país e que um país que se empenhe num processo consistente e coerente será, em última análise, recompensado com a adesão à UE (Daviddi, 2023, p.66). Este ponto remete-nos para os debates correntes, como “*differentiated integration*”, que enquanto para uns é vantajoso, para outros é designado como uma “*Europe à la carte*” (Koenig, 2015, p.6), e o “*two-track*” ou “*two speed*” da Europa (Schimmelfennig & Winzen *apud* Džankić, 2023, p.202), face ao contraste moroso entre o processo de adesão dos WB₆ e os processos ulteriores.

Consequentemente, “*At the same time, the “attractive power” of the EU in the eyes of many citizens in Southeast Europe is at best weak, if not easily transformable into some sort of euro scepticism.*” (Daviddi, 2023, p.68). Esta descrédibilização profunda, que, em última instância, resulta em Euroceticismo, é facilmente exibida através da postura do Professor Osman Sušić (2022)⁹⁶:

“*Every day I'm becoming more Eurosceptic. For example, if you asked me 20 years ago about joining EU, I will give you 2 votes by my right and my left hand. But now I'm not sure that I will vote*”.

A determinação das condições por parte da UE (cf. Ponto 2.1.1), por outro lado, também tem sido alvo de crítica na BiH:

“*(...) We don't have to fulfil all 14 for the candidate status. But this is where the European Union now is creating a little bit of problems because they are quite vague on those...*” (Emina Džafić, 2022)⁹⁷

Adicionalmente, o processo de adesão da BiH tem sido observado enquanto um processo de “*ticking the box*” (Džananović *et al.*, 2023). Na mesma linha de pensamento, encontra-se Nedim Karić (2022)⁹⁸:

“*And the European Union said “tick” coordination mechanism. (...) You have diplomats here who are doing this who are playing with the tick boxes here in Bosnia so that they can go back to Brussels and say listen, in my five years there, yeah, I did. What kind of what kind of impact it has? (...) the only thing they do care about is like, let's tick boxes, you know. They tick boxes in 2013 with the with the census, you know, which was*

⁹⁶ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

⁹⁷ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

⁹⁸ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

horrible. Which was horribly executed, which basically used like an ethnic headcount in this country, they said “tick”. You know, we did census, you know, I did this, I did that”.

A questão que Huskić refere nada tem que ver com as razões pelas quais a RS não aceitou os resultados dos censos que mencionámos previamente (cf. Ponto 5.1), mas, sim, devido à metodologia e às questões de autodeclaração étnica. Entre os principais problemas estava a forma como as identidades étnicas eram classificadas, permitindo apenas respostas limitadas (Bosniak, Croata, Sérvio ou Outros), isto é, sem a possibilidade de incluir opções múltiplas para aqueles que poderiam identificar-se com mais do que uma etnia. Este formato foi, assim, criticado não só por não refletir de forma adequada a diversidade étnica do país, mas também por forçar escolhas que, em última instância, exacerbam o *etnocentrismo* já existente no país (Advisory Council for Bosnia and Herzegovina, 2013).

Deste modo, as duas últimas décadas demonstraram que existe um enorme fosso entre os objetivos estabelecidos e a sua execução, o que afeta o processo de adesão e põe em causa a credibilidade e a responsabilidade dos intervenientes (Bărbulescu & Troncotă, 2013, p.69):

“Take the example of Macedonia, they changed the name of this place so, this EU problem was solved, and they didn't get the green light for the beginning of the negotiations⁹⁹. And Social Democratic Prime Minister Zaeu actually lost the elections because of that. And in the last visit of Angela Merkel to the Western Balkans, instead, to come to Sarajevo or to scope it to Macedonia, to encourage these states. She went to visit Vučić, an autocrat, a person who is actually leaving all the processes in the region, including Montenegro. (Elmir Sadiković, 2022)¹⁰⁰.

5.2.4. Análise Final das Condicionantes Externas da BiH

Considerando a análise teórico-prática das condicionantes extrínsecas ao processo de adesão da BiH à UE que temos vindo a tratar neste ponto, entendemos que as suas condicionantes externas começam, desde logo, na sua localização. Os Balcãs,

⁹⁹ No presente momento, as negociações já foram iniciadas, nomeadamente em julho de 2022, porém esta entrevista foi realizada no início do mesmo ano. Não obstante, a mudança de nome ocorreu em janeiro de 2019, tendo existido um íterim de três anos, entre um acontecimento e outro.

¹⁰⁰ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

geograficamente, estão localizados na Europa, porém, culturalmente, existe uma tendência constante em visioná-los como o “*Outro*”. O “*Outro*” dos conflitos, o “*Outro*” das guerras, o *balcânico*. A Cortina de Ferro caiu, mas esta dicotomia entre o “*Nós*” e o “*Outro*”, entre “*Nós*” e o “*Eles*” (cf. Ponto 3) mantém-se. Os Balcãs, a *Balcanização*, são, deste modo, conotados negativamente, estereotipados de forma reducionista e, permitam-nos recorrer à expressão mais coloquial e menos habitual do discurso acadêmico, são figurados como os “rafeiros da Europa”. Expressão da qual nos afastamos conceptual e criticamente, porém, que nos sentimos à vontade para ilustrar o conceito que subsiste. Afinal “*Nós*” [Europa do Sul], que realizamos a presente análise, nas palavras de Dijsselbloem (2017), então Presidente do Eurogrupo, “gastamos o nosso dinheiro em copos e mulheres”, agora imagine-se quais seriam os juízos de valor se não fôssemos EM.

Após esta breve dispersão na nossa análise, pela qual nos desculpamos, retomamos o cerne da nossa discussão. A BiH encontra-se justamente no centro deste rótulo, desta representação atribuída aos Balcãs, enquanto puzzle cultural entre a cultura Ocidental e Oriental, sendo não só multicultural, mas também multiétnica e multirreligiosa e, portanto, uma constante lembrança das guerras multiétnicas imediatamente associadas ao território. Deste modo, o melhor e o pior dos Balcãs “imaginários” encontram-se neste território. E aqui notamos a célebre frase duplamente inscrita no chão da Baščaršija de Sarajevo, nas extremidades laterais de uma bússola também ela inscrita no solo, permitindo, de um lado da bússola, a leitura orientada para Oeste, e do lado oposto, a leitura orientada para Este – “*Sarajevo meeting of cultures*”. Contudo, este positivismo não desintegra as conotações negativas que perpetuam a ideia de uma “linha civilizacional”, que afeta tanto a sua identidade europeia quanto o seu processo de integração na UE.

A localização dos WB₆, por outro lado, afeta as suas relações externas, uma vez que estes facilmente se podem tornar em tabuleiros de xadrez manejados conforme jogos de poder, conforme as palavras de Mogherini. Por outras palavras, a localização dos Balcãs torna-os propícios a relações dissimuladas e manipulativas, que, em última instância, procuram alcançar interesses e preferências nacionais determinados *a priori*.

No caso da BiH, compreendemos que essa manipulação é encetada do seu interior e, por isso, mesmo iniciámos a nossa análise partindo das etnias pertencentes ao povo constituinte. Se, por um lado, se verificou que as relações com a Croácia têm melhorado ao longos dos anos, podendo ser caracterizadas como diplomáticas e cooperativas,

existindo apenas algumas disputas territoriais¹⁰¹. Por outro lado, as relações com a Sérvia encontram-se profundamente polarizadas, oriundas do sentimento pró-Sérvio das elites políticas da RS. Dodik, Presidente da RS, tem desafiado a soberania e a integridade da BiH, aumentando as tensões etnonacionalistas, por um lado, e dificultando a adesão à UE, por outro. A influência da Rússia na Sérvia, por sua vez, produz um estreito relacionamento entre a RS e a Rússia, que atua enquanto agente oportunista, que, através de instrumentos híbridos, explora as fragilidades internas da BiH, destabilizando politicamente o país, nomeadamente a sua consolidação democrática, e, em última análise, afastando a BiH da UE. A China, por seu lado, embora não tenha um papel tão significativo como a Rússia, nem tão destrutivo, acaba por seguir a linha de orientação de Kremlin.

Como se as condicionantes extrínsecas ao processo de adesão da BiH à EU não fossem já significativas, a própria EU, paradoxalmente, tem-se configurado como um obstáculo à integração da BiH. O *enlargement fatigue*, visível nos últimos anos, aliado à ineficácia da *condicionalidade*, enquanto instrumento de Europeização, que tem exibido uma *incoerência* profunda, quer entre a *determinação das condições*, quer o *sistema de recompensas*. Por conseguinte, a UE tem vindo a perder a sua *credibilidade*. Adicionalmente, existe uma lacuna profunda entre os objetivos estabelecidos e a sua execução, que tem afetado o processo de adesão, no sentido em que este tem sido visto enquanto um processo de *ticking the box*, sem grande preocupação com as reformas efetivas, contribuindo, novamente, para a perda de *credibilidade* da UE. Esta posição não assertiva da UE contribui, por um lado, para o *Euroceticismo* e, por outro, para a ausência de *political will* das elites políticas, que desconsideram que as suas reformas alcancem, em momento algum, algum tipo de *recompensas* e, em particular, a adesão à UE.

Dessarte, se, de um ponto de vista, os Balcãs e, em particular, a BiH é vítima da sua localização, que, por um lado, lhe atribui conotações negativas e, por outro, a tenta repelir da sua pertença à Europa, independentemente da sua localização geográfica efetiva. Sob outro ponto de vista é, simultaneamente, alvo de relações externas oportunistas que têm como fim último alcançar interesses e preferências nacionais, sendo

¹⁰¹ Proveniente desta relação, no ponto em que a analisámos, referimos que o facto da Croácia ser EM da UE e de os cidadãos croatas da BiH, em particular as elites políticas, possuírem dupla nacionalidade, resulta numa menor priorização da adesão à UE na agenda política da BiH por parte dos croatas, isto é, de uma *political will* menor, existindo, portanto, bloqueios políticos e institucionais por parte dos Croatas, mas, neste contexto específico, consideramos esta condicionante como interna.

parte destes objetivos intergovernamentais o afastamento da BiH da UE. Afastamento esse para o qual a própria UE contribui.

Em virtude do exposto, respondemos à segunda pergunta – *Quais as principais condicionantes externas da BiH e a sua influência no processo de integração à UE?* – e à terceira pergunta derivadas – *Como se caracteriza a motivação da UE em relação à adesão da BiH?*. Permitindo-nos validar a terceira hipótese – *A ausência de clareza e objetividades nas condições a cumprir para a adesão à UE tem sido um fator determinante para a sua não-adesão* –, e a quarta hipótese – *A pouca vontade política das instituições europeias em relação à adesão dos WB₆ tem dificultado a adesão da BiH à UE*.

Conclusão

Ao longo do presente estudo, temos procurado responder à seguinte questão *Quais os fatores que limitam o processo de adesão à UE por parte da BiH?*.

Primeiramente, procurámos realizar uma análise exaustiva relativa ao enquadramento teórico das Teorias de Integração Europeia, de modo a amplificar a nossa compreensão teórica no processo de integração europeia, com o objetivo aplicar estas correntes ao nosso objeto de estudo. Neste sentido, foi fundamental considerar o processo bidirecional de Europeização enquanto extensão lógica da integração europeia que, por sua vez, integra como instrumento principal a *condicionalidade* (formal e informal). Neste ponto, adotámos como o *External Incentives Model*, que estabelece a *condicionalidade* enquanto *soft power* da UE através da adoção e implementação de regras, previamente definidas, aos Estados Europeus que visam a adesão, através de uma estratégia de reforço baseada em recompensas.

Posteriormente, realizámos um quadro expositivo histórico da região dos Balcãs, fulcral para o entendimento da complexidade da região e, portanto, imperativo para o enquadramento geral do nosso objeto de estudo, a BiH. Seguindo esta linha orientadora, procurámos perceber a evolução do processo de integração europeia nesta região, que, à exceção da Croácia, não tem sido bem-sucedida, dado que não tem resultado no objetivo último – a adesão.

Com o quadro geral configurado, afinámos a nossa análise para o nosso objeto de estudo, a BiH. Assim, de forma mais incisiva, objetivamos compreender o enquadramento político, demográfico e económico deste Estado, considerando a influência das suas raízes históricas, significativamente induzidas por guerras multiétnicas, que, em última instância, se refletem na sua hereditariedade multiétnica, cultural e religiosa, visíveis na atualidade. Subsequentemente, explorámos a estrutura política e institucional do Estado à luz do, comumente conhecido, *Dayton Peace Agreement*. Por fim, após a complexidade estatal ter sido exposta nas suas dimensões variadas, apresentámos, cronologicamente, o processo de integração da BiH à UE, considerando os principais marcos deste progresso.

Após esta realização expositiva histórico-factual, procurámos analisar as condicionantes internas e externas da BiH no processo de adesão à UE, considerando a interligação e interação entre os diversos elementos previamente expostos nos pontos anteriores.

No que diz respeito às condicionantes internas, compreendemos que a estrutura institucional e de governança imposta por Dayton é, sem qualquer dúvida, uma limitação para o desenvolvimento do país e, conseqüentemente, para a progressão no processo de adesão à UE da BiH.

Reconhecemos que o Dayton Agreement foi o marco histórico que permitiu o término da Guerra (1992-1995), porém, o que inicialmente detinha cariz temporário vigora há quase três décadas. Este sistema é, assim, descentralizado e fragmentado, face ao seu sustento numa etnocracia derivada das três etnias integradas do povo constituinte (Bosniaks, Croatas e Sérvios). Embora configurado com o propósito de proteção de minorias, este sistema acaba por permitir inúmeras possibilidades de veto, que resultam em bloqueios políticos e institucionais, desafiando a funcionalidade do Estado.

“*Aún las cosas complicadas pueden funcionar si hay voluntad política.*” (Andrés Carrillo, 2024, EEAS) ¹⁰².

Contudo, não há *political will*. Pelo contrário, existe um “*absolutely low level of trust between the different actors, between the three constituent peoples and the different institutions which are formed in at different levels of them.*” (Kressimir Nikolov, 2022) ¹⁰³.

¹⁰² Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

¹⁰³ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

Ao qual acresce a ausência de coordenação entre os diversos níveis e a preponderância das elites políticas seguirem os interesses e objetivos das próprias comunidades étnicas, abrandando e dificultando o processo de decisão e, por conseguinte, obliterando e minando o panorama nacional. Teoricamente podemos explicar esta situação através do Construtivismo, que, contrariamente as teorias racionalistas, reitera que as instituições não são somente instrumentos dos interesses do Estado; em determinadas circunstâncias [como as que aqui temos vindo a explorar], é possível que os líderes e as burocracias das instituições desenvolvam interesses próprios que contrariam os interesses do Estado (Sousa *et al.*, 2021, p.180).

O Mecanismo de Coordenação é, precisamente, uma dessas burocracias desenvolvidas conforme os interesses próprios das elites políticas, uma vez que este é estabelecido conforme a estrutura institucional governativa da BiH. Como resultado, o próprio Mecanismo é também ele alvo de inúmeros bloqueios, o que resulta, novamente, num abrandamento do processo de decisão. Todavia, a nossa fonte volta a afirmar que “*podría funcionar si hay voluntad política de que funcione*” (Andrés Carrillo, 2024, EEAS)¹⁰⁴. Ainda assim, reconhecemos que este foi o único Mecanismo capaz de agradar aos diferentes grupos de elites políticas e, por isso, ser alvo de consenso e aprovação.

A lógica etnonacionalista resulta numa ausência de unidade e coesão social, o que, na sua essência, impede a formação de uma identidade nacional comum. A Política de Identidade resulta na própria Política Externa de um Estado, ou seja, é o que fundamenta o seu posicionamento hierárquico e normativo na sociedade internacional, isto é, nas suas alianças, nos seus interesses e aspirações essenciais (*Ibid.*, p.337).

Posto isto, compreendemos que a ausência de uma Política de Identidade, proveniente da inexistência de uma unidade e coesão social, resulta na privação de uma Política Externa concisa a seguir pelo próprio Estado, o que, de forma decisiva, condiciona o processo de adesão da BiH à UE. Ressalvamos, porém, que esta situação, além de complexa, é interdependente, formando, em última análise, um círculo vicioso que se perpetua.

Respondemos, deste modo, à primeira pergunta derivada – “*Quais as principais condicionantes internas da BiH e a sua influência no processo de adesão à UE?*”. O que nos permite validar a primeira hipótese, que considera “*A fragilidade da identidade*

¹⁰⁴ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

nacional, a limitada capacidade económica e a ausência de coesão social na BiH têm dificultado o processo de adesão à EU". Por outro lado, validámos, ainda que parcialmente, a segunda hipótese, que reitera que *"O Mecanismo de Coordenação do processo de integração da BiH na EU, derivado da estrutura institucional descentralizada e fragmentada do país, tem retardado e dificultado o processo de decisão na BiH e, conseqüentemente, no processo de adesão à UE."* Esta validação parcial advém do facto de, ainda que este Mecanismo, de certo modo, dificulte e retarde o processo de decisão, este abrandamento não resulta do Mecanismo *per se*, mas do sistema de governança no qual se baseia. Por outras palavras, a falta de consenso entre as elites políticas e a perseguição de agendas políticas distintas pelas mesmas provoca o abrandamento de decisão. Neste caso, o Mecanismo funciona como mais um instrumento utilizado pelas elites políticas para alcançar os seus objetivos políticos, recorrendo a bloqueios institucionais, se necessário.

Poderíamos ter-nos ficado por aqui e concluir como tanta outra literatura, que a estagnação da Europeização nos Balcãs e, por conseguinte, na BiH é resultado do *"Balkan Exceptionalism"*, que reitera que os WB₆ são alvo de uma *Europeização* limitada, quando comparados com outras regiões europeias, que se justifica através da sua história e da influência desta nos seus processos de construção do Estado, de democratização, entre outros (Bărbulescu & Troncotă, 2012, p.6). Contudo, apesar de concordarmos com este argumento, não consideramos que seja exclusivo.

No que concerne às condicionantes externas do processo de adesão da BiH à UE, percebemos, desde logo, um comportamento de superioridade moral preconcebida, provinda de conotações e representações negativas atribuídas à região dos Balcãs, devido à sua posição limiar entre o Ocidente e o Oriente. Embora geograficamente localizados na Europa, são vistos como o *"Outro"*, com um retornar ao primitivo que se opõe aos valores *"verdadeiramente europeus"*. A BiH é, precisamente, o centro desta representação, marcada por guerras étnicas e pela sua diversidade cultural, face à sua constituição por três etnias e três religiões diferentes. Deste modo, com a queda da Cortina de Ferro e as guerras subsequentes que deram origem a novos Estados, cresceu um muro invisível dos Balcãs *"imaginários"*. Esta construção social, este estereótipo, é aprofundando com a ascendência crescente de partidos populistas e nacionalistas, que usam esta narrativa como base da sua argumentação, utilizando, por exemplo, a dicotomia Cristianismo-Islamismo.

Por outro lado, a própria localização dos Balcãs é observada como estratégica, como um meio para prosseguir determinadas *preferências e interesses nacionais* (e.g. Rússia). A BiH, por sua vez, face à ausência de uma Política de Identidade e consequente ausência de uma Política Externa [comum e concisa], como referimos anteriormente, torna-se especialmente vulnerável a influências externas e manipulações, transformando-se num alvo preferencial para intervenções de potências que visam expandir a sua esfera de influência (e.g. Sérvia e Rússia). Essa vulnerabilidade é aumentada com as tensões internas do país, nomeadamente pelo facto de dois terços das etnias considerar os Estados vizinhos como os seus Estados Soberanos (Croácia e Sérvia). Destaca-se, sobretudo, o sentimento pró-Sérvio da RS, evidenciado pelos constantes bloqueios políticos e institucionais, bem como o seu desejo de desintegração da BiH. Estes interesses geopolíticos associados às relações de proximidade com a Sérvia, marcada, neste seguimento, com a Rússia, não só afastam a BiH da UE como comprometem a funcionalidade e, em última instância, a viabilidade da BiH enquanto Estado Soberano.

Assim, utilizando a analogia de Mogherini, esta região facilmente se pode tornar num tabuleiro de xadrez, onde elites políticas estrategas podem incitar o reacendimento de antigas tensões, dificultando a consolidação da paz e da democracia, sendo que a BiH é, precisamente, o centro deste tabuleiro de xadrez.

Por último, compreendemos que a própria UE se tem apresentado como uma condicionante ao próprio processo de adesão da BiH.

Por um lado, o *enlargement fatigue* que a UE tem vindo a exibir, validado pelas palavras de Jean-Claude Juncker (2014). Por outro, a *ineficácia da condicionalidade*.

A *condicionalidade*, enquanto instrumento da *Europeização* e, por conseguinte, do processo de integração, é justificada pela alteração do comportamento dos EMs, de modo que estes vão ao encontro dos objetivos acordados com a UE. No entanto, a eficácia da *condicionalidade* é questionável e o seu uso crescente levanta questões acerca do compromisso da UE para com a solidariedade e o objetivo de reduzir as disparidades regionais, num momento de crescente populismo e euroceticismo, em que existe uma necessidade de respostas políticas eficazes e visíveis da UE relativas à desigualdade e à recuperação económica (Bachtler & Mendez, 2020, p.121). Embora exista esta necessidade quase imediata de respostas políticas eficazes e visíveis por parte da UE esta, pelo contrário, tem mantido uma posição de um constante reagendar relativamente ao alargamento aos Balcãs.

Nesta perspectiva, o êxito da *condicionalidade* depende da elevada *credibilidade* da UE (Schimmelfennig and Sedelmeier 2005), algo que se tem vindo a deteriorar com o passar dos anos. Além da contínua postergação do alargamento aos WB₆, a UE tem exibido uma *incoerência* profunda, quer entre a *determinação das condições*, quer o *sistema de recompensas*.

Na BiH, o problema para com a credibilidade agravou-se significativamente quando, após vários anos de argumentação por parte da UE acerca da progressão no processo de integração ser baseada na *meritocracia*, foi concedido o estatuto de candidato à Ucrânia e à Moldávia (2022). Por outro lado, existe uma lacuna profunda entre os objetivos estabelecidos e a sua execução que tem afetado o processo de adesão da BiH, por um lado, e, por outro, tem contribuído para a sua visualização enquanto um processo de *ticking the box*. Em última análise, a UE mostra-se incapaz de gerar *political will* para a realização das reformas necessárias à integração (Eralp, 2014, p.113).

Respondemos, assim, à segunda pergunta – *Quais as principais condicionantes externas da BiH e a sua influência no processo de integração à UE?* e à terceira pergunta derivadas – *Como se caracteriza a motivação da UE em relação à adesão da BiH?*. O que nos permite validar a terceira hipótese – *A ausência de clareza e objetividades nas condições a cumprir para a adesão à UE tem sido um fator determinante para a sua não-adesão*, bem como a quarta hipótese, *A pouca vontade política das instituições europeias em relação à adesão dos WB₆ tem dificultado a adesão da BiH à UE*.

A Europeização, enquanto processo bidirecional entre as duas partes, a BiH, por um lado, e a UE, por outro, depende, conseqüentemente, da interação das partes, pelo que, de modo sumarizado, concluímos:

“(...) the problem is on both sides of this, of this process. On the one hand side, we are not doing anything of substantial nature anything. (...) And the other one is that the European Union faced with probably a completely, exhausted enlargement framework, a framework of the enlargement process, which is unable to generate or unable to reform the country.” (Nedim Karić, 2022)¹⁰⁵.

Para um possível encontrar de uma solução neste âmbito, propomos um futuro estudo comparativo o caso do Chipre, também este caracterizado por dinâmicas internas complexas e multiétnicas, porém EM da UE, e da BiH, na tentativa de poder encontrar

¹⁰⁵ Transcrição da entrevista para consulta dos júris de provas.

no primeiro uma solução que resolva “o *puzzle identitário doméstico*” (Domi & Petrić, 2019, p.145) do segundo e, conseqüentemente, acelere o seu processo de adesão à UE.

“If you take a look at Sarajevo at any time of day, from any surrounding hill, you will always inadvertently come to the same conclusion. It is a city that is wearing out and dying, while at the same time being reborn and transformed. Today it is the city of our most beautiful longings and endeavors and bravest desires and hopes.”

Ivo Andrić, jugoslavo vencedor do Prémio Nobel da Literatura

Referências Bibliográficas

Advisory Council for Bosnia and Herzegovina. (2013). *Concerns over 2013 Census in BiH*. Disponível em: <<https://www.acbih.org/concerns-over-2013-census-in-bih/>>.

Agency for Statistics of Bosnia and Herzegovina. (n.d.). *Statistical Office of Bosnia and Herzegovina*. Disponível em: <<http://www.statistika.ba/?lang=en>>.

Agency for Statistics of Bosnia and Herzegovina. (2016). *Census of population, households and dwellings in Bosnia and Herzegovina, 2013: Final results*. United Nations Statistics Division. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/wphc/bih/bih-2016-06->>.

Andjelić, N. (2019). BiH Foreign Policy Governance: Evolutive Practices and Contested Discourses. *Bosnia and Herzegovina's Foreign Policy since Independence*. Palgrave Macmillan, 233-251.

Andreas, P. (2004). The Clandestine Political Economy of War and Peace in Bosnia. *International Studies Quarterly* 48:1, 29-52.

Assembly of Kosovo. (2008, 17 de fevereiro). *Kosovo Declaration of Independence*. Pristina, Kosovo. Disponível em: <<https://www.assembly-kosova.org>>.

Bachtler, J. & Mendez, C. (2020). Cohesion and the EU Budget: Is Conditionality Undermining Solidarity?. In Coman, R. Crespy, A. & Schmidt, V.A. (1.^a ed.). *Governance and Politics in the Post-Crisis European Union*. Cambridge University Press, 121-139.

Balkan Insight. (2016). *New demographic picture of Bosnia finally revealed*. Disponível em: <<https://balkaninsight.com/2016/06/30/new-demographic-picture-of-bosnia-finally-revealed-06-30-2016/>>.

Balkan Insight. (2015b). *Political Disputes Delay Publication of Bosnia's Census Results*. Disponível em: <<https://balkaninsight.com/2015/06/09/political-disputes-delay-publication-of-bosnia-s-census-results/>>.

Balkan Insight. (2015a). *New Political Games Delay Release of Bosnia's Census Data*. Disponível em: <<https://balkaninsight.com/2015/05/28/new-political-games-delay-release-of-bosnia-s-census-data/>>.

Banović, D., Gravrić, S. & Mariño, M. B. (2021). *The Political System of Bosnia and Herzegovina: Institutions – Actors – Processes*. Springer.

Bărbulescu, I. G., & Troncotă, M. (2013). EU's 'Laboratory' in the Western Balkans. Experimenting Europeanization Without Democratization. The Case of Bosnia and Herzegovina. In *Revista Española de Ciencia Política*, 1:31, 63– 99.

Barbulescu, I.G. & Troncotă, M. (2012). The Ambivalent Role of the EU in the Western Balkans - "Limited Europeanisation" between Formal Promises and Practical Constraints: The Case of Bosnia-Herzegovina. In *Romanian Journal of European Affairs*, 12:1, 5-26 .

Bartlett, W. (2023). The Drivers of EU Financial Assistance to the Western Balkans: Economic, Altruistic or Democracy Promotion Motives?. In *Integrating the Western Balkans into the EU: Overcoming Mutual Misperceptions*. Palgrave Macmillan, 25-54.

Bertelsmann Stiftung. (2024). *BTI 2024 — Bosnia and Herzegovina Country Report*. Disponível em: <<https://bti-project.org/en/reports/country-report/BIH>>.

Bertelsmann Stiftung, & Center for Applied Policy Research. (2010). *BTI 2010 — Bosnia and Herzegovina Country Report*. Disponível em: <https://bti-project.org/fileadmin/api/content/en/downloads/reports/country_report_2010_BIH.pdf>.

Börzel, T.A., (2003). Environmental Policy. In Graziano, P. & Vink, M. P. (2008). *Europeanization: New Research Agendas*, Palgrave Macmillan, 226-238.

Börzel, T. A. & Pamuk, Y. 2012. Pathologies of Europeanisation: Fighting Corruption in the Southern Caucasus. *West European Politics*, 35:1, 79-97.

Börzel, T. A. & Risse, T. (2019). Grand theories of integration and the challenges of comparative regionalism. In *Journal of European Policy*. London: Routledge, 26:8, 1231-1252.

Börzel, T. & Risse, T. (2006). Europeanization: The Domestic Impact of EU Politics. In Jørgensen, K. E., Pollack, M.A. & Rosamond, B. (eds). (2006) *Handbook of European Union Politics*, SAGE Publications Ltd, 2, 483-504.

Börzel, T.A. & Risse, T. (2003). Conceptualising the Domestic Impact of Europe. In Featherstone, K. & Radaelli, C. (eds.). *The Politics of Europeanization*, Oxford: Oxford University Press, 57-80.

Börzel, T. A., & Risse, T. (2000). When Europe Hits Home: Europeanization and Domestic Change. In *European Integration online Papers (EIoP)*, 4:15.

Brinkerhoff, W. D. (2000). Assessing Political Will for anti-corruption efforts: an analytic framework. In *Public Administration and Development*, 20, 239-252.

Brljavac, B. (2012). *The Europeanization Process of Bosnia and Herzegovina: Between Democracy and Ethnocracy*. LAP LAMBERT Academic Publishing.

Bulmer, S. (2008). Theorizing Europeanization. In: Graziano, P., Vink, M.P. (eds) *Europeanization*. Palgrave Macmillan, London, 46-58.

Carnegie Endowment for International Peace. (2024). *Bosnia between Russia and the EU*. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/research/2024/06/bosnia-between-russia-eu?lang=en>>.

Čepo, D. (2019). Euro-Atlantic Integrations of BiH: Shifting Gears and Reinterpreting Motives in Foreign Affairs. In Hasić, J. & Karabegović, D. (2019). *Bosnia and Herzegovina's Foreign Policy since Independence*. Palgrave Macmillan, 71-96.

Chrysochoou, D. N. (2009a). On formative theorizing. In *Theorizing European Integration*. (2.^aed.). London and New York: Routledge, 18-32.

Chrysochoou, D. N. (2009b). The normative turn. In *Theorizing European Integration*. (2.^aed.). London and New York: Routledge, 105-130.

Coman, R. Crespy, A. & Schmidt, V.A. 2020. Key Policy Areas in Flux. In Coman, R. Crespy, A. & Schmidt, V.A. (1.^a ed.). *Governance and Politics in the Post-Crisis European Union*. Cambridge University Press, 115-120.

Coman, R. 2020. Democracy and the Rule of Law: How can the EU Uphold its Common Values?. In Coman, R. Crespy, A. & Schmidt, V.A. (1.^a ed.). *Governance and Politics in the Post-Crisis European Union*. Cambridge University Press, 358-377.

Comissão Europeia. (2024b). *Statement by President von der Leyen at the joint press conference with Chairwoman of the Council of Ministers Krišto*. Retrieved from https://europa.eu/newsroom/ecpc-failover/pdf/statement-24-5472_en.pdf

Comissão Europeia. (2024a). *Bosnia and Herzegovina – EU enlargement policy*. Disponível em: <https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/bosnia-and-herzegovina_en>.[Acedido a: 13/10/2024].

Comissão Europeia. (2023d). *Standard Eurobarometer 98 - Winter 2022-2023*. Disponível em: <<https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/2872>>.

Comissão Europeia. (2023c). *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: New Growth Plan for the Western Balkans*. Disponível em: <https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/document/download/8f5dbe63-e951-4180-9c32-298cae022d03_en?filename=COM_2023_691_New%20Growth%20Plan%20Western%20Balkans.pdf>.[Acedido a: 19/10/2024].

Comissão Europeia. (2023b). *SWD(2023) 691 final: Bosnia and Herzegovina report*. Disponível em: <https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/document/download/e3045ec9-f2fc-45c8-a97f-58a2d9b9945a_en?filename=SWD_2023_691%20Bosnia%20and%20Herzegovina%20report.pdf>.[Acedido a: 16/10/2024].

Comissão Europeia. (2023a). *Factsheet - EU accession process*. Disponível em: <https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/document/download/a9099136-b301-458e-a846-c6bf8c47d287_en?filename=Factsheet-EU-accession-process-cluster-newlayout-EP2023_0.pdf>.[Acedido a: 19/10/2024].

Comissão Europeia. (2022b). *FAQ on the accession negotiations*. Disponível em: <<https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/system/files/2022-06/FAQ%20accession%20negotiations.pdf>>.[Acedido a: 19/10/2024].

Comissão Europeia. (2022a). *First Intergovernmental Conferences with Albania and North Macedonia to kick-start the accession negotiations*. European Neighbourhood Policy and Enlargement Negotiations. Disponível em: <https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/news/first-intergovernmental-conferences-albania-and-north-macedonia-kick-start-accession-negotiation-2022-07-19_en>. [Acedido a: 28/09/2024].

Comissão Europeia. (2020). *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: Enhancing the accession process - A credible EU perspective for the Western Balkans*. Disponível em: <<https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/2bf63874-48d2-11ea-b81b-01aa75ed71a1>>. [Acedido a: 18/10/2024].

Comissão Europeia. (2019). *Commission opinion on Bosnia and Herzegovina's application for membership of the European Union*. European Commission. Disponível em: <<https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/system/files/2019-05/20190529-bosnia-and-herzegovina-opinion.pdf>>.[Acedido a: 13/10/2024].

Comissão Europeia. (2018). *IPA II 2014 - 2020: Bosnia and Herzegovina – EU Integration Facility*. Disponível em: <https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/system/files/2019-02/ipa_2018_41501_ad2_bih_eu_integration_facility.pdf>. [Acedido a: 10/10/2024].

Comissão Europeia. (2016). Questionnaire: Information requested by the European Commission to the Council of Ministers of Bosnia and Herzegovina for the preparation of the Opinion on the application of Bosnia and Herzegovina for membership of the

European Union. Disponível em:

<https://www.vladars.net/eng/vlada/ministries/MERRC/Documents/Questionnaire%20Opinion%20BIH_351696242.PDF> [Acedido a: 10/10/2024]

Comissão Europeia. (2015). *Bosnia and Herzegovina 2015 progress report*. Disponível em:

<https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/document/download/bc3147fc-ada1-487c-96d7-4ef17ddb3135_en?filename=20151110_report_bosnia_and_herzegovina.pdf>. [Acedido a: 10/10/2024].

Comissão Europeia. (2014b). *Questions and Answers: The Juncker Commission* [Memo]. Bruxelas. Disponível em:

https://ec.europa.eu/commission/presscorner/api/files/document/print/en/memo_14_523/MEMO_14_523_EN.pdf

Comissão Europeia. (2014a). *Bosnia and Herzegovina 2014 Progress Report*. Disponível em:

<https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/document/download/856d8ccb-21ee-4391-9d66-eb9f185c22d3_en?filename=20141008-bosnia-and-herzegovina-progress-report_en.pdf>. [Acedido a: 13/10/2024].

Comissão Europeia. (2013). *Bosnia and Herzegovina 2013 Progress Report*. Disponível em: <https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/document/download/c33f231c-3ac2-4ee4-8a20-1634815811b8_en?filename=ba_rapport_2013.pdf>.

[Acedido a:13/10/2024].

Comissão Europeia. (2012b). *Joint conclusions from the high level dialogue on the accession process with Bosnia and Herzegovina and the road map for BiH's EU membership application*. Disponível em:

<https://ec.europa.eu/commission/presscorner/api/files/document/print/en/memo_12_503/MEMO_12_503_EN.pdf>. [Acedido a: 13/10/2024].

Comissão Europeia. (2012a). *Bosnia and Herzegovina 2012 Progress Report*. Disponível em:

<https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/document/download/d8820041-1694-4a15-96ef-048eeb6eaf2c_en?filename=ba_rapport_2012_en.pdf>

[Acedido a: 13/10/2024].

Comissão Europeia. (2003b). *Proposal for a Council Regulation on the establishment of European Partnerships in the framework of the Stabilisation and Association process*. COM/2003/0684 final - CNS 2003/0267. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX%3A52003PC0684>. [Acedido a: 28/09/2024].

Comissão Europeia. (2003a). *EU-Western Balkans Summit Thessaloniki*. [online]. Disponível em: <https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/PRES_03_163>. [Acedido a: 23/09/2024].

Comissão Europeia para a Democracia através do Direito (Comissão de Veneza). (2005, 11 de março). *Opinion on the constitutional situation in Bosnia and Herzegovina and the Powers of the High Representative*. Disponível em:

<[https://www.venice.coe.int/webforms/documents/default.aspx?pdffile=CDL-AD\(2005\)004-e](https://www.venice.coe.int/webforms/documents/default.aspx?pdffile=CDL-AD(2005)004-e)>.

Conselho da Europa. (1995). *Protocol to the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms as amended by Protocol No. 11*. Disponível em:

<<https://rm.coe.int/168006377c>>.

Conselho da União Europeia. (2024). *Reform and growth facility for the Western Balkans adopted*. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press->

[releases/2024/05/07/reform-and-growth-facility-for-the-western-balkans-adopted/](https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2024/05/07/reform-and-growth-facility-for-the-western-balkans-adopted/)>.

[Acedido a: 20/10/2024].

Conselho da União Europeia. (2023). *How Maastricht changed Europe*. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/it/maastricht-treaty/>>. [Acedido a: 19/10/2024].

Conselho da União Europeia. (2020). *Council conclusions on the Western Balkans: Towards a credible enlargement perspective*. Disponível em: <<https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-7002-2020-INIT/en/pdf>>.[Acedido a: 19/10/2024].

Conselho da União Europeia. (2016). *Council conclusions on the application of Bosnia and Herzegovina for membership of the EU*. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2016/09/20/conclusions-bosnia/>>.[Acedido a: 16/10/2024].

Conselho da União Europeia. (2015). *Council conclusions on Bosnia and Herzegovina, 16 March 2015*. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2015/03/16/council-conclusions-on-bosnia-and-herzegovina/>.

[Acedido a:15/10/2024].

Conselho da União Europeia. (2014). *Council conclusions on Bosnia and Herzegovina, 15 December 2014*. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/?stDt=20141215>. [Acedido a:15/10/2024].

Conselho da União Europeia. (2004). *Bósnia e Herzegovina: Alargamento*. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/enlargement/bosnia-herzegovina/>>

[Acedido a: 28/09/2024].

Conselho da União Europeia. (2003). *Bosnia and Herzegovina – Enlargement*. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/en/policies/enlargement/bosnia-herzegovina/>>. [Acedido a: 16/10/2024].

Conselho da União Europeia. (1993). Council Regulation (EEC) No 990/93 of 26 April 1993 concerning trade between the European Economic Community and the Federal Republic of Yugoslavia (Serbia and Montenegro). In *Official Journal of the European Communities*, L 102/14. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A31993R0990>>. [Acedido a: 06/10/2024].

Conselho Europeu. (2024b). *Provisional deal on the reform and growth facility for the Western Balkans*. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2024/04/04/provisional-deal-on-the-reform-and-growth-facility-for-the-western-balkans/>>. [Acedido a: 20/10/2024].

Conselho Europeu. (2024a). *European Council meeting (21 and 22 March 2024) – Conclusions*. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/media/70880/euco-conclusions-2122032024.pdf>>. [Acedido a: 14/10/2024].

Conselho Europeu. (2022b). *European Council Conclusions, 15 December 2022*. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/media/60872/2022-12-15-euco-conclusions-en.pdf>>.

Conselho Europeu. (2022a). *European Council Conclusions, 23 and 24 June 2022*. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/media/57442/2022-06-2324-euco-conclusions-en.pdf>>. [Acedido a: 16/10/2024].

Conselho Europeu. (2006). Conselho Europeu de Bruxelas – 14 e 15 de dezembro de 2016 – Conclusões da Presidência. Disponível em:

<<https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-16879-2006-REV-1/pt/pdf>>

[Acedido a: 05/09/2024]

Conselho Europeu. (2003). *Thessaloniki European Council: 19 and 20 June 2003 Presidency conclusions*. Conselho Europeu. Disponível em:

<https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/PRES_03_163>. [Acedido a: 28/09/2024].

Conselho Europeu. (1993). *European Council in Copenhagen: 21-22 June 1993, Conclusions of the Presidency*. Disponível em:

<<https://www.consilium.europa.eu/media/21226/72926.pdf>>. [Acedido a: 14/10/2024].

Conselho Europeu de Relações Externas, ECFR. (2019). *Europe's new agenda in the Western Balkans*. Disponível em:

<https://ecfr.eu/article/commentary_europes_new_agenda_in_the_western_balkans/>.

Council of Ministers of Bosnia and Herzegovina. (2018). Decision on amendment to the decision on the system of coordination in the process of European integration in Bosnia and Herzegovina. In *Official Gazette of BiH*, 5/03, 42/03, 26/04, 42/04, 45/06, 88/07, 35/09, 59/09, 103/09, 87/12, 6/13, 19/16, and 83/17.

Council of Ministers of Bosnia and Herzegovina. (2016). Decision on the system of coordination in the process of European integration in Bosnia and Herzegovina. In *Official Gazette of BiH*, 5/03, 42/03, 26/04, 42/04, 45/06, 88/07, 35/09, 59/09, 103/09, 87/12, and 6/13.

Council of Ministers of Bosnia and Herzegovina. (2016a). Executive Decision on the Coordination Mechanism for European Integration in Bosnia and Herzegovina. In *Official Gazette of BiH*, no. 72/16.

Country Watch (C.W.). (2021). Bosnia-Herzegovina Country Review. Disponível em <<https://www.countrywatch.com/home/search?q=bosnia-herzegovina&type=advanced&countryid=22&products=country%20review&daterange>>. [Acedido a: 06/09/2024].

CSCE - Commission on Security and Cooperation in Europe. (12 de março de 1992). *The Referendum on Independence in Bosnia-Herzegovina: February 29- March 1, 1992*. Washington DC: CSCE. Disponível em: <<https://li.proquest.com/elhpdf/histcontext/CMP-1992-CSC-0012.pdf>> [Acedido a: 06/10/2024].

Davididi, R. (2023). Moving the Western Balkans Towards the European Union: The Dauting Case of Bosnia and Herzegovina. In Uvalić, M. (2023). *Integrating the Western Balkans into the EU: Overcoming Mutual Misperceptions*. Palgrave Macmillan, 55-80.

Del Valle, A. (2001). «Geopolítica e Civilizações»; «Ascensão do Islamismo e destabilização Geral dos Balcãs: A Responsabilidade Americana e ‘Ocidental’»; In Del Valle, A. (1ªed.). *Guerras Contra a Europa*. Lisboa: Hugin Editores, Lda., 21-48; 111-144.

Delalić, S. (2018). EU Common Foreign and Security Policy and Bosnia and Herzegovina. In *Anuario Español de Derecho Internacional*, (2019), 35, 617-654.

DG NEAR - Directorate-General for Neighbourhood and Enlargement Negotiations. (2015, 1 de junho). *Stabilisation and Association Agreement between Bosnia and Herzegovina enters into force today*. Disponível em: <[Stabilisation and Association Agreement with Bosnia and Herzegovina enters into force today - European Commission](#)> [Acedido a:15/10/2024].

Domi, L. T. & Petrić, D. (2019). BiH's Contributions to International Military-Security-Peace Operations. In *Bosnia and Herzegovina's Foreign Policy since Independence*. Palgrave Macmillan, 137-161.

Duina, F. (1997). Explaining Legal Implementation in the European Union. In *International Journal of the Sociology of Law*, 25, 155-179.

Džananović, N., Hasić, J. & Rončević, M. (2023). The Role of Mis-coordinated European Integration Mechanisms in Decelerating Progress in Bosnia and Herzegovina's EU Accession. In *Integrating the Western Balkans into the EU: Overcoming Mutual Misperceptions*. Palgrave Macmillan, 313-334.

Džankić, J. (2023). Perceptions and Misperceptions of EU Conditionality in the Western Balkans: A Case of a "Capability-Expectations Gap"? In *Integrating the Western Balkans into the EU: Overcoming Mutual Misperceptions*. Palgrave Macmillan, 199-222.

Džankić, J., Keil, S. & Kmezić, M. (2019). Introduction: The Europeanisation of the Western Balkans. In *The Europeanisation of the Western Balkans: A Failure of the EU Conditionality?*. Palgrave Macmillan, 1-14.

EEAS – Serviço Europeu de Ação Externa. (2024). *Ministerial conference of Western Balkan countries' accession to the EU held: BiH's future is in the EU, but the country is required to fulfill a number of steps for the negotiation process to be operationalized*. . Disponível em: <https://www.eeas.europa.eu/delegations/bosnia-and-herzegovina/ministerial-conference-western-balkan-countries%E2%80%99-accession-eu-held-bih%E2%80%99s-future-eu-country-required_en?s=219>. [Acedido a: 19/10/2024].

EEAS - Serviço Europeu de Ação Externa. (2023). EU projects in Bosnia and Herzegovina. Delegação da União Europeia na Bósnia e Herzegovina. Disponível em: <

https://www.eeas.europa.eu/delegations/bosnia-and-herzegovina/eu-projects-bih-0_en?s=219>.

Emerging Europe. (2022.). *Explainer: What's in an EU membership questionnaire?* Disponível em: <<https://emerging-europe.com/analysis/explainer-whats-in-an-eu-membership-questionnaire/>>. [Acedido a: 13/10/2024].

Eralp, D., U. (2014). *Politics of the European Union in Bosnia-Herzegovina: between conflict and democracy*. Lexington Books.

EU News. (2024). *A group of 7 EU countries calls for immediate opening of accession negotiations with Bosnia and Herzegovina*. Disponível em: <<https://www.eunews.it/en/2024/03/19/a-group-of-7-eu-countries-calls-for-immediate-opening-of-accession-negotiations-with-bosnia-and-herzegovina/>>.

Euractiv. (2024b). *Putin meets Bosnian Serb leader Dodik, hails rise in trade*. Disponível em: <<https://www.euractiv.com/section/enlargement/news/putin-meets-bosnian-serb-leader-dodik-hails-rise-in-trade/>>.

Euractiv. (2024a). *Bosnian Serbs mark controversial national day*. Disponível em: <<https://www.euractiv.com/section/enlargement-neighbourhood/news/bosnian-serbs-mark-controversial-national-day/>>.

Euractiv. (2023). *Dodik, one of Bosnia's main obstacles on EU path, says MEP* Disponível em: <<https://www.euractiv.com/section/politics/news/dodik-one-of-bosnias-main-obstacles-on-eu-path-says-mep/>>.

Eurocid. (2024). *Negociações de adesão à UE*. Disponível em: <<https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/negociacoes-de-adesao-ue>>. [Acedido a: 19/10/2024].

Euronews. (2021b). *Bósnia-Herzegovina: Onde as portas da UE se fecham*. Disponível em: <<https://pt.euronews.com/my-europe/2021/02/05/bosnia-herzegovina-onde-as-portas-da-ue-se-fecham>>.

Euronews. (2021a). *Croatia and Bosnia are still locked in a land dispute over two pebbles in the sea*. Disponível em: <<https://www.euronews.com/my-europe/2021/09/23/croatia-and-bosnia-are-still-locked-in-a-land-dispute-over-two-pebbles-in-the-sea>>.

Euronews. (2016). *Holanda rejeita em referendo acordo de associação UE-Ucrânia*. Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2016/04/07/holanda-rejeita-em-referendo-acordo-de-associacao-ue-ucrania>>.

European Western Balkans. (2017). “*Mogherini: Balkans can easily become one of chessboards where big power game can be played*”. Disponível em: <<https://europeanwesternbalkans.com/2017/03/07/mogherini-balkans-can-easily-become-one-of-chessboards-where-big-power-game-can-be-played/>>

Eurostat. (2024). *GDP per capita, consumption per capita and price level indices*. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=GDP_per_capita,_consumption_per_capita_and_price_level_indices>

Eursostat. (2013). *Population and housing census in Bosnia and Herzegovina*. European Statistical System. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/eurostat/web/european-statistical-system/-/population-and-housing-census-in-bosnia-and-herzegovina?etrans=pt>>.

Fisher, J. (2000). *From Confederacy to Federation - Thoughts on the finality of European integration*. [pdf] Discurso na Humboldt University in Berlin, 12 de maio de 2000. Disponível em:

<<https://ec.europa.eu/dorie/fileDownload.do?docId=192161&cardId=192161>>.

[Acedido a: 11/07/2024].

Gateva, E. (2015). Introduction. In *European Union Enlargement Conditionality*, 1 – 6. Palgrave Studies in European Union Politics.

Gateva, E. (2015). Conditionality and EU Enlargement: A Conceptual Overview. In *European Union Enlargement Conditionality*, 7-37. Palgrave Studies in European Union Politics.

Gateva, E. (2015). EU Conditionality in the Context of the South-Eastern Enlargements. In *European Union Enlargement Conditionality*, 124-173. Palgrave Studies in European Union Politics.

Government of Canada. (2001). Bosnia- Hercegovina: The International Response. Disponível em:
<<https://publications.gc.ca/Pilot/LoPBdP/BP/bp374-e.htm#THE%20ROAD>>. [Acedido a: 06/10/2024].

Haas, E. B. (2004). *The Uniting of Europe: Political Social, and Economic Forces 1950-57*. 3.^aed. USA: Stanford University Press.

Haas, E. B. (1970). The Study of Regional Integration: Reflections on the Joy and Anguish of Pretheorizing. In *International Organization*, 24:4, 607-647.

Hasić, J., Džananović, N. & Mesihović, L. R. (2020). “Implicit” contestations of EU foreign policy norm-domestication in Bosnia and Herzegovina and North Macedonia. In *Global Affairs*, 6:4-5, 417-432.

Haverland, M. (2000). National adaptation to European integration: the importance of institutional veto points. In *Journal of Public Policy*, 20:1, 83-103.

Héritier, A. 1995. Leaders and Laggards in European Clean Air Policy. In Unger, B. and J. van Waarden (eds.). *Convergence or Diversity? Internationalization and Economic Policy Response*. Aldershot: Avebury, 278-306.

Hooghe, L. & Marks, G. 2019. Grand theories of European integration in the twenty-first century. In *Journal of European Public Policy*. London: Routledge, 26:8, 1113-1133.

Hughes, J., Sasse, G. and Gordon, C. (2004). Conditionality and Compliance in the EU's Eastward Enlargement: Regional Policy and the Reform of Sub-National Government. In *Journal of Common Market Studies*, 42:3, 523-551.

ICTY -International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia. (2010). *The Bosnia and Herzegovina (BiH) Conflict: Casualty Undercounting* [Conference Paper].

Disponível em:

<https://www.icty.org/x/file/About/OTP/War_Demographics/en/bih_casualty_undercount_conf_paper>.

ICTY –International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia. (2005). *The situation in Srebrenica: A view from The Hague*. Disponível em:

<https://www.icty.org/x/file/Outreach/view_from_hague/jit_srebrenica_en.pdf>.

[Acedido a: 06/10/2024].

Jo, S. (2005). *Myths in the European Integration: Resolving the Crisis in the European Community from Empty Chair Crisis to Ratification Crisis*. PhD, South Carolina University, 1-12.

Johnson, A. (2014). *The Balkans is Our Neighborhood, Europe is Our Destiny: Croatia's Attempt to Build Regional Relations in Hopes of EU Membership*. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/210604229.pdf>>.

Juncos, A. E. (2005). The EU's post-conflict intervention in Bosnia and Herzegovina: (re)Integrating the Balkans and/or (re)Inventing the EU?. In *Southeast European Politics*, 6:2, 88-108.

Kalamujić, A. (2019). Foreign Economic Policy and Trade Relations of BiH. In Hasić, J. & Karabegović, D. (2019). *Bosnia and Herzegovina's Foreign Policy since Independence*. Palgrave Macmillan, 97-111.

Kearney, R. (2002). America and its 'Others': Frontier Stories. In Kearney R (2002), *On Stories*, 102-117. London: Routledge.

Knill, C. & Lenschow, A. (1998). Coping with Europe: the impact of British and German administrations on the implementation of EU environmental policy. In *Journal of European Public Policy* V.5, 595-615.

Koenig, N. (2015). A Differentiated View of Differentiated Integration. *Notre Europe*.

Lacoste, Y. (1995). *Dictionnaire de géopolitique*. Paris: Flammarion.

Ladrech, R. (1994). Europeanization of Domestic Politics and Institutions: The Case of France. In *Journal of Common Market Studies*, 32:1, 69-88.

Malcolm, N. 1996. *Bosnia: A short history*. Macmillan.

Marconato, J. V. & Andreozzi, S.L. (2021). *Disputas fronteiriças entre a Croácia e Bósnia e Herzegovina*. Confins, Open Edition Journals [Online], No. 50. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/37688?lang=pt#quotation>>.

Marković, P. & Subašić, M. (2019). BiH's Foreign Policy Toward Neighboring Countries: Patterns of Reinterpretations and Redefinition. In Hasić, J. & Karabegović, D. (2019). *Bosnia and Herzegovina's Foreign Policy since Independence*. Palgrave Macmillan, 185-207.

Mastenbroek, E. & Kaeding, M. (2006). Europeanization Beyond the Goodness of Fit: Domestic Politics in the Forefront. In *Comparative European Politics*, V.6, 331-354.

Mastenbroek, E. & Van Keulen, M. (2006). Beyond the Goodness of fit: A Preference-based Account of Europeanization. In Holzhaecker, R. & Haverland, M. (2006). *European Research Reloaded: Cooperation and Integration among Europeanized States*. Springer, V.9, 19-42.

Mazower, M. (2002). *The Balkans: From the End of Byzantium to the Present Day*. Orion Publishing.

Ministry of Foreign Trade and Economic Relations of Bosnia and Herzegovina. (2018). *Questionnaire of the European Commission for EU integration*. Disponível em: <<http://www.mvteo.gov.ba/Content/Read/eu-integracije-upitnik-evropske-komisije?lang=en>>.[Acedido a: 16/10/2024].

Szynol, M. (2018). The EU perspective not for Sarajevo? Bosnia and Herzegovina's integration with the European Union: opportunities, challenges and perspectives. In *Rocznik Integracji Europejskiej*, Nr. 12, 225-242.

Moravcsik, A. Schimmelfenning, F. (2009). Liberal Intergovernmentalism. In Wiener, A. & Diez, T. (2.^aed.). *European Integration Theory*. Oxford: Oxford University Press, 67-87.

Moravcsik, A. & Nicolaïdis, K. (1999). Explaining the Treaty of Amsterdam: Interests, Influence, Institutions. In *Journal of Common Market Studies*, 37:1, 59-85.

Moravcsik, A. (1998). *The Choice for Europe - Social Purpose & State Power from Messina to Maastricht*. UK: Routledge.

Moravcsik, A. (1995). Liberal Intergovernmentalism and Integration: A Rejoinder. In *Journal of Common Market Studies*, 33:4, 611-628.

Moravcsik, A. (1993). Preferences and Power in the European Community: A Liberal Intergovernmentalist Approach. In *Journal of Common Market Studies*, 31:4, 473-524.

Mujanović, J. (2019) A Strategic Review of BiH's Bilateral Relations with the Major Powers. In Hasić, J. & Karabegović, D. (2019). *Bosnia and Herzegovina's Foreign Policy since Independence*. Palgrave Macmillan, 163-184.

Niemann, A. & Schmitter, P. C. (2009). Neofunctionalism. In Wiener, A. & Diez, T. (2.^aed.). *European Integration Theory*. Oxford: Oxford University Press, 45-66.

Office of the High Representative. (1997, 10 de dezembro). *PIC: Summary of Bonn conclusions*. Disponível em <<https://www.ohr.int/pic-summary-of-bonn-conclusions/>>. [Acedido a: 12/10/2024].

Olsen, J.P. (2002). The Many Faces of Europeanization. In *Journal of Common Market Studies*, 40:5, 921-952.

OSCE - Organization for Security and Co-operation in Europe. (2006). *Report on the referendum in Montenegro: 21 May 2006*. Disponível em: <<https://www.osce.org/files/f/documents/f/0/20098.pdf>>. [Acedido a: 02/10/2024].

O'Neill, M. (1966). *The Politics of European Integration: A reader*. 3.^a ed. London and New York: Routledge.

Parlamento Europeu. (2024b) *O alargamento da União*. Retrieved from <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/167/o-alargamento-da-uniao>

Parlamento Europeu. (2024a). *Proceedings of the European Parliament plenary session of 12 March 2024*. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/CRE-9-2024-03-12_EN.html>. [Acedido a: 13/10/2024].

Peres, A. C. S. (2018). For human rights: Constructing the multinational Brčko District in Bosnia and Herzegovina / Pelos direitos humanos: Construindo o multinacional no Distrito de Brčko (Bósnia-Herzegóvina). In *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 8:1, 211-243. Disponível em <<https://journals.openedition.org/vibrant/2186>>. [Acedido a: 10/10/2024].

Politico. (2016). *Bosnia releases disputed census results*. Disponível em: <<https://www.politico.eu/article/bosnia-releases-disputed-census-results/>>

Radaelli, C. M. (2000). Whither Europeanization? Concept stretching and substantive change. In *European Integration Online Papers*. Disponível em: <<https://eiop.or.at/eiop/pdf/2000-008.pdf>>. [Acedido a: 23/06/2024].

Radaelli, C. M. (2003). The Europeanization of Public Policy. In Featherstone, K. & Radaelli, C. M. *The Politics of Europeanization*. Oxford Scholarship Online. Disponível em: [\(PDF\) <The Politics of Europeanization: Theory and Analysis \(researchgate.net\)>](#).

Research Directorate, Immigration and Refugee Board, Canada. (1992). *Chronology of Events: September 1991 - July 1992*. Canada: Immigration and Refugee Board of Canada, 1 July 1992. Disponível em: <https://www.refworld.org/reference/countryrep/irbc/1992/en/15018> [Acedido a: 06/10/2024].

Reuters. (2017). *U.S. imposes sanctions on Bosnian Serb nationalist leader Dodik*. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-usa-sanctions-bosnia-dodik/u-s-impossanctions-on-bosnian-serb-nationalist-leader-dodik-idUSKBN1512WI/>.

Riddle. (2021). *Russian-Chinese Crisis Alliance in the Balkans*. Disponível em: <https://ridl.io/russian-chinese-crisis-alliance-in-the-balkans/>.

Risse, T. (2009). Social Constructivism and European Integration. In Wiener, A. & Diez, T. (2.^aed.). *European Integration Theory*. Oxford: Oxford University Press, 144-160.

Risse, T., Green Cowles, M. & Caporaso, J. (2001). Europeanization and Domestic Change: Introduction. In Cowles, M.G., Caporaso, J. & Risse, T. (eds.). *Transforming Europe: Europeanization and Domestic Change*. Ithaca: Cornell University Press, 1-20

Rončević, M. (2021). *“Balkan Exceptionalism” in the EU Integration Process: case study of the Coordination Mechanism for Bosnia and Herzegovina*. [Tese de mestrado não publicada]. University of Sarajevo – University of Bologna.

Rosamond, B. (2005). The uniting of Europe and the foundation of EU studies: Revisiting the neofunctionalism of Ernst B. Haas. In *Journal of European Public Policy*, 12:2, 237-254.

Rosamond, B. (2000a). Neofunctionalism. In *Theories of European Integration*. New York: St. Martin's Press, 50-73.

Rosamond, B. (2000b). Constructivism and European Integration. In *Theories of European Integration*. New York: St. Martin's Press, 171-174.

Saurugger, S. (2014). *Theoretical Approaches to European Integration*. UK and US: Palgrave Macmillan.

Schimmelfennig, F. & Sedelmeier, U. (2020). The Europeanization of Eastern Europe: the external incentives model revisited. In *Journal of European Public Policy*, 27:6, 814-833.

Schimmelfennig, F. & Rittberger, B. (2015). "The EU as a system of differentiated integration - A challenge for theories of European integration?". In Richardson, J. & Mazey, S. (4.thed.). *European Union: Power and Policy-making*. London: Routledge, 33-61.

Schimmelfennig, F. (2008). EU political accession conditionality after the 2004 enlargement: consistency and effectiveness. In *Journal of European Policy*, 15:16, 918-937.

Schimmelfennig, F. & Sedelmeier, U. (2005). Introduction: Conceptualizing the Europeanization of Central and Eastern Europe. In *The Europeanization of Central and Eastern Europe*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1-28.

Schimmelfennig, F. & Sedelmeier, U. (2004). Governance by conditionality: EU rule transfer to the candidate countries of Central and Eastern Europe. In *Journal of European Policy*. 11:4, 661-679.

Schimmelfennig, F. (2001). "The Community Trap: Liberal Norms, Rhetorical Action, and the Eastern Enlargement of the European Union". In *International Organization*, 55: 1, 47-80.

Schimmelfennig, F. (1999). *The Double Puzzle of EU Enlargement: Liberal Norms, Rhetorical Action, and the Decision to Expand to the East*. In: UNSPECIFIED, Pittsburgh, PA. (Unpublished)

Schmidt, V. A. (2008). Discursive Institutionalism: The Explanatory Power of Ideas and Discourse. In *The Annual Review of Political Science*, 11, 303-326.

Schmitter, P.C. (2005). Ernst B. Haas and the legacy of neofunctionalism. In *Journal of European Public Policy*, 12:2, 255-272.

Sebastian, S. (2010). *Assessing Democracy Assistance: Bosnia*. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/130766/IP_WMD_Bosnia_ENG_jul10.pdf>.

Sejdić and Finci v. Bosnia and Herzegovina. (2009). No. 27996/06 & 34836/06. *European Court of Human Rights*. Disponível em: <<https://hudoc.echr.coe.int/fre#%7B%22sort%22:%5B%22kupdate%20Descending%22%5D,%22itemid%22:%5B%22001-96491%22%5D%7D%7E%3E>>.

Sousa, F., Mendes, P., E., Freitas, J., G. (2021). *Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais*. Almedina.

Sweet, A. S. & Sandholtz, W. (1997). European integration and supranational governance. In *Journal of European Public Policy*, 4:3, 297–317.

Szołucha, A. (2010). The EU and Enlargement Fatigue: Why has the European Union not been able to counter enlargement fatigue?. In *Journal of Contemporary European Research*, 6:1, 107-122.

TEDH - Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. (2023b). *Kovačević v. Bosnia and Herzegovina*. Disponível em: <<https://hudoc.echr.coe.int/#%7B%22itemid%22:%5B%22001-226386%22%7D%7D>>.

TEDH - Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. (2023a). *Elections undemocratic in Bosnia and Herzegovina since main ethnic groups enjoy a privileged position* [Press release]. Disponível em: <<https://x.com/ECHR%5FCEDH/status/1696435170595770565>>.

TEDH - Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. (2000). *Protocol No. 12 to the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms*. Disponível em: <https://www.echr.coe.int/documents/d/echr/library_collection_p12_ets177e_eng>.

TEDH - Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. (1950). *Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais*. Conselho da Europa. Disponível em: <https://www.echr.coe.int/documents/d/echr/convention_ENG>.

Todorova, M. (1997). Introduction - Balkanism and Orientalism: Are They Different Categories?; Between Classification and Politics: The Balkans and the Myth of Central Europe; Conclusion. In *Imagining the Balkans*. Oxford University press, 3-20, 140-160; 184-189.

Tulumović, V. (2020). Level and Pace of the Regional Development of Bosnia and Herzegovina in the Context of Integration into the European Union. In *Ekonomski*

Pregled, 71:2, pp. 152-172.

União Europeia. (2015). Acordo de Estabilização e Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Bósnia e Herzegovina, por outro. *Jornal Oficial da União Europeia*. L 164/2, 2-547, 30 de junho de 2015. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/stabilisation-and-association-agreement-with-bosnia-and-herzegovina.html>>. [Acedido a: 28/09/2024].

United Nations. (1999). *Resolution adopted by the General Assembly [on the establishment of the International Criminal Court]* (A/RES/53/105). United Nations. Disponível em: <<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n99/172/89/pdf/n9917289.pdf>>. [Acedido a: 06/10/2024].

United Nations. (1995). General Framework Agreement for Peace in Bosnia and Herzegovina. Disponível em: <https://peacemaker.un.org/sites/default/files/document/files/2024/05/ba951121daytona_greement.pdf>. [Acedido a: 13/10/2024].

União Europeia. (s.d.). *European Union enlargement*. EUR-Lex. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/summary/chapter/16.html>>. [Acedido a: 18/10/2024].

União Europeia. (2011). *History of the European Union 1945-59*. [online]. Disponível em: <https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1945-59_en>. [Acedido a: 11/06/2024].

União Europeia. (2016). Consolidated versions of the Treaty on European Union and the Treaty on the Functioning of the European Union. In *Official Journal of the European Union*, C 202:1. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016M/TXT>. [Acedido a: 18/10/2024].

United Nations. (2019). The United Nations in Bosnia and Herzegovina. United Nations. Disponível em: <<https://bosniaherzegovina.un.org/en/about/about-the-un>>. [Acedido a: 06/10/2024].

United Nations Development Programme (UNDP). (n.d.). *Looking back, looking forward: A roadmap for migration and development in Bosnia and Herzegovina*. UNDP. Disponível em: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/ba/BiH_looking_back_looking_forward.pdf>.

U.S. Department of State. (2005). *Background note: Bosnia and Herzegovina*. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/r/pa/ei/bgn/2868.htm>>. [Acedido a: 06/10/2024].

Uvalić, M. (2023). The perceptions of the European Union-Western Balkan Integration Prospects: Introduction and Overview. In Uvalić, M. (2023). *Integrating the Western Balkans into the EU: Overcoming Mutual Misperceptions*. Palgrave Macmillan, 1-24.

Vidotto, L. C. (2023). *The EU Enlargement Process*. Institut Montaigne. Disponível em: <<https://www.institutmontaigne.org/en/expressions/eu-enlargement-process>>. [Acedido a: 20/10/2024].

World Population Review. (2024). *Bosnia and Herzegovina*. Disponível em: <<https://worldpopulationreview.com/countries/bosnia-and-herzegovina>>.

Zaneli, V. (2020). Dancing in the Dark: The West, China and Russia in the Western Balkans. In *per Concordiam: Journal of European Security and Defense Issues*, 10:3, 22-29.

Zhelyazkova, A. Damjanovski, Z., Nechev, Z. & Schimmelfennig, F. (2019). European Union Conditionality in the Western Balkans: External Incentives and Europeanisation. In *The Europeanisation of the Western Balkans: A Failure of EU Conditionality?* Palgrave Macmillan, 15-38.

Anexos

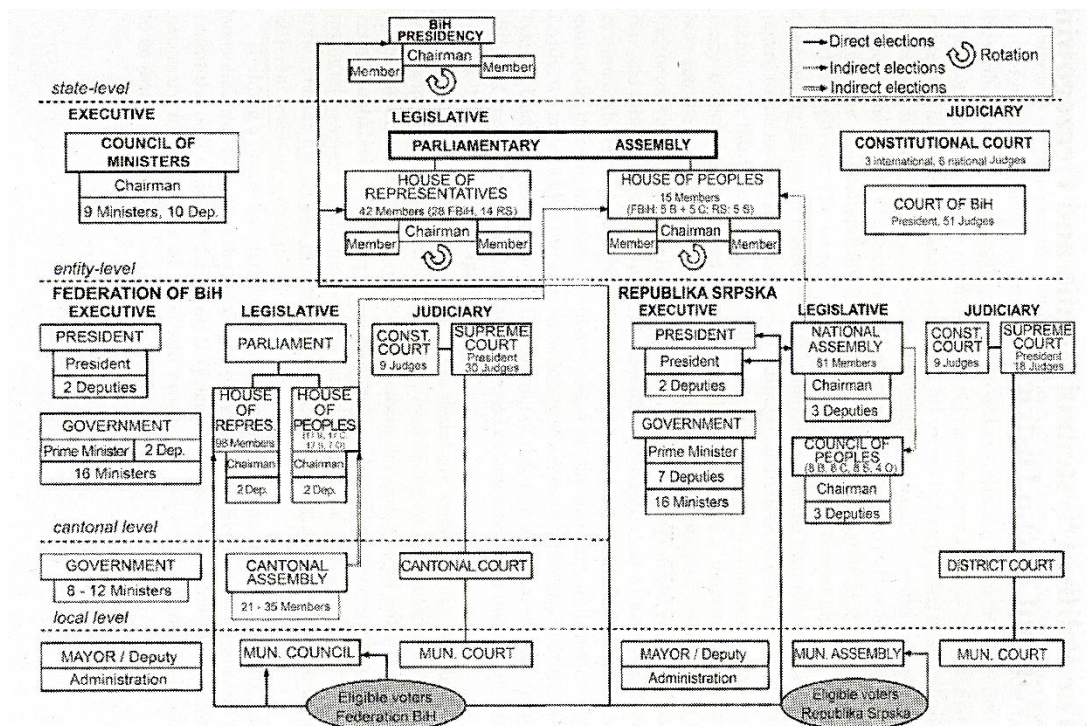
A - Mapa da Jugoslávia pós-1945: Repúblicas, Províncias Autónomas, Regiões Históricas e Cidades (Malcolm,1996)



B – Mapa da divisão interna da BiH (Banović *et al.*, 2021)



C – Sistema Político da BiH, sem o Brčko District (Banović *et al.*, 2021)



D – Lista das entrevistas realizadas^{106 107}

Entrevistado	Autoridade no tema	Data	Formato
Osman Sušić	Professor Assistente no Departamento de História da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Sarajevo	12/11/2021	Presencial, Universidade de Sarajevo
Elmir Sadiković	Professor Assistente na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Sarajevo	18/01/2022	Presencial, Universidade de Sarajevo
Nedim Karić*	Professor auxiliar da Universidade Sarajevo School of Science Technology (SSST);	25/01/2022	Online
Edin Kovačević*	Departamento de Critérios Políticos e de Coordenação do Processo de Estabilização e	26/01/2022	Online

¹⁰⁶ Tive, ainda, a oportunidade de conversar com Jasmin Hasić que, no momento, era Professor auxiliar na SSST University e Conselheiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros da BiH. Contudo, o que seria uma entrevista, tornou-se numa conversa acerca de metodologias e problemáticas de investigação e, embora tenha auxiliado significativamente, não se traduziu numa entrevista, pelo que não a incluo.

¹⁰⁷ As transcrições das entrevistas encontram-se disponíveis para consulta dos júris de prova.

	Associação da Bósnia-Herzegovina - Direção da Integração Europeia		
Nicolai Mirov*	Delegação da União Europeia na BiH; Representante Especial da União Europeia na BiH	26/01/2022	Online
Emina Džafić*	Departamento da UE, Divisão Multilateral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da BiH	03/02/2022	Online
Andrés Carrillo*	Serviço Europeu de Ação Externa (EEAS)	07/02/2022	Online

* Nome fictícios utilizado para preservar o anonimato da fonte.

E – Mapa da fronteira costeira da BiH e da Croácia – disputa territorial (Croatia News, 2018)



Legenda: Linha verde: Fronteira de Avnoj (fronteira em 25 de junho de 1991); Linha vermelha: Fronteira conforme o acordo sobre a fronteira dos estados da República da Croácia e a Bósnia e Herzegovina (fronteira temporária); Linha amarela: A ponta de Klek, Mali e Veliki Školjs com o mar correspondente.

F – Parte da fronteira da BiH e da Croácia no enclave do Rio Una – disputa na região de Kostajnica (Marconato & Andreozzi, 2021)

